



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E
BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL MESTRADO PROFISSIONAL

THIAGO LOURO DE ARAÚJO

POLÍTICA EDUCACIONAL DA UFRB: RELATÓRIO
TÉCNICO SOBRE A EVASÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Cruz das Almas - Bahia
2021

THIAGO LOURO DE ARAÚJO

**POLÍTICA EDUCACIONAL DA UFRB: RELATÓRIO
TÉCNICO SOBRE A EVASÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO**

Relatório técnico apresentado ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Antonio Santos Silva
Coorientadora: Dr.^a Janete dos Santos

Cruz das Almas - Bahia
2021

FICHA CATALOGRÁFICA

A663p

Araujo, Thiago Louro de.

Política educacional da UFRB: relatório técnico sobre a evasão nos cursos de graduação / Thiago Louro de Araujo. _ Cruz das Almas, BA, 2020.

103f.; il.

Orientador: Jorge Antonio Santos Silva.

Coorientadora: Janete dos Santos.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas – Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

1.Educação – Ensino superior. 2.Política educacional – Evasão universitária. 3. Políticas públicas – Análise. I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas. II.Título.

CDD: 378.169

Ficha elaborada pela Biblioteca Universitária de Cruz das Almas – UFRB.

Responsável pela Elaboração – Antonio Marcos Sarmiento das Chagas
(Bibliotecário – CRB5 / 1615). Os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor meu Deus, sempre te agradeço pelo dom da vida e o caminho que apontas para mim. Nesse momento, tenho que agradecer a paciência e ajuda que minha família, meus pais Nilva e Marivaldo, minha esposa Silvana, meu filho Gustavo e meu irmão Gabriel que proporcionaram o alcance deste objetivo. Um muito obrigado a todos por contribuírem com a minha formação com cidadão, pai, filho e amigo.

Tenho um profundo agradecimento aos meus colegas da PROGRAD, que sempre me incentivaram a buscar algo a mais, na condução do dia a dia, através dos conselhos valorosos e das broncas incentivadoras. Em especial aos amigos da CPPG, que contribuíram para essa caminhada, Aline, Cristiane, Mathias, Gilvan e Joseane que partiram para outros projetos, e aos que me apoiam diariamente Deise, Leandro, Geane, Raphael, Raquel, Natali e Janete (colega, chefe, incentivadora, coorientadora, revisora e conselheira). Além das gestoras da PROGRAD, que contribuíram para realização desta etapa: a professoras Rita Dias e Rosineide Mubarack.

Quero registrar um agradecimento especial ao meu orientador professor Doutor Jorge Antonio, pela sua paciência e dedicação para formação do conhecimento e elaboração deste trabalho. E aos colegas de mestrado, pela troca de conhecimentos e discursões enriquecedoras.

E agradecer a UFRB, por proporcionar essa oportunidade de ampliar meus conhecimentos podendo investigar suas ações educacionais para desenvolvimento do Recôncavo.

RESUMO

O presente relatório aborda a temática da evasão estudantil na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), identificando e analisando as políticas e ações desenvolvidas pela Universidade para mitigar o fenômeno da evasão. Deste modo, levantou os índices de evasão dos cursos de graduação no período de 2006-2018 e mapeou as principais políticas institucionais da UFRB para compreender a repercussão dessas políticas nos índices de evasão nos cursos de graduação. Para tanto, recorreu à contribuição de teóricos (LASSWELL, 1936; SIMON, 1970; DYE, 2001; WEBER, 1968; KINGDON, 2014; PARSONS, 2007) que discorreram sobre os conceitos de políticas públicas e o processo de formulação de política descrevendo-o desde a identificação do problema à implementação da política. Relatou, em perspectiva histórica, as políticas educacionais para o ensino superior, formuladas e implementadas no Brasil (CURY, 2007; FAVERO, 2006), com foco no programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) que teve como meta a redução da evasão estudantil nas universidades públicas. Apresenta, também, o conceito de microevasão segundo GILIOLI (2016) e evasão metodológica, ancorado em SANTOS (2017) e do indicador de evasão de SILVA (2012). A investigação utilizou como procedimentos metodológicos o levantamento documental, tomando como referência o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), quanto aos dados quantitativos de matriculados ingressantes e concluintes dos cursos graduação da UFRB no período de 2006 a 2018. A tabulação dos dados resultou na formação de tabelas e gráficos de índices e taxas de evasão por curso de graduação. Permitiu concluir que os planos e ações desenvolvidos pelos gestores a partir das políticas propostas, propuseram diagnósticos da evasão e dos efeitos causados por esse fenômeno, contudo, sem atentar para os fatores sociais, individuais e pedagógicos dele resultantes, indicadores importantes para a compreensão dos motivos que levaram à evasão dos estudantes na UFRB, e que constituem relevantes subsídios às ações de seu enfrentamento, ações que não foram previstas ou realizadas no período analisado nesta pesquisa.

Palavras Chaves: Políticas Públicas, Políticas Educacionais, Evasão

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estudo de políticas públicas, suas causas e consequências	27
Figura 2 - Categorias de atores no processo de políticas públicas	30
Figura 3 - Processo de identificação do tema em problema e em política pública.	33
Figura 4 - Modelos de tomada de decisão	37
Figura 5 - Modelo Fluxos de Kingdon para propositura de uma política	39
Figura 6 - Estrutura Organizacional da UFRB	52
Figura 7 - Nível de Evasão na Educação Superior	56
Figura 8 - Conceito de evasão redefinido	57
Figura 9 - Construção de um sistema de Indicadores	59
Figura 10 - Fatores da evasão na UFRB	182

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução dos Cursos de graduação presenciais no período de 1996 - 2007	46
Gráfico 2 - Evolução das matrículas em cursos de graduação presenciais no período de 1996 -2007.....	47
Gráfico 3 - Evolução das Vagas Oferecidas dos Cursos de Graduação Presenciais no período 1996 - 2007.....	47
Gráfico 4 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 12214 - Agroecologia do CCAAB.....	73
Gráfico 5 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 13282 - Agronomia do CCAAB.	75
Gráfico 6 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 100421- Biologia do CCAAB.....	77
Gráfico 7 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 115037- Biologia do CCAAB.....	79
Gráfico 8 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 86730 - Engenharia de Pesca do CCAAB.....	81
Gráfico 9 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 86730 - Engenharia de Pesca do CCAAB.....	83
Gráfico 10 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 115027- Gestão de Cooperativas do CCAAB.....	85
Gráfico 11 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 114992 - Medicina Veterinária do CCAAB.....	87
Gráfico 12 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 86500 - Zootecnia do CCAAB.....	89
Gráfico 13 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1102956 - Artes Visuais do CAHL.....	93
Gráfico 14 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 114989 - Ciências Sociais do CAHL	95
Gráfico 15 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1300456 - Ciências Sociais do CAHL	96
Gráfico 16 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 114546 - Cinema e Audiovisual do CAHL.....	98

Gráfico 17 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 113425 - Comunicação Social - Jornalismo do CAHL.....	100
Gráfico 18 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1105377 - Gestão Pública do CAHL	102
Gráfico 19 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 115681 – História - Noturno do CAHL	104
Gráfico 20 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 115681 – História - Diurno do CAHL	105
Gráfico 21 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 100447 - Museologia do CAHL.....	107
Gráfico 22 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1191700 - Publicidade e Propaganda do CAHL	109
Gráfico 23 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 114987 - Serviço Social - Noturno do CAHL.....	111
Gráfico 24 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 114987 - Serviço Social - Diurno do CAHL.....	112
Gráfico 25 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 100452- Enfermagem do CCS	116
Gráfico 26 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1135527 - Interdisciplinar em Saúde do CCS.....	118
Gráfico 27 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1202547 - Medicina do CCS.....	120
Gráfico 28 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 100450 - Nutrição do CCS.....	122
Gráfico 29 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 100433- Psicologia do CCS	124
Gráfico 30 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1272131- Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas - Vespertino do CECULT	128
Gráfico 31 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1272131- Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas - Noturno do CECULT	129
Gráfico 32 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 112848- Ciências Exatas e Tecnológicas do CETEC	133

Gráfico 33 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1173916 - Engenharia Civil do CETEC.....	135
Gráfico 34 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1205729 - Engenharia de Computação do CETEC.....	136
Gráfico 35 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1327498 - Engenharia Elétrica do CETEC	137
Gráfico 36 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1173700- Engenharia Mecânica do CETEC.....	139
Gráfico 37 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 100427- Engenharia Sanitária e Ambiental do CETEC.....	141
Gráfico 38 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1258973- Matemática do CETEC	143
Gráfico 39 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1139335- Matemática do CETEC	144
Gráfico 40 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1271854- Educação do Campo com Habilitação em Ciências Naturais do CETENS	147
Gráfico 41 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1271854 - Educação do Campo com Habilitação em Matemática do CETENS	148
Gráfico 42 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1272132- Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade do CETENS	151
Gráfico 43 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1322584- Pedagogia do CETENS.....	152
Gráfico 44 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação - 1299915 - Agroecologia do CFP	155
Gráfico 45 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação - 1206616- Educação do Campo - Ciências Agrárias do CFP	157
Gráfico 46 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação - 1102959- Educação Física do CFP	158
Gráfico 47 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação - 1135224- Filosofia do CFP	160
Gráfico 48 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação - 99132- Física do CFP	162

Gráfico 49 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação - 1105378- Letras - Libras e Língua Estrangeira - Noturno do CFP	164
Gráfico 50 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação - 1105378- Letras - Libras e Língua Estrangeira - Vespertino do CFP	165
Gráfico 51 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação - 100412- Matemática do CFP	167
Gráfico 52 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1136373- Pedagogia - Diurno do CFP	169
Gráfico 53 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação -1136373- Pedagogia - Noturno do CFP	171
Gráfico 54 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação - 122138- Química do CFP	173

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dimensões e ações do REUNI.....	49
Quadro 2 - Cursos de graduação ofertados no CCAAB.....	71
Quadro 3 - Cursos de graduação ofertados no CAHL	91
Quadro 4 - Cursos de graduação ofertados no CCS.....	114
Quadro 5 - Cursos de graduação ofertados no CECULT.....	126
Quadro 6 - Cursos de graduação ofertados no CETEC.....	131
Quadro 7 - Cursos de graduação ofertados no CETENS	145
Quadro 8 - Cursos de graduação ofertados no CFP	154

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da quantidade de cursos graduação por local de oferta.	69
Tabela 2 - Evolução por turno dos cursos de graduação presencial, por turno	70
Tabela 3 - Quantitativo de cursos superiores por grau	70
Tabela 4 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 12214 - Agroecologia do CCAAB.....	72
Tabela 5 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 122140- Agroecologia do CCAAB	72
Tabela 6 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 13282 - Agronomia do CCAAB	74
Tabela 7 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 13282 - Agronomia do CCAAB	75
Tabela 8 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 100421 - Biologia do CCAAB	76
Tabela 9 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 100421- Biologia do CCAAB.....	77
Tabela 10 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 115037 - Biologia do CCAAB.....	78
Tabela 11 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 115037- Biologia do CCAAB.....	79
Tabela 12 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 86730 - Engenharia de Pesca do CCAAB	80
Tabela 13 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 86730 - Engenharia de Pesca do CCAAB.....	81
Tabela 14 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 86728 - Engenharia Florestal do CCAAB	82
Tabela 15 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 86728 - Engenharia Florestal do CCAAB	83
Tabela 16 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 115027- Gestão de Cooperativas do CCAAB.....	84
Tabela 17 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 115027- Gestão de Cooperativas do CCAAB.....	85

Tabela 18 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 114992- Medicina Veterinária do CCAAB	86
Tabela 19 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 114992 - Medicina Veterinária do CCAAB.....	87
Tabela 20 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 86500- Zootecnia do CCAAB	88
Tabela 21 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 86500 - Zootecnia do CCAAB.....	89
Tabela 22 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1102956 - Artes Visuais do CAHL	92
Tabela 23 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1102956 - Artes Visuais do CAHL.....	92
Tabela 24 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1405963 - Artes Visuais do CAHL	93
Tabela 25 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 114989 - Ciências Sociais do CAHL.....	94
Tabela 26 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 114989 - Ciências Sociais do CAHL	94
Tabela 27 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1300456 - Ciências Sociais do CAHL.....	95
Tabela 28 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1300456- Ciências Sociais do CAHL	96
Tabela 29 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 114546 - Cinema e Audiovisual do CAHL.....	97
Tabela 30 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 114546 - Cinema e Audiovisual do CAHL.....	97
Tabela 31 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 113425 - Comunicação Social - Jornalismo do CAHL	99
Tabela 32 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 113425 - Comunicação Social - Jornalismo do CAHL.....	100
Tabela 33 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1105377 - Gestão Pública do CAHL	101
Tabela 34 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1105377- Gestão Pública do CAHL	101

Tabela 35 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 115681 – História - Noturno do CAHL.....	103
Tabela 36 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 115681 – História - Noturno do CAHL	103
Tabela 37 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 115681 – História - Diurno do CAHL.....	104
Tabela 38 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 115681 – História - Diurno do CAHL	105
Tabela 39 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 100447 - Museologia do CAHL	106
Tabela 40 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 100447 - Museologia do CAHL.....	107
Tabela 41 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1191700 - Publicidade e Propaganda do CAHL.....	108
Tabela 42 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1191700- Publicidade e Propaganda do CAHL.....	108
Tabela 43 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 114987 - Serviço Social - Noturno do CAHL.....	110
Tabela 44 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 114987 - Serviço Social - Noturno do CAHL.....	110
Tabela 45 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 114987 - Serviço Social - Diurno do CAHL.....	111
Tabela 46 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 114987 - Serviço Social - Diurno do CAHL.....	112
Tabela 47 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 100452- Enfermagem do CCS	115
Tabela 48 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 100452- Enfermagem do CCS	116
Tabela 49 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1135527 - Interdisciplinar em Saúde do CCS.....	117
Tabela 50 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1135527 - Interdisciplinar em Saúde do CCS.....	118
Tabela 51 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1202547 - Medicina do CCS.....	119

Tabela 52 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1202547 - Medicina do CCS.....	119
Tabela 53 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 100450 - Nutrição do CCS.....	121
Tabela 54 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 100450- Nutrição do CCS.....	122
Tabela 55 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 100433- Psicologia do CCS.....	123
Tabela 56 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 100433- Psicologia do CCS.....	124
Tabela 57 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1404985 - Interdisciplinar em Artes do CECULT.....	127
Tabela 58 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1405880- Interdisciplinar em Ciências Ambientais do CECULT.....	127
Tabela 59 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1272131- Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas - Vespertino do CECULT.....	128
Tabela 60 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1272131- Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas - Vespertino do CECULT.....	128
Tabela 61 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1272131- Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas - Noturno do CECULT.....	129
Tabela 62 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1272131- Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas - Noturno do CECULT.....	129
Tabela 63 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1385766 - Música Popular Brasileira do CECULT.....	130
Tabela 64 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 112848- Ciências Exatas e Tecnológicas do CETEC.....	132
Tabela 65 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 112848- Ciências Exatas e Tecnológicas do CETEC.....	133
Tabela 66 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1173916 - Engenharia Civil do CETEC.....	134

Tabela 67 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1173916 - Engenharia Civil do CETEC.....	134
Tabela 68 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1205729- Engenharia de Computação do CETEC	135
Tabela 69 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1205729 - Engenharia de Computação do CETEC.....	136
Tabela 70 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1327498 - Engenharia Elétrica do CETEC	137
Tabela 71 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1327498 - Engenharia Elétrica do CETEC	137
Tabela 72 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1173700- Engenharia Mecânica do CETEC.....	138
Tabela 73 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1173700- Engenharia Mecânica do CETEC	138
Tabela 74 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 100427- Engenharia Sanitária e Ambiental do CETEC	140
Tabela 75 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 100427- Engenharia Sanitária e Ambiental do CETEC.....	141
Tabela 76 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1258973- Matemática do CETEC.....	142
Tabela 77 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1258973- Matemática do CETEC.....	142
Tabela 78 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1139335- Matemática do CETEC.....	143
Tabela 79 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1139335- Matemática do CETEC.....	143
Tabela 80 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1406520- Alimentos do CETENS	146
Tabela 81 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1271854- Educação do Campo com Habilitação em Ciências Naturais do CETENS	146
Tabela 82 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1271854- Educação do Campo com Habilitação em Ciências Naturais do CETENS	146

Tabela 83 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1271854 - Educação do Campo com Habilitação em Matemática do CETENS	147
Tabela 84 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1271854 - Educação do Campo com Habilitação em Matemática do CETENS	148
Tabela 85 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1387538- Engenharia de Energias do CETENS	149
Tabela 86 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1385725- Engenharia de Materiais do CETENS	149
Tabela 87 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1385726- Engenharia de Produção do CETENS	149
Tabela 88 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1272132- Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade do CETENS	150
Tabela 89 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1272132- Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade do CETENS	150
Tabela 90 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1322584- Pedagogia do CETENS	151
Tabela 91 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1322584- Pedagogia do CETENS.....	152
Tabela 92 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1299915 - Agroecologia do CFP	155
Tabela 93 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1299915- Agroecologia do CFP.....	155
Tabela 94 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1206616- Educação do Campo - Ciências Agrárias do CFP	156
Tabela 95 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1206616- Educação do Campo - Ciências Agrárias do CFP	156
Tabela 96 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1102959- Educação Física do CFP	157
Tabela 97 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1102959- Educação Física do CFP	158
Tabela 98 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1135224- Filosofia do CFP.....	159

Tabela 99 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1135224- Filosofia do CFP	159
Tabela 100 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 99132- Física do CFP	161
Tabela 101 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 99132- Física do CFP.....	162
Tabela 102 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1105378- Letras - Libras e Língua Estrangeira - Noturno do CFP.....	163
Tabela 103 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1105378- Letras - Libras e Língua Estrangeira - Noturno do CFP.....	163
Tabela 104 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1105378- Letras - Libras e Língua Estrangeira - Vespertino do CFP	164
Tabela 105 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1105378- Letras - Libras e Língua Estrangeira - Vespertino do CFP.....	164
Tabela 106 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 100412- Matemática do CFP	166
Tabela 107 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 100412- Matemática do CFP	167
Tabela 108 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1136373- Pedagogia - Diurno do CFP.....	168
Tabela 109 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1136373- Pedagogia - Diurno do CFP.....	169
Tabela 110 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1136373- Pedagogia - Noturno do CFP.....	170
Tabela 111 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1136373- Pedagogia - Noturno do CFP.....	171
Tabela 112 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 122138- Química do CFP	172
Tabela 113 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 122138- Química do CFP.....	172

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANDIFES	-	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CAHL	-	Centro de Artes, Humanidades e Letras
CCAAB	-	Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas
CCS	-	Centro de Ciências da Saúde
CECULT	-	Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas
CETEC	-	Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
CETENS	-	Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade
CFP	-	Centro de Formação de Professores
CONAC	-	Conselho Acadêmico
CONSUNI	-	Conselho Universitário
CPPG	-	Coordenadoria de Políticas e Planejamento de Graduação
ENEM	-	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	-	Financiamento Estudantil
IES	-	Instituto de Ensino Superior
IFES	-	Instituto Federal de Educação Superior
LDB	-	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	-	Ministério da Educação
NUGAA	-	Núcleo de Gestão de Acompanhamento Acadêmico
PBP	-	Programa de Bolsa Permanência
PDE	-	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	-	Plano de Desenvolvimento Institucional
PROGRAD	-	Pró-Reitoria de Graduação
PROUNI	-	Programa Universidade para Todos
REUNI	-	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SAGRES	-	Sistema de Automação e Gerência do Ensino Superior
SIGAA	-	Sistema de Gestão das Atividades Acadêmicas
SISU	-	Sistema de Seleção Unificada
UAB	-	Universidade Aberta do Brasil
UFRB	-	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNB	-	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	20
2	CONCEITUANDO A POLÍTICA PÚBLICA	24
2.1	A FORMULAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA	30
3	POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	41
3.1	O REUNI	44
3.2	A UFRB	50
4	A EVASÃO ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	54
4.1	A EVASÃO METODOLÓGICA E A CONSTRUÇÃO DOS DADOS DE EVASÃO	57
4.2	FATORES QUE CONTRIBUEM PARA EVASÃO	60
5	METODOLOGIA	63
6	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	67
6.1	CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS	71
6.2	CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS	91
6.3	CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE	114
6.4	CENTRO DE CULTURA, LINGUAGEM E TECNOLOGIA APLICADA.....	126
6.5	CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS	131
6.6	CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE.....	145
6.7	CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	154
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
	REFERÊNCIAS.....	177
	APÊNDICE.....	181

1 INTRODUÇÃO

A evasão na educação superior tem sido um desafio internacional que afeta o resultado das instituições de ensino e dos sistemas de educação. Santos (2017) aponta estudos sobre o tema na União Europeia, especificadamente os casos francês e português, além dos Estados Unidos onde a evasão tem sido tema de políticas governamentais. Desse modo, essa temática é um assunto de preocupação para diferentes instituições independente de sua organização acadêmica ser pública ou privada. Isso se dá porque a saída dos estudantes sem concluir a graduação reflete na execução financeira e orçamentária das instituições, e gera dispêndio de recursos. Assim sendo, é preciso identificar os fatores que produzem o fenômeno da evasão para minimizar seus efeitos através de políticas setorializadas e globais na organização acadêmica.

O estudo sobre a evasão, realizado por uma Comissão especial de estudos sobre Evasão, nomeada pelo Ministério da Educação (BRASIL, 1997, p. 22), se refere a evasão como um “fenômeno complexo” que abrange as instituições superiores e que, por isso, demanda estudos e análise.

Nessa direção, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010-2014, item 9.1, utilizou as demonstrações da sustentabilidade financeira dos programas estruturantes para enfatizar a preocupação com as taxas de evasão, estipulando metas para os períodos de 2009-2010 com redução da taxa de evasão de 7,4% em 2009, para 4% em 2014. Posteriormente, no PDI 2015-2019, utilizando a matriz SWOT¹ de análise estratégica, indicou-se que a elevada taxa de evasão nos cursos de graduação situava-se no quadrante de ameaça, o que representa um fator preocupante para a instituição e para o seu processo de gestão.

De forma similar, no Relatório de Gestão Setorial do Exercício de 2013 da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), a evasão é apresentada quantitativamente, revelando índices preocupantes que chamam atenção para o fenômeno. Os dados apresentados demonstram que a evasão é uma realidade registrada nos principais documentos de planejamento e gestão da instituição, fator crucial para o entendimento de

¹ É um sistema creditado a Albert Humphrey que reconhece características do ambiente interno (forças e fraquezas) e externo (oportunidade e ameaças) de uma organização, sendo usado como base para gestão e planejamento estratégico de uma corporação.

como os gestores organizacionais implementaram métodos para minimizar este fenômeno.

Compreendendo os impactos na formação de profissionais e o desempenho acadêmico dos estudantes na universidade, Santos e Silva (2011, p. 250) pontuam que: “Um dos indicadores utilizados para realizar a avaliação de uma instituição de educação superior é a sua taxa de evasão. Quanto menor ela é, mais diplomados são disponibilizados à sociedade”. Além disso, a evasão acadêmica tem sido uma mácula para as instituições de ensino superior de todo o país, quer sejam públicas ou privadas. Conforme aponta Silva Filho e Lobo (2012), a evasão de alunos é uma questão bastante complexa, podendo ser analisada de acordo com várias ópticas no ensino superior. Santos (2017) destaca fatores que permitem esse olhar, sob a ótica das concepções sociais, individuais, pedagógicos e institucionais.

Atualmente, o tema tem enveredado na definição do papel da instituição de ensino na mitigação desse fenômeno e dos fatores que potencializam a descontinuidade do desenvolvimento educacional, visando a composição de ações que devem ser registradas pelas instituições para ampliar o quantitativo de alunos egressos, tornando-se sobressaliente a realização de uma avaliação detalhada da perda de efetividade organizacional.

O entendimento dessa problemática torna-se crucial para o desempenho das atividades desenvolvidas no Núcleo de Gestão do Acompanhamento Acadêmico, da Coordenadoria de Políticas e Planejamento de Graduação, da PROGRAD, na UFRB, na medida em que, ao lidar com os dados de graduação, é possível identificar a latência do fenômeno da evasão e a importância de se compreender como as políticas e as ações institucionais são cruciais para o seu enfrentamento.

O sucesso das instituições federais perpassa pelo êxito do seu estudante. Para alcançar as melhores taxas de graduação e uma reputação perante a comunidade acadêmica, a instituição de ensino deve traçar metas alcançáveis consubstanciadas pelos fundamentos firmados na sua construção (visão, missão, valores).

Assim, o retorno social que esta investigação pretende elucidar está voltado para a educação e a gestão institucional, pois o abandono do estudante é uma perda de bem público essencial para o desenvolvimento da sociedade.

A formulação de políticas públicas é preponderante para solucionar questões apresentadas em momentos afeitos ou não a essa temática. Para Secchi (2017), a identificação do problema público está no distanciamento entre a situação ideal e a possível, em relação ao *status quo* que a situação se encontra, mudando o comportamento de acordo com a realidade.

Saravia (2006) utiliza-se de definições que caracterizam uma política pública enquanto sua institucionalidade, capacidade decisória, causalidades e comportamentos. Desta forma, pode-se inferir que ações a serem tomadas perpassam desde a formalização de metas e arranjos institucionais alicerçados nos valores existenciais ou em uma reengenharia que permita adequar as necessidades que se apresentam à realidade aparente.

Compreendendo a política em uma instituição pública de ensino superior, o principal questionamento desta pesquisa é: Como as políticas e ações institucionais desenvolvidas na UFRB, no período de 2006-2018, repercutiram nos índices de evasão nos cursos de graduação desta IFES? Partindo de um pressuposto de que as políticas e ações da UFRB não tiveram o efeito sobre os índices de evasão dos cursos de graduação.

É preponderante identificar a política de graduação ao longo desse período relacionando as atividades desenvolvidas com os percentuais de evasão observados na atualidade, buscando-se compreender a influência dessa política sobre o fenômeno da evasão, manifestado nos cursos de graduação da Universidade.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa visa analisar as políticas e ações institucionais desenvolvidas na UFRB e sua repercussão nos índices de evasão nos cursos de graduação desta IFES.

Para o alcance desse objetivo definiu-se os seguintes objetivos específicos: 1º levantar os índices de evasão no período de 2006-2018; 2º mapear as políticas institucionais da UFRB no período 2006-2018 e verificar se, em seus objetivos, pautaram ou pautam o tema da evasão; 3º identificar como as ações institucionais possibilitaram enfrentar a evasão nos cursos de graduação no período 2006-2018.

O percurso metodológico do presente estudo tem natureza de pesquisa aplicada, objeto descritivo e abordagem qualitativa, fundamentado principalmente nos tipos de pesquisa bibliográfica e documental. Como documentos institucionais para o alcance dos objetivos propostos, estudou-se os Planos de Desenvolvimento Institucional 2010-2014 e

2015-2019, bem como o documento de adesão da UFRB ao programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), de 2008.

A pesquisa apresenta a evasão estudantil na UFRB no período de 2006, ano de institucionalização de suas atividades como universidade, ao ano de 2018. Assim, compõe o trabalho, o cenário das políticas educacionais para educação superior no Brasil, pautando-se no programa Reuni como instrumento de desenvolvimento e expansão das universidades e norteador para conduzir a mitigação da evasão nas Instituições de Educação Superior. Posteriormente, apresenta a conceituação do fenômeno da evasão estudantil formulados por Gilioli (2016) e Santos (2017), utilizando conceitos sistêmicos para explicar o fenômeno da evasão.

Utilizando-se do conceito de evasão metodológica, pautado por Santos (2017), o trabalho baseia-se na construção da evasão explicitada pela fórmula matemática apresentada por Silva Filho (2012), na qual utiliza o quantitativo dos alunos matriculados, ingressantes e concluintes para formulação do indicador. Adiante são apresentados os dados da graduação da UFRB, que separados por centro de ensino, são categorizados por cursos, compondo dados de matrícula, ingresso e conclusão e índices de evasão no período de 2007 a 2018 nos respectivos cursos.

Por fim, apresenta as considerações finais, fazendo uma referência aos dados apresentados no decorrer do trabalho e as ações que foram pautadas no decorrer desse período histórico que compõem a criação da Universidade até seus dias atuais.

2 CONCEITUANDO A POLÍTICA PÚBLICA

O estudo sobre políticas públicas nos últimos anos pela comunidade acadêmica advém do termo política, originado na Grécia, retratado na obra clássica de Aristóteles “Política”, considerado como primeiro tratado sobre as funções e divisões do Estado e as várias formas de governar.

O termo é utilizado para explicitar as dedicações da atividade humana no tratamento da coisa pública no decorrer dos séculos que se passaram. Esse pensamento Aristotélico perpetuou por vários séculos, traduzindo o sufrágio político em forma de governo que se rege por um instrumento norteador, a “constituição”. Posteriormente, Lasswell (1936, p. 360, tradução nossa) referencia a importância deste instrumento ao chamar a atenção para a: “... confiança que os homens depositam no poder das palavras absorvidas no pergaminho para manter um governo em ordem”.

No percurso histórico de compreender o funcionamento do estado moderno, Bobbio (2000, p. 161) utiliza-se do conceito de poder estruturado no pensamento (HOBBS, RUSSELL), inferindo a capacidade que o homem detém para domínio de poder sobre um outro homem, definido em acordos entre os sujeitos “relação entre governantes e governados, entre soberano e súditos, entre Estado e cidadãos, entre comando e obediência etc.”. Weber (1967, p. 56) descreve a política como sendo um “conjunto de esforços feito com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre estados, seja no interior de um único Estado”.

[...] o Estado implica uma *relação de dominação* de homens apoiada sobre o recurso da violência legítima (ou seja, considera como legítima). Para que ele exista, os homens dominados precisam se submeter, portanto, à autoridade requerida por aqueles homens respectivamente dominantes. (WEBER, 1968, p. 57)

Assim, nos transparece com obviedade que os teóricos europeus condicionam seus pensamentos sobre os governos que estão baseados na acessão ao poder, pois o uso de instrumentos coercitivos para manutenção da ordem e permanência no comando requer subversão a um grupo ou indivíduo que conclamasse o título através de um contrato intrinsecamente incorporado aos membros da sociedade.

A compreensão do conceito de política pública é abrangente e sua definição multiplica-se por visões de diferentes teóricos, de acordo com Souza (2006). Já Saravia (2006, p. 28) conceitua-a como “um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade”.

Nessa concepção, Secchi (2017) define que a política pública é uma diretriz elaborada para a resolução de um problema. Dias e Matos (2017) colocam que a política pública é uma demanda coletiva que utiliza metodologias racionais para examinar a aplicabilidade dos investimentos que permeiam os objetivos e metas definidos.

A política pública classificada no século XX é ramo derivado da ciência política que busca entender como e por que os governos executam determinadas ações. Na literatura especializada não se encontra um consenso para definição de um conceito único de política pública, mas a interpretação expressa por grandes autores da clássica corrente do estudo das políticas públicas (LASSWELL, 1936; SIMON, 1970; DYE, 2001), nos apresentam uma ideia norteadora que direciona os caminhos a serem interpretados.

O conceito de política pública (re)surge com Harold Dwight Lasswell na década de 30, em transformar as ações executadas pelos governos em modelos científicos (*policy sciences*), com a implementação de métodos científicos, com análise e precisão, para ajudar os políticos e os gestores no enfrentamento dos problemas governamentais e estreitar do diálogo entre os governantes e grupos de interesses.

Para Lasswell (1936) o entendimento de política pública deve responder as seguintes questões: quem ganha o quê? por quê? e que diferença faz? Assim, os questionamentos expostos por Lasswell determinam os caminhos que os influenciadores traçam para compor as estratégias de governo. Esse autor compreende que quem influencia as decisões do governo fica com as melhores partes, e todos ou outros indivíduos apenas compõem a estrutura.

Os influenciadores são aqueles que tiram o máximo proveito do que há para obter. Os valores disponíveis podem ser classificados como recursos, renda, segurança. Aqueles que mais recebem são elite; o resto é massa. (LASSWELL, 1936, p. 295, tradução nossa)

Logo, seu pensamento deixa claro que os interventores são a elite - um grupo formado por detentores de poder que direcionam a estrutura estatal impondo suas necessidades e vontades, determinando que a sociedade deve realizar.

Atrelado ao princípio da racionalidade, limitada por parte dos decisores públicos, Heber Simon em meados dos anos 50 propôs a *policy markers*, em que a limitação do conhecimento, o desinteresse pela execução das ações e decisões intempestivas diminui a produtividade da ação estatal. O seu entendimento perpassa por uma formação de uma estrutura com regramentos definidos para atuação dos agentes e a busca por profissionais comprometidos com o resultado desejado pela administração pública.

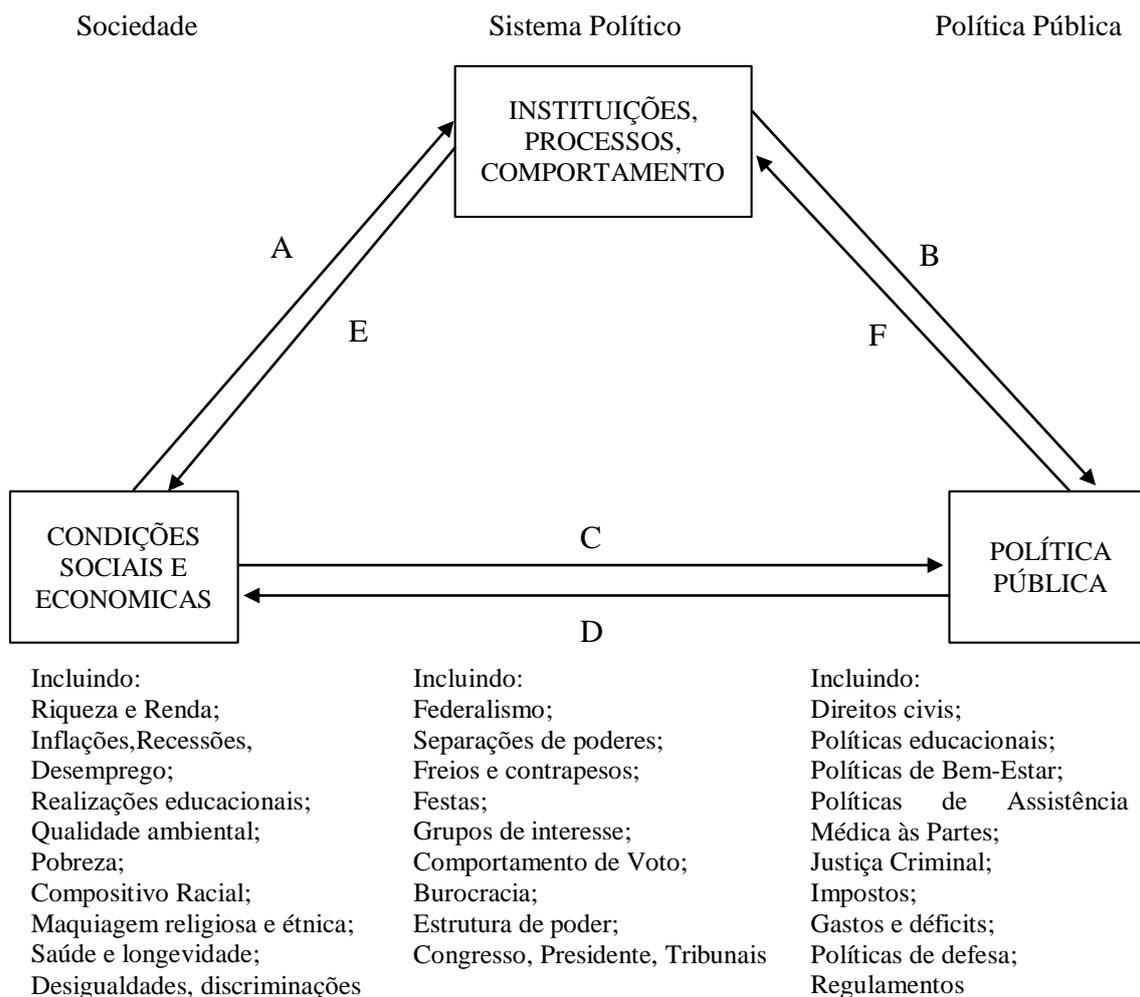
Tendo em vista que por boa administração se entende aquele comportamento que é objetivamente adequado aos seus fins, da mesma maneira que um bom negócio significa o comportamento econômico cuidadosamente calculado com finalidade lucrativa, uma teoria das decisões administrativa terá, forçosamente, que se preocupar de certa maneira com aspectos racionais da escolha. (SIMON, 1970, p. 64)

Os critérios de racionalidade de Simon mostram-se condizentes com a teoria geral da administração, com ideais que compartilham com os princípios expostos por Frederick Winslow Taylor na teoria da administração científica e por Maximilian Karl Emil Weber (Max Weber), na administração burocrática que reafirmam a importância de ambientes organizacionais racionais, com estrutura bem desenhadas e ações definidas para cada ocupante dentro da instituição.

A definição de política pública como sintetiza Dye (2001, p. 1 tradução nossa) é “[...] o que o governo escolhe fazer ou não fazer”, essa definição amplia a participação do estado a todo e qualquer fato que surja na sociedade, fazendo com que os governantes assumam a responsabilidade pelo que produziram e deixaram de produzir.

Na formulação dessa teoria Dye (2001) segmenta as formas de estudo da ciência política, em uma corrente onde predomina o estudo nas instituições governamentais, analisadas com foco em processos que compõem as prioridades do governo. Outra corrente busca compreender as causas e consequências que a ação do governo impacta sobre a sociedade, como exemplifica a **Figura 1**.

Acerca desse entendimento é evidente que as ações desenvolvidas pelo governo devam estar condizentes com as necessidades que a sociedade vislumbra, o desejo ou a prerrogativa do governo e método ou programa de como satisfazer as condições da sociedade e do governo.

Figura 1 - Estudo de políticas públicas, suas causas e consequências

Ligação A: Quais são os efeitos das condições sociais e econômicas nas instituições, processos nos comportamentos políticos e governamentais?

Ligação B: Quais são os efeitos das instituições, processos e comportamentos políticos e governamentais nas políticas públicas?

Ligação C: Quais são os efeitos das condições sociais e econômicas nas políticas públicas?

Ligação D: Quais são os efeitos das políticas públicas sobre as condições sociais e econômicas?

Ligação E: Quais são os efeitos das instituições, processos e comportamentos políticos e governamentais nas condições sociais e econômicas?

Ligação F: Quais são os efeitos das políticas públicas sobre instituições, processos e comportamentos políticos e governamentais?

Fonte: Adaptado de Dye (2001)

Deste ponto Dye (2001) sinaliza para três tipos de características de governos com a legitimidade que é utilizada com base na legalidade para implantar as ações de governo e, em alguns momentos, dividem a proposição de políticas com grupos de toda a sociedade. Universalidade que empodera toda a sociedade na proposição de uma política pública discutida e transparente, e a coercibilidade que monopoliza a ação do estado todo

e, qualquer tipo de propositura, que busque estabelecer limites e propor sanções com a fidelidade da sociedade.

O questionamento de como são realizadas as ações do governo e por que algumas destas ações são realizadas e outras não é um vetor norteador para compreender como as causas e consequências que cada programa ou projeto serão tratados no plano de ação. A compreensão da via de mão dupla entre as instituições, a sociedade e a política pública faz-se necessário para compreender o que é importante para cada um deles. O atrelamento entre as vontades de cada seguimento é comparado para entender o caminho que as políticas públicas serão desenvolvidas.

Souza (2003) expõe que a política pública é definida pelo embate em torno de interesses, preferências e ideias que a representam de forma holística, sendo a visão do todo mais importante que os interesses individuais.

Pode-se, então, resumir o que seja política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). (SOUZA, 2003, p. 3)

Por mais variado que o conceito de política pública se apresenta, suas diretrizes em desenvolver ações propositivas buscam a melhor tomada de decisão das atividades governamentais. No entanto, tomar decisões não é o suficiente, mais um caminho, no qual deva ser monitorado e analisado, para compreender e direcionar os rumos que foi planejado. As mudanças ou o redirecionamento desses projetos altera a caminhada, mas não muda os trilhos e os objetivos que contornam obstáculos até a chegada do que foi traçado a priori.

A política pública é uma representação de vários seguimentos do conhecimento científico e ações empíricas adotadas pelos governos, reunidos para solucionar as demandas do processo decisório que se incumbe ao Estado e seus cidadãos.

A expressão “política pública” engloba vários ramos do pensamento humano, sendo interdisciplinar, pois sua descrição e definição abrangem diversas áreas do conhecimento como as Ciências Sociais Aplicadas, a Ciência Política, a Econômica e a Ciências da Administração Pública, tendo como objetivo o estudo do problema central, ou seja, o processo decisório governamental. (DIAS e MATOS, 2017, p. 11).

Saravia (2006), ratifica que outros ramos do pensamento contribuíram para o avanço das políticas públicas, assim o pensamento da filosofia, da sociologia, da ciência jurídica, da visão antropológica e da psicológica, contribuíram para melhor interpretação

da ação humana para com os problemas e soluções a que o cercam. Dessa multidisciplinaridade de conceitos que norteiam a gestão e ação dos governantes, surge as correntes dos pensamentos estadocêntrico ou multicêntrico.

A abordagem estatista ou estadocêntrica (*state-centered policy making*), considera a política pública uma ação analítica e monopolizada de atores estatais. Para Lima (2012), as decisões autorizadas e sancionadas são formuladas por entes governamentais que compõem uma ação alocativa imperativa e decisões que envolvem valores e bens públicos. Assim, a exclusividade em propor políticas públicas é do Estado.

[...] é um processo governamental da qual o controle ocorre única e exclusivamente pelo Estado, embora admita que atores não governamentais tenham certo grau de influência no processo de formulação e implementação de políticas públicas - mas não dá a eles o poder de decisão de encaminhar uma política pública. (MARIANI, 2014, p.24)

Nessa corrente, o Estado busca concentrar as decisões, tendo um mínimo de aceitabilidade de agentes externos na construção e formação da política e de sua estrutura, através da legitimidade no pioneirismo do processo de condução da sociedade. Na abordagem estadocêntrica é possível perceber influências da teoria de Bobbio; (2000) Weber, (1968) coadunando com pensamento de Dye (2001) na perspectiva de um governo coercitivo. O posicionamento de quem está no poder determina a capacidade do Estado de discursão com outros atores.

Um modelo de cima para baixo do poder executivo parece ser surpreendentemente preciso. Descobrimos que o presidente pode dominar seus nomeados políticos, e que os nomeados podem dominar a carreira de funcionários públicos. [...] e que superiores em organizações como o poder executivo não pode comandar seus subordinados, apesar sua formalidade e posição na hierarquia. (KINGDON, 2014, p. 31, tradução nossa)

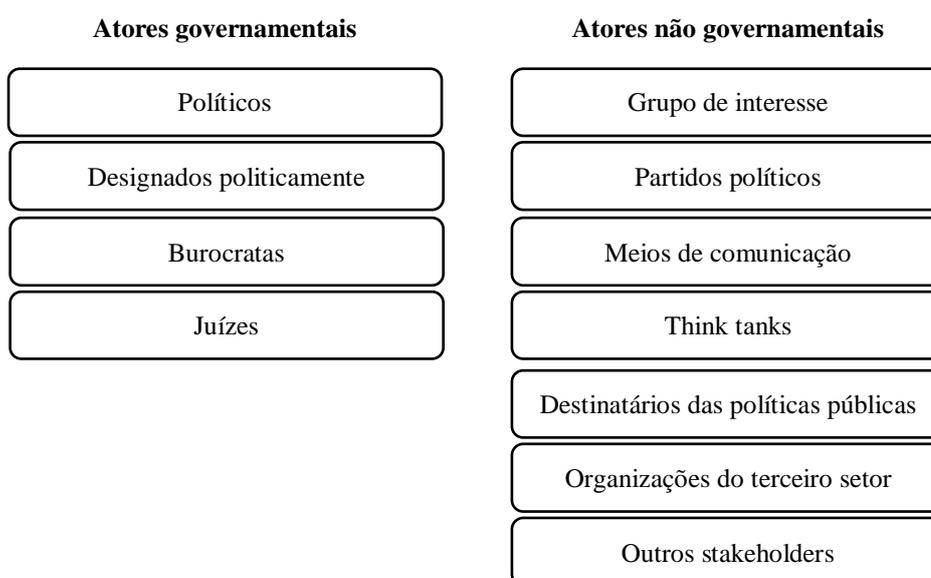
Na abordagem multicêntrica ou policêntrica, segundo Secchi (2017), o envolvimento de entes não estatais no entendimento do problema a ser enfrentado ocorre em conjunto com entes estatais em estruturas diversas, como as redes de políticas públicas e a teoria da governança, para solução dos problemas públicos. Dessa forma, permite analisar o fenômeno de amplos aspectos, tornando pluralista as tomadas de decisões.

Mariani (2014) defende a abordagem ao problema público, de modo que os diversos atores que tem a intenção de enfrentá-lo, possam unir forças na concepção desta ação, sejam eles governamentais ou não. O foco dessa abordagem está na possibilidade de atores, que não estão ligados ao governo, poderem influenciar na criação e na execução de políticas públicas, considerando que possuem recursos e capacidades diferentes do

setor público, e em algumas situações podem se tornar mais efetivos ao atender uma demanda da sociedade que o próprio Estado.

Em ambas as abordagens a resolução, definição ou entendimento de um problema é o foco principal dos agentes e atores representados na **Figura 2** que atentam para algo que aflige a sociedade. Identificar os agentes que compõem as múltiplas abordagens é primordial para a identificação do problema e a formulação de ações decisórias. Saravia (2006) destaca que o processo de formulação não possui racionalidade e ordenação tranquila, pois cada ator social age desempenhando um papel esperado.

Figura 2 - Categorias de atores no processo de políticas públicas



Fonte: Adaptado de Secchi (2017)

2.1 A FORMULAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA

A formação de uma política pública permeia a construção de agenda governamental ou organizacional que requer analisar as necessidades públicas e aponta condições necessárias a serem pautadas como objetivo de estudos. A construção e a implantação da política pública perpassam por uma junção de fragmentos, como a identificação de problema, alternativas, decisão e implementação que compõe uma agenda governamental. Para a ascensão de determinada pauta à agenda, é necessário trilhar-se um percurso intenso, significativo e intangível, pois, nem a forma, nem o grau, nem a

necessidade irão definir a política, mas a aglutinação de todos os aspectos e dimensões e, principalmente, a vontade de todos os envolvidos.

Queremos ter em mente que a elaboração de políticas envolve a definição de agendas (capturando a atenção do formulador de políticas), a formulação de propostas (a criação e a seleção de opções de políticas), a legitimação de políticas (desenvolvimento de apoio político; a aprovação de congressos, presidências ou tribunais), implementação de políticas (criação de burocracias, gastando dinheiro, fazer cumprir as leis) e avaliar políticas (descobrir como funcionam as políticas mais rigorosas, sejam elas populares). (DYE, 2001, p. 15-16, tradução nossa)

Diversas são as correntes do pensamento que explanam sobre o ciclo de uma política pública, a partir da propositura desta ferramenta por Charles O. Jones (1970). Desde então, essa ferramenta é formada por categorias diferentes baseadas na composição do autor que explica a formação de uma política pública, apontando problemas, soluções ou alternativas, decisões, implementações e avaliações. Esses modelos de propostas são utilizados como guia norteador, como forma de processo, mas nem sempre segue o mesmo rito na aplicação real das políticas.

A maneira como os problemas e agendas são moldados no ambiente institucional remete à visão de que mobilização de grupos maiores de indivíduos: como os partidos, grupos de interesse e formuladores de políticas é fator importante para determinar o que conta como um problema político e o que está fora da arena política. Para Parsons (2007, p. 118, tradução nossa), “o processo político pode não ser tão aberto para permitir que todos os problemas atraiam atenção política”.

Por vez, a definição do que deve ou não compor a arena política cria-se a dualidade de ideias e pensamentos culminando em um conflito de imposições de quem tem a prioridade na condução da agenda. Assim, diversos outros conflitos também têm potencial para seguir o mesmo caminho, mostrando que os atores políticos procurarão levar seus conflitos adiante de forma a impedir que outros mobilizem a atenção e obtenham o engajamento do público (CAPELLA, 2018).

Da mesma forma, essa posição pode ser estendida para afirmar que, se alguém quiser entender como os problemas e as agendas são definidos, é necessário ir muito além do que é visto na superfície das relações de poder para aprofundar o caminho em que as forças empíricas ou inadvertidas delineiam os valores e crenças das pessoas. (PARSONS, 2007, p.118, tradução nossa)

Para conseguir alcançar um lugar no debate ou na discursão de modo que um problema possa ser enxergado como tal, é necessário muito mais do que o mérito que o define, ou o local que será realizado ou grupo que irá atingir, dependerá muito mais da

aceitação de grupos seletos que ponderará qual atenção será dada a determinada situação sendo as escolhas onusta de valores e crenças dos indivíduos definidores da agenda.

Mas isso implica admitir que os objetivos existem anteriormente e independentemente da análise. Por outro lado, deve-se lembrar que cada definição do problema corresponderá a uma nova definição dos meios disponíveis. (SUBIRATS, 2006, p. 202, tradução nossa)

Assim, percebemos que a definição de um problema pode ser apontada por várias vertentes, como Secchi (2017, p. 44) defende “um problema público é a diferença entre o que é e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública”. Podendo apresentar conjunturas diferentes dependendo do ângulo em que é analisado. Assim, Dias e Mattos (2018, p. 61) acredita que “Um problema de âmbito público apresenta componentes estruturais que estão relacionados às demandas sociais implicando em um conjunto de contradições e que por isso é objeto de controvérsia pública” que compreende olhares e formatos diferentes para cada realidade. Parsons (2007, p.51, tradução nossa), diz que “[...] o mundo estava repleto de enigmas e problemas que poderiam ser "solucionados" pela aplicação da razão humana e o conhecimento está no pano de fundo do desenvolvimento de políticas públicas”.

Os problemas são definidos na política para atingir metas - mobilizar o apoio para um lado em um conflito. Definir um problema é fazer uma declaração sobre o que está em jogo e quem é afetado e, portanto, definir interesses e a constituição de alianças. (STONE, 2002, p. 231, tradução nossa).

A origem da política pública advém do reconhecimento de um problema que pode apresentar caminhos diferentes a serem traçados, pois quando algo corriqueiro apresenta-se no nosso cotidiano e não identificamos como um suposto problema, em um momento futuro essa mesma circunstância pode ser elevada à condição de um problema público. Nem sempre os temas que assolam a sociedade tornar-se-ão um problema a ser enfrentado pelos formuladores de políticas.

Assim, o caminho exposto na **Figura 3** aponta que todos podem concordar com o tema, mas definir este como problema requer condição eletiva dos formuladores de políticas públicas, Tornando uma questão da vivência social em uma ação de governo.

Figura 3 - Processo de identificação do tema em problema e em política pública.



Fonte: Adaptado de Parsons (2007)

Na perspectiva do modelo dos múltiplos fluxos de John Kingdon (2014), estrutura-se a compreensão das ações decisórias do governo em três fluxos independentes – problemas (*problems stream*), alternativas (*policy stream*), e política (*political stream*) – que, quando convergem os fluxos, apresenta uma janela de oportunidade (*policy windows*) para mudar a agenda governamental ou implementar novas políticas públicas.

2.1.1 O Problema

Na identificação do problema, Kingdon (2014) aponta três caminhos que elucidam o entendimento da situação: os indicadores, eventos-foco e crise, e *feedback*. A definição da direção a ser seguida norteará a atenção do problema para os formuladores de políticas públicas, mensurando o tamanho da ação que deverá ser traçada para cada situação.

O fluxo dos problemas existentes na sociedade é abrangente, mas a transformação deste em problema público, depende de como as informações são apresentadas. Assim, o problema público surge através dos indicadores que são usados para avaliar a magnitude do que ocorre. Nessa tríade, a interpretação do conceito de indicador exposto por Soligo (2012) é,

[...] os indicadores são representações quantificáveis de determinado processo. Portanto permitem formular juízo de valores sobre o entendimento de qualidade e desempenho na educação, sendo utilizados para auxiliar nos processos administrativos ou na comparação entre momentos distintos de um mesmo processo ou, entre instituições, em comparação a padrão tido como ideal. (SOLIGO, 2012, p. 19)

Esta definição de indicador requer um entendimento amplo do que está sendo investigado, pois, em um espaço investigativo significativamente semelhante, constata-se que um mesmo conjunto de dados pode refletir múltiplos aspectos de uma realidade. Os indicadores são usados para subsidiar decisões de planejamento público e formulação de políticas, possibilitando monitorar as condições em que se encontra o ambiente.

A forma como as pessoas definem algo como um problema merece alguma consideração. Muitas vezes, os problemas vêm à atenção dos decisores governamentais não através de algum tipo de pressão política ou perceptual, mas porque algum indicador mais ou menos sistemático mostra simplesmente que existe um problema. Tais indicadores são abundantes no mundo político, porque ambos os governos e as agências não-governamentais monitoram rotineiramente várias atividades e eventos [...]. (KINGDON, 2014 p. 90, tradução nossa)

No exposto por Kingdon (2014), os indicadores são ferramentas utilizadas pelos atores como um caminho para o planejamento eficiente e encontra problemas eminentes na sociedade, a qual também se utiliza deste instrumento para acompanhar o governo e reivindicar soluções e ações de seus governantes. Assim, apresenta um diagnóstico da sociedade, mas não a realidade da situação pois os indicadores podem expressar informações que para um grupo de interesse não apresenta relevância para execução de uma ação focalizada.

Os problemas muitas vezes não são evidenciados pelos indicadores, precisam de um gatilho para ter sua atenção notada. São eventos e/ou crises que se expressam em grandes desastres, podendo ser forjados pela ação ou inação humana ou potencializada pela ação da natureza.

[...] os eventos de foco nem sempre são tão diretos. Algumas variações sobre o tema são as experiências pessoais dos decisores políticos e o impacto de símbolos poderosos. Às vezes, os assuntos se tornam uma agenda proeminente de itens em parte porque os decisores políticos têm experiências pessoais que traz o assunto para sua devida atenção. (KINGDON, 2014 p. 98, tradução nossa)

A identificação ou o proeminente surgimento do problema só é perceptível àqueles que de alguma maneira já tiveram contato ou estão ligados às áreas de envolvimento do problema. A afirmativa de Kingdon (2014) é alarmante, pois problemas de grande escala são ignorados pelos gestores e podem causar grandes impactos à sociedade.

Os agentes políticos e as comunidades relacionam-se a todo momento, na troca de entendimento acerca das ações ou apontamentos de solução para demandas aparentes da sociedade, fazendo com que os agentes políticos compreendam as necessidades do cidadão. O *feedback* entre agente estatal e sociedade ajuda os participantes do estado a focalizar os níveis de atenção dentro das comunidades, apontando o grau de necessidade para cada problema encontrado.

Este feedback muitas vezes traz problemas à sua atenção: programas que não estão funcionando como planejado, implementação que não se enquadra na interpretação do mandato legislativo, novos problemas que surgiram como resultado da promulgação de um programa ou consequências imprevistas que devem ser remediadas. (KINGDON, 2014, p.100, tradução nossa)

O problema não representa uma mera situação ou condição rotineira, seu surgimento apresenta-se através de percepção de que se deve mudar a realidade. Kingdon (2014) descreve, além das condições ou eventos, o elemento interpretativo e decisivo na construção desta terminologia. Assim como um problema pode surgir em uma agenda, ele também pode desaparecer dela.

2.1.2 As Alternativas

De acordo com Schattschneider (1960, p. 68, tradução nossa), “A definição das alternativas é a ferramenta suprema do poder”. Isso porque a criação de soluções para os diversos problemas é abrangente, formulada por diversos atores, em cenários nos quais o elo de diversas proposições é o problema. Mas a definição de que caminho percorrer e qual modelo adotar dependerá do poder político, de quem formula e faz as escolhas.

A busca de soluções para problemas públicos pode desenvolver-se sem uma definição clara sobre o problema a ser enfrentado, por vezes em processos que se estendem ao longo do tempo, envolvendo diversos atores com visões distintas sobre o Estado e sua atuação, e que acabam por incorporar ideias diferentes e muitas vezes contraditórias sobre o que os governos podem fazer. (CAPELLA, 2018, p 71)

A ideia para solucionar um problema, em grande parte, não é gerada repentinamente ou em um *insight*, requer um amadurecimento para compreender o todo e qual impacto das ações sugeridas na resolução do problema. Nesse sentido, o processo de construção pode perdurar por períodos maiores do que uma gestão de um governo, tornando-a incompatível com a visão de outros governos.

Dentre os atores que propõem alternativas e soluções estão os burocratas que compõe a estrutura do Estado, um grupo que possui representatividade dentro dos governos e estabelece diretrizes específicas na propositura de ações para resolução de problema e propositura de políticas públicas. Para Kingdon (2014, p. 32, tradução nossa), "Os burocratas não são importantes em relação à geração de ideias, mas são críticos em relação ao seu aconselhamento profissional e consulta na busca de abordagens que geramos".

As idéias se apresentam como argumentos em defesa de diferentes visões de mundo. Assim, os autores que destacam o papel das idéias enfatizam a centralidade do discurso, da interpretação, da representação simbólica, entendendo que a produção de políticas se aproxima mais do processo de argumentação do que de técnicas formais de solução de problemas. (CAPELLA, 2006, p. 2)

A definição de soluções difere da definição de problemas, pois enquanto o primeiro emerge de necessidades claras e objetivas, o segundo apresenta o modo de corrigir

situações ou implementá-las como estratégias. Assim, Kingdon (2014) aponta fatores capazes de fazer com que ideias sobrevivam como sua viabilidade técnica e condição possível de ser implementada, aceitabilidade por especialistas das grandes áreas da política, rentabilidade ou condição financeira viáveis, aceitação pelo público e receptividade por parte dos tomadores de decisão.

A aprovação de uma solução ou alternativa requer trilhar um caminho de aceitabilidade, pois necessita cumprir requisitos básicos que viabilizam ou expurgam as ideias colocadas na mesa. Apresentar uma alternativa que cumpra todos os requisitos legais demanda um vasto conhecimento e dedicação sobre o tema colocado em pauta, entretanto muitas alternativas são criadas sem ter um problema para solucionar.

Importante é que as ideias geradas nesse fluxo não estão necessariamente relacionadas a percepção de problemas específicos. Nesse caso pessoas não resolvem problemas, mais criam soluções, e procuram problemas para os quais possam apresentar suas soluções. (DIAS e MATOS, 2017, p.72)

Assim, as alternativas podem ser utilizadas ou reutilizadas em qualquer momento, dependendo do foco que os tomadores de decisão para conduzir um programa, implantar um projeto, resolver um conflito ou conduzir uma ação. Portanto, o surgimento de alternativas representa uma criação inovadora, uma repaginação de algo já implantado, ou uma reaplicação de uma ideia outrora utilizada para embasar os formuladores de políticas públicas na construção de uma agenda.

2.1.3 A Decisão

O processo de decisão segue uma hierarquia na qual se estabelece um peso para cada atividade planejada para sua execução. O processo de escolha do que será executado poderá confrontar os interesses da administração ou a condição social que representa essa escolha.

Se a tomada de decisão é definida como um processo em quem escolhe ou seleciona uma certa opção, então a noção de decisão implica um ponto ou uma série de pontos no tempo e no espaço que marca o momento em que os formuladores de políticas atribuem valores. (PARSONS, 2007, p. 275, tradução nossa)

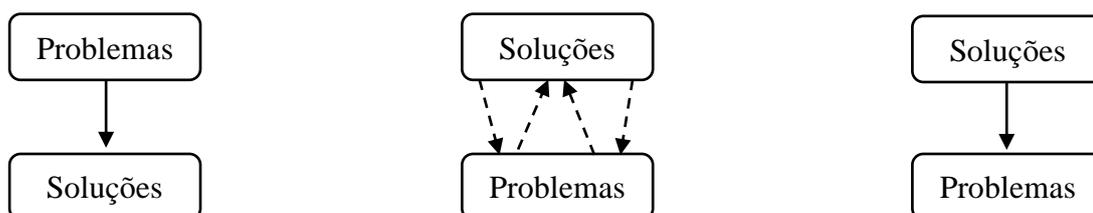
A influência do resultado de uma decisão depende diretamente do grau de direção e representatividade que o comandante da ação possa imprimir na potencialidade dos indivíduos que o cerca. Sendo assim, o sucesso de uma decisão está pautada na filosofia do que se deseja implementar, sendo que as ações mais basilares é o que direciona o comportamento geral da instituição. (SIMON, 1970).

Todo comportamento envolve seleção consciente ou inconsciente de determinadas ações entre aquelas que são fisicamente possíveis para o agente e para aquelas pessoas sobre as quais êle exerce influência e autoridade. Usamos aqui o termo seleção sem qualquer conotação com um processo consciente ou deliberativo. Refere-se pura e simplesmente ao fato de que ao seguir determinado curso de ação, o indivíduo automaticamente abandona outro. (SIMON, 1970, p.3)

O processo de decisão requer a aglutinação de ideias e pensamentos coletivos. Por mais capaz que um gestor seja de realizar o comando das atividades, a equipe que o assessora deve confluir em um mesmo ideário central, possibilitando uma coordenação unívoca entre o problema enfrentado, a solução criada e a decisão executada.

Secchi (2017) apresenta três dinâmicas ou modelos para escolha de como os governantes definirem a tomada de decisão na ação política, ver **Figura 4**. No primeiro cenário, o tomador de decisão tem um problema e procura uma solução que se enquadre nos seus objetivos, modelo de racionalidade. No segundo cenário, o decisor ajusta problemas e soluções simultaneamente em que desde o nascedouro do problema as alternativas estão postas para soluções, modelo incremental. No terceiro cenário, a solução está em mão, necessitando de um problema para sua implementação, modelo de fluxos múltiplos.

Figura 4 - Modelos de tomada de decisão



Fonte: Adaptado de Secchi (2017)

O desenvolvimento de políticas ou enfrentamento de uma situação encontra-se atrelado ao juízo de valor despendido. Logo, Parsons (2007, p. 274, tradução nossa), coloca que “as decisões [...] podem ser interpretadas através de uma diversidade de lentes, cada uma construindo uma história diferente do que aconteceu na realidade”.

A composição dessa percepção situacional configura-se através da análise de informações e dados que, isoladamente, podem elucidar especificidades de determinada realidade e, coletivamente, podem tornar compreensíveis circunstâncias extremamente

relevantes, inseridas em contextos consideravelmente mais amplos, corroborando para a tomada de decisão.

Assim, para Simon a decisão:

[...] consiste em selecionar dentre várias aquela estratégia composta de um conjunto preferido de consequências. É preciso destacar, contudo, que todas as consequências que decorrem da estratégia escolhida são relevantes para avaliação de sua eficácia e não apenas aquelas consequências que foram antecipadas. (SIMON, 1970, p. 70, tradução nossa)

Logo, o processo decisório requer escolhas que cominará em resultados positivos ou negativos, baseado na condição de resposta do tomador de decisão para o problema enfrentado.

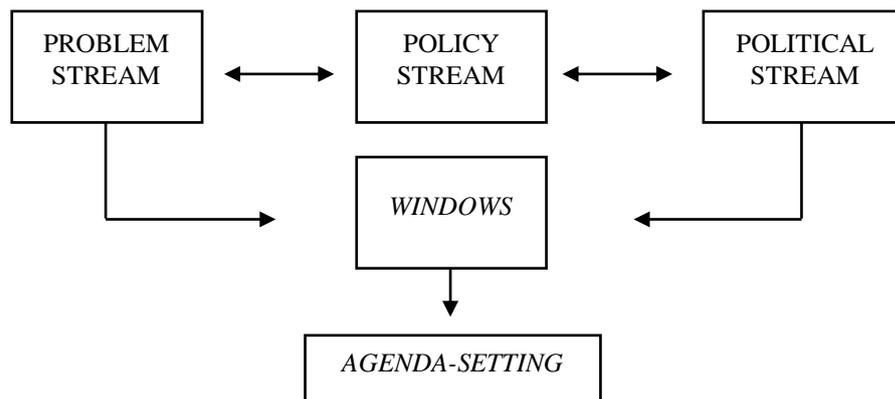
2.1.3.1 *Os Fluxos Múltiplos*

A análise de política pública baseado no modelo de *Multiple Streams*, apresentada por Kingdon, faz a relação entre todos os processos que compõe a formação de política pública e como estes elementos estruturam a formação e/ou construção de uma agenda pública para mitigar, abrandar ou solucionar as situações que vão de encontro ao bem social.

Nesse modelo, Kingdon aponta três fluxos independentes que fazem parte de uma arena pública de discursões: o problema, as soluções e a condição política. Nesses fluxos, atores visíveis e invisíveis são apontados como impulsionadores de um determinado tema, criando visibilidade e promovendo ações relevantes.

A formação de uma agenda pública está atrelada ao processo de escolhas ou concepção das ações de cada gestor, ao posicionamento ideológico, de grupos de aliados que estão ao redor, às expectativas criadas pelos apoiadores e outras predileções, apontando para trajetória que cada governante busca na sua gestão.

Figura 5 - Modelo Fluxos de Kingdon para propositura de uma política



Fonte: Adaptado de Capella (2018)

Kingdon (2003) esboça a dinâmica de cada fluxo e suas potencialidades para torna-se parte de uma agenda pública, mas a aglutinação ou desejo de todos que compõe estes fluxos criam a janela de oportunidade em que as dinâmicas dos processos são facilitadas, condicionando as implementações e aprovações das pautas que apresentam maior visibilidade dentro da sociedade.

2.1.4 A Implementação

O processo de implementação é o momento em que as políticas amplamente pensadas, discutidas e aprovadas interagem com os executores da administração. É nesta fase que rotinas são criadas, processos são definidos e as propostas dos formuladores de política passam de intenção para ação institucional. Assim, Dias e Matos (2017, p. 79) discorre que “[...] esta etapa é fundamental porque é nela que a política, até então quase feita exclusivamente de discursos e de palavras, se tornando em fatos concretos [...] continuação da luta política com outros meios e cenários diferentes”.

Nessa fase, o planejamento é definido, as metas são mensuradas, e os recursos são disponibilizados para execução das atividades. O desenvolvimento das ações pela administração pública requer o uso de instrumentos para execução das políticas. Secchi (2017, p. 59) define que “[...] a criação de novos instrumentos, bem como para o aperfeiçoamento de instrumentos já existentes, tornando assim a implementação da política mais adequada ao problema público em questão”.

Parsons (2007) tece que os estudos sobre a implementação de políticas públicas perpassam pela análise do fracasso, modelo racional *top-down*, modelo *bottom-up*, e

modelos híbridos. O primeiro estudo, baseia-se nos erros cometidos em determinar objetivos e ações de uma política pública.

O modelo racional caracteriza-se pela separação entre os tomadores de decisão e os implementadores, sendo que as influências são nulas e o processo segue uma hierarquia de autoridades. Caracteriza-se pela natureza burocrática e pela determinação de funcionalidade para que cada agente compreenda claramente o papel a ser executado e suas definições.

O modelo *bottom-up* apresenta uma maior flexibilidade entre os atores da política pública, caracterizando pela participação dos implementadores em toda estruturação, desde a análise do problema, até a tomada de decisão, apresentando maior discricionariedade para resolução de ações ou enfrentamentos e para o entendimento os porquês dos obstáculos.

A questão da interação também é central para modelos que entendem a implementação como um processo impulsionado pelo conflito e negociação. [...] também reconhecem que a consolidação de acordos ocorre durante a implementação. [...] é efetiva quando os grupos resolvem suas diferenças e estabelecem uma política específica. (PARSONS, 2007 p. 490, tradução nossa)

Assim, a implementação da política é baseada em métodos variados e interesses mútuos, e a forma para se chegar ao resultado pode variar entre o posicionamento de quem comanda e a ideia dos atores que compõe esse grupo, com vistas a se obter esforço e cooperação entre as pessoas para executarem o que foi planejado. A condição política de quem comanda as ações pode esbarar em conflitos que, quando negociáveis, ampliam o sucesso de uma política, mas, quando negligenciado, podem pôr fim a tudo que foi construído. Com essas considerações embasadas, o trabalho procede para a compreensão das políticas de educação superior brasileira, categoria foco para o entendimento da evasão no ensino superior.

3 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Neste capítulo faremos um breve histórico das políticas para educação superior no Brasil e os marcos políticos que foram implementados para desenvolvimento da educação superior, realizando uma revisão dos princípios e metas do programa REUNI e analisando como são formuladas as políticas educacionais da UFRB.

A educação superior no Brasil não apresenta uma longa história, se compararmos aos países vizinhos da América Latina, que a partir do século XVI já iniciaram a trajetória do ensino superior nas suas sociedades. No Brasil, o surgimento da primeira formação superior foi o curso Médico de Cirurgia da Bahia, estabelecido pelo Decreto 18 de fevereiro de 1808, após a chegada da família Real Portuguesa a terras brasileiras.

A história da criação de universidade no Brasil revela, inicialmente, considerável resistência, seja de Portugal, como reflexo de sua política de colonização, seja da parte de brasileiros, que não viam justificativa para a criação de uma instituição desse gênero na Colônia, considerando mais adequado que as elites da época procurassem a Europa para realizar seus estudos superiores (FÁVERO, 2006, p. 20)

O fomento e a expansão dos cursos foram lentos e pulverizados pelo país, no mesmo ano foi criado os cursos de Anatomia, Cirurgia e Obstetrícia no Hospital Militar do Rio de Janeiro, posteriormente no período imperial foram criados em 1817 os cursos jurídicos em Olinda e em São Paulo e, em meados dos anos 1874, os cursos de Engenharia. Segundo Oliven (2002), nenhuma Universidade foi criada no Brasil-Império pelo alto conceito da Universidade de Coimbra, pois não facilitava o surgimento de uma instituição de ensino em um país mais jovem, tornando a criação de cursos superiores um substituto à universidade.

O marco da primeira universidade no Brasil surge em 1920, resultado do Decreto nº 14.343, criando-se a Universidade do Rio de Janeiro, resultando da junção da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, sendo conferida a direção da Universidade ao presidente do Conselho Superior de Ensino na qualidade do Reitor que também regerá Conselho Universitário formado por docentes e diretores das faculdades agrupadas que asseguraria a autonomia didática e administrativa.

No que diz respeito às funções e ao papel da universidade, há duas posições: os que defendem como suas funções básicas a de desenvolver a pesquisa científica, além de formar profissionais, e os que consideram ser prioridade a formação profissional [...] a universidade, para ser digna dessa denominação,

deveria tornar-se um foco de cultura, de disseminação de ciência adquirida e de criação da ciência nova. (FÁVERO, 2006, p. 22)

Com o surgimento do Ministério da Educação e Saúde foram criados dispositivos objetivando a reformulação da educação superior. Dentre os vários decretos criados para regulamentar a educação brasileira destacam-se o Decreto-lei 19.850/1931 que cria o Conselho Nacional de Educação, o Decreto-lei 19.851/1931 que institui o Estatuto das Universidades, e o Decreto-lei 19.852/1931 que organiza a Universidade do Rio de Janeiro.

Na década de 1960, com a promulgação da Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, cria-se a Universidade de Brasília (UNB), pautada nos movimentos que pediam a modernização da universidade no país, “Os inventores desejavam criar uma experiência educadora que unisse o que havia de mais moderno em pesquisas tecnológicas com uma produção acadêmica capaz de melhorar a realidade brasileira”(ALVES, 2014, p. 1).

Nesse período também foi promulgada a Lei 4.024, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que, em seu bojo, contemplava as finalidades da educação, o direito à educação, à liberdade de ensino, e o processo de administração do ensino pautando todas as áreas educacionais existente a época, estabelecendo objetivos e metas qualitativas e quantitativas para a educação em um período de oito anos.

[...] estabeleceu, para todos os entes federativos, a gratuidade e a obrigatoriedade do (então) ensino primário, um Plano Nacional de Educação sob Diretrizes e Bases e uma vinculação percentual para a educação advinda da arrecadação dos impostos. Tais constrangimentos se dão dentro de um capítulo próprio em que a educação é reconhecida como direito de todos (art. 150). (CURY, 2007, p 834)

Por seguinte, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior. Fávero (2006, p. 34) salienta a tentativa do governo com “[...] o intuito de aumentar a eficiência e a produtividade da universidade, sobressaem: o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós-graduação”. A referida lei também extinguiu a cátedra, implantou a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e introduziu o regime de tempo integral e dedicação exclusiva dos professores. Assim, Oliven (2002, p. 33) reforça que “essa Reforma possibilitou a profissionalização dos docentes e criou as condições propícias para o desenvolvimento tanto da pós-graduação como das atividades científicas no país”.

A mudança constitucional de 1988 e a redemocratização apresentou-se como novo cenário para educação que intensifica o debate entre grupos que apoiavam a educação pública como dever do Estado, e outros que desejavam mais incentivos pelo poder público às instituições privadas.

[...] o Estado continua tendo a competência privativa em relação ao caráter oficial dos certificados e diplomas da educação escolar e daí advém o artigo 209 da mesma Constituição, pelo qual cabe ao Estado condicionar a autorização de funcionamento das escolas próprias da iniciativa privada à obediência às normas gerais da educação e submetê-las, tal como faz com as do sistema público, à avaliação de qualidade. (CURY, 2007 p. 850)

Com a promulgação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o governo sinalizou claramente para mudanças nas responsabilidades dos entes federados regulamentando o desenvolvimento do ensino em seus diferentes níveis.

Essa nova Lei introduziu o processo regular e sistemático de avaliação dos cursos de graduação e das próprias instituições de ensino superior, condicionando seus respectivos credenciamentos e recredenciamentos ao desempenho mensurado por essa avaliação. (OLIVEN, 2002, p. 37)

O surgimento do Plano Nacional de Educação, regulamentado pela Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2002, traçou metas e objetivos para a educação superior, criou incentivos para ampliação do acesso tanto para instituições de ensino superior privadas como para as universidades federais, além da criação da Universidade Aberta do Brasil - UAB. O governo fortaleceu o Financiamento Estudantil (FIES), criado em 1999, como objetivo disponibilizar financiamento para estudantes de baixa renda matriculados em instituições privadas.

Com a reformulação do sistema educacional, o governo implantou políticas para melhorar o acesso às estruturas das universidades. Criado em abril de 2004, a lei nº 10.861, efetiva o SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - o qual é formado por três componentes: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes, construindo informações para melhorar a eficácia institucional e acadêmica das IES.

A implantação da Lei 11.096/2005, estabelece o PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudos integrais e bolsas de estudo parcial para estudantes de cursos de graduação em instituições de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. Fortalece e amplia as vagas públicas, auxiliando o governo adoção de algumas políticas de recuperação e expansão das universidades federais. A promulgação o Decreto nº 6.096,

de 24 de abril de 2007, instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Em conjunto, foi publicado o Plano de Desenvolvimento da Educação (2007) que abarca toda a estruturada educação brasileira organizadas em quatro eixos: Educação Básica, Educação Superior, Educação Profissional e Tecnológica, Alfabetização e a Educação Continuada, com duração de dez anos.

A expansão do acesso ao ensino superior via universidades federais resultou na formulação de um conjunto de políticas que visam a ampliação e democratização, dividindo em três fases: fase I – interiorização, compreendendo o período de 2003-2007, fase II - reestruturação e expansão, compreendendo o período de 2008-2012, e a fase III que se caracteriza pela continuidade das propostas anteriores.

Em 2009, cria-se o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) uma plataforma digital desenvolvida pelo MEC para ingresso de estudantes nas universidades e institutos de educação, regulamentado pela Portaria Normativa nº13, de 18 de maio de 2010. Este novo formato utiliza o resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como forma de acessar os cursos de graduação, tendo os objetivos de viabilizar a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nos cursos de graduação, reduzir vagas ociosas e promover a democratização do acesso ao ensino superior. Nessa perspectiva em maio de 2013, foi criado através da portaria nº 389, o Programa de Bolsa Permanência (PBP).

A educação superior no Brasil foi sempre marcada por lutas e conquistas, da construção do primeiro curso superior ao estabelecimento das últimas universidades públicas instaladas, desde a condição de acesso ao ensino, da quantidade de vagas e localização das instituições fizeram com que cursar a educação superior pública no Brasil fosse privilégio de poucos. Assim, no processo de mudança deste cenário se deu através da implementação do Reuni a construção de um programa público para melhor a prestação de serviço e ampliação das condições de acesso para cidadão.

3.1 O REUNI

O governo federal diante das reivindicações da sociedade para renovação e desenvolvimento da educação superior pública no país, e da necessidade de formação de mão de obra qualificada, tendo em vista o crescimento da demanda nacional e

internacional e sendo uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação 2007 cria o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

O Programa Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, pelo governo federal, sendo uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). As ações do Reuni contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior.

O Programa surgiu com a intenção do governo federal em promover expansão e reestruturação das universidades federais na perspectiva de uma educação superior inclusiva e da redução das desigualdades regionais por meio da ampliação do gasto com o ensino superior público. Inspirou-se no Movimento Universidade Nova da Universidade Federal da Bahia, que, em 2006, despertou interesse do MEC e da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes). (CAMPOS, 2014 p.2)

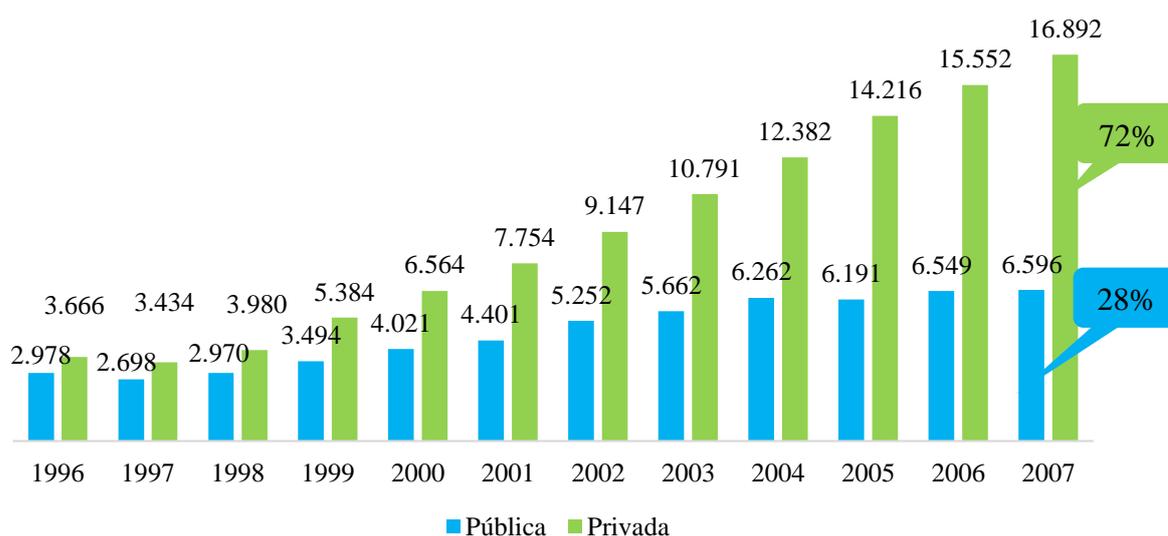
A formação do Reuni nasce de demandas antigas pleiteadas pelas instituições públicas de ensino superior. A composição de um cenário que promovia o ensino superior privado, com aumento constante de cursos de graduação, matrículas de estudantes e vagas ofertadas seria necessário um impulsionamento das universidades públicas. Com objetivo de ampliar as vagas ofertadas no país, para diminuição da desigualdade social e promoção do desenvolvimento da regional de todas as localidades do Brasil.

Tendo em vista essa necessidade de expansão da educação superior no país, foram elencadas as seguintes metas: elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%; elevação gradual da relação aluno/professor para 18 alunos para cada professor; aumento mínimo de 20% nas matrículas de graduação num de cinco anos, a partir de 2007 (BRASIL, 2009). Com o acesso principalmente entre os jovens brasileiros 18 e 24 anos, as universidades públicas, adotaram uma série de medidas a fim de retomar o crescimento do ensino superior público.

Em sua formulação, o Reuni teve como principais objetivos: garantir as universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior; assegurar a qualidade por meio de inovações acadêmicas; promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica; e otimizar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das instituições federais de educação superior. (BRASIL, 2009, p. 3)

O cenário² dos cursos de graduação presenciais a partir da publicação da LDB em 1996 entre a rede privada e a rede pública diferenciava-se em 10%, em que os cursos de graduação da rede pública representava 45% do total disponibilizado no Brasil. A evolução deste panorama representou um aumento de 221% em uma década, já a rede privada teve uma ampliação de 461% saltando para 44% esta diferença no qual a rede privada abarcava 72% dos cursos de graduação presenciais em 2007.

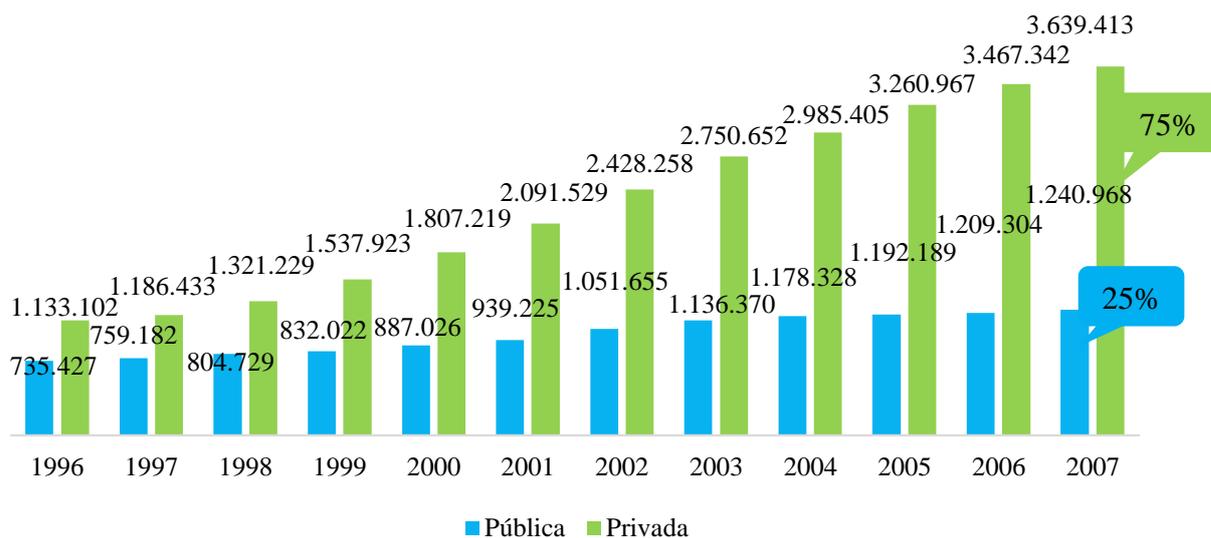
Gráfico 1 - Evolução dos Cursos de graduação presenciais no período de 1996 - 2007



Fonte: INEP Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação, (2019)

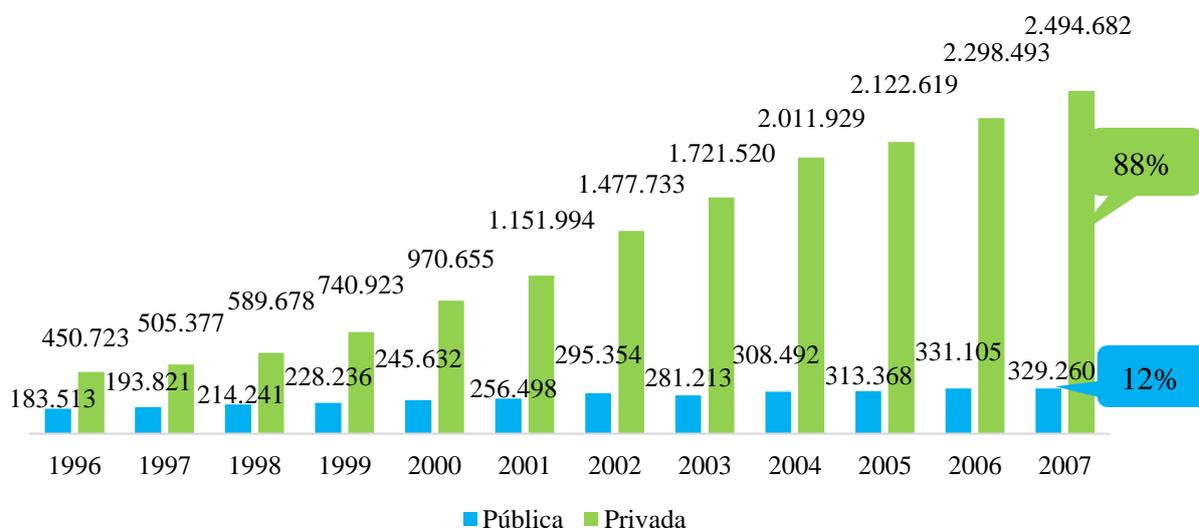
Na mesma proporção que os cursos de graduação avançavam, também, a quantidade de matrículas e vagas oferecidas nos cursos de graduação presenciais, seguindo a mesma proporção de avanço sinalizada no **Gráfico 1**. Com a disparidade do avanço entre as redes de ensino superior, o Reuni dimensiona grandes áreas de atuação, segmentando-as com ações específicas para ampliação e estruturação da rede pública de ensino superior pelo Brasil.

² Os dados apresentados nos gráficos 1, 2 e 3 demonstram a necessidade de investimento na educação pública superior, pois, a partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, ampliou-se os percentuais de matrículas, vagas e cursos de graduação entre os ensinos público e privado. Assim, esses gráficos apontam a necessidade da reestruturação e ampliação das universidades públicas no país, motivo pelo qual se optou pelo período entre 1996 a 2007, posterior a LDB e anterior ao lançamento do Reuni.

Gráfico 2 - Evolução das matrículas em cursos de graduação presenciais no período de 1996 -2007

Fonte: INEP Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação, (2019)

Observando a evolução dos números que o setor privado construiu uma década após a promulgação LDB, fica evidente os anseios que foram sinalizados nos grupos de debates na constituinte, revelando um quadro em que a educação superior saía do estado para ser conduzida por grupos e instituições privadas.

Gráfico 3 - Evolução das Vagas Oferecidas dos Cursos de Graduação Presenciais no período 1996 - 2007

Fonte: INEP Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação, (2019)

Em 2007 a disparidade entre a categoria administrativa, nos três segmentos: curso, matrículas e vagas ofertadas, ultrapassam 45% e com estimativas muito negativas, pois a

oferta de vaga no último ano apontado no **Gráfico 3** sinalizava o desmonte do sistema público de educação superior.

Portanto, com a condição estabelecida no cenário anterior a publicação do programa Reuni, apresentava uma evolução constante do setor privado, com evolução ano após ano e consolidando a iniciativa privada como maior promotora de cursos, vagas e matrículas no ensino superior.

O processo de democratização compreende reverter o quadro no qual ir à universidade é opção reservada às elites. A definição de um projeto para a educação superior deve entender essa como bem público, destinada a todos indistintamente, inserida no campo dos direitos sociais básicos, tratada como prioridade da sociedade brasileira, sendo que a universidade deve ser a expressão de uma sociedade democrática e multicultural, em que se cultiva a liberdade, a solidariedade e o respeito às diferenças (BRASIL, 2015, p. 19).

A conjuntura em que a universidade tinha o seu acesso restrito a uma parcela da sociedade, e um quantitativo de vagas limitada, possibilitando que o governo federal identificasse um problema público a ser observado e diagnosticado criando alternativas para solucionar uma demanda social que se apresentava latente há décadas. Abaixo, o **Quadro 1** apresenta as dimensões e as principais ações elencadas para solucionar ou abrandar as condições existentes nas universidades públicas brasileiras.

O programa Reuni teve uma grande aceitabilidade perante as instituições de ensino superior, com 53 universidades federais aderindo ao projeto de expansão e reestruturação do ensino superior com implantação realizada em 2008.

[...] Por ter referência na qualidade, visão estratégica, com metas e bases gerenciais claras, o Programa representa uma revolução na Educação Superior, com repercussão direta nos demais níveis de ensino e com consequências espalhadas por todas as atividades econômicas. (ANDIFES, 2010, p. 9).

Assim, o programa modificou a educação superior, ampliando a possibilidade de ensino, pesquisa e extensão nas universidades, crescimento da educação superior em todo país e ampliando o acesso de estudantes de graduação. O programa mudou o patamar das universidades ampliando as condições de estruturação física, aumento do quadro funcional, e expandido os cursos e vagas ofertadas para melhor desenvolvimento dos trabalhos executados nas universidades.

A UFRB aderiu ao programa Reuni visando a oportunidade de consolidação da instituição e buscando garantir melhor qualidade do ensino, infraestrutura, capacidade financeira e pessoal, além de qualificação docente. A adesão deu-se para estruturação da instituição, oportunizando a solidificação da capacidade técnica e ampliação as condições de atendimento no recôncavo da Bahia.

Quadro 1 - Dimensões e ações do REUNI

Dimensões	Ações
Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública	Aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; Redução das taxas de evasão; e Ocupação de vagas ociosas
Reestruturação Acadêmico-Curricular	Revisão da estrutura acadêmica, buscando a constante elevação da qualidade; Reorganização dos cursos de graduação; Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada; Implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos; e Previsão de modelos de transição, quando for o caso
Renovação Pedagógica da Educação Superior	Articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica; Atualização de metodologias (e tecnologias) de ensino-aprendizagem; Previsão de programas de capacitação pedagógica, especialmente quando for o caso de implementação de um novo modelo.
Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação	Articulação da graduação com a pós-graduação; e Expansão qualitativa e quantitativa da pós-graduação orientada para a renovação pedagógica da educação superior.
Compromisso Social da Instituição	Políticas de inclusão; Programas de assistência estudantil; e Políticas de extensão universitária.
Mobilidade Intra e Inter-Institucional	Promoção da ampla mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas, e entre instituições de educação superior.

Fonte: Adaptado de Brasil (2007)

Como proposta do plano de adesão, a UFRB pactuou em seu objetivo geral: “Melhorar as condições do ensino de graduação com qualificação na oferta de cursos visando à redução da evasão e o aumento da taxa de sucesso” (UFRB, 2007, p. 2). No entanto, pelo menos no que diz respeito à evasão, não se conseguiu cumprir tal objetivo, pois, como afirmado por Santos (2017, p. 148), “não foram encontrados nos 149 documentos institucionais nenhuma proposta ou projeto de acompanhamento e orientação acadêmica conforme fora previsto nas intenções do projeto do REUNI”.

No plano de reestruturação a UFRB dimensionou sua atuação na ampliação da oferta de educação superior pública com metas de criação de 17 cursos novos, dentre estes nove no período noturno, redução da evasão ao patamar de 10%, a partir do segundo semestre de 2008. E estabelecendo uma ação de preenchimento de 100% das vagas ociosas até o ano de 2012.

A proposta apresentada pela UFRB ao MEC representou um plano audacioso e até utópico nos pilares de reduzir a evasão que até 2008 não divulgou nenhum estudo ou diagnóstico sobre a temática e zerar as vagas ociosas que acumulavam nos cursos de graduação apontados pelo relatório gestão PROGRAD 2008 no qual foram ofertados nos dois semestres letivos 1.850 vagas nos cursos de graduação, nos 05 centros de ensino, com ingresso de 940 alunos nesse mesmo período.

3.2 A UFRB

A UFRB foi concebida numa estrutura multicampi nas cidades de Cruz das Almas, Amargosa, Cachoeira, Feira de Santana, Santo Amaro e Santo Antônio de Jesus. Esta estrutura é definida por Centros de Ciências, nucleando-se as áreas temáticas, criadas com uma visão administrativa sempre integrada, multifuncional e multidisciplinar, as quais desenvolvem as atividades de ensino, pesquisa e extensão. A estrutura conta com os seguintes Centros: Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas; Centro de Artes, Humanidades e Letras; Centro de Formação de Professores; Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas; Centro de Ciências da Saúde; Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade; Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas.

A UFRB surge do desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia pela lei 11.151/2005, nesse processo de transição existiam 05 cursos de graduação que estavam em funcionamento na estrutura da UFBA e que foram vinculados ao CCAAB na nova matriz organizacional de multicampia criada pela UFRB.

Os cursos de graduação da Universidade contemplaram, inicialmente, 4 municípios, três no Recôncavo baiano – Cachoeira, Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, e um no território do Vale do Jiquiriçá, em Amargosa. Posteriormente, implantaram-se mais dois centros, nos municípios de Santo Amaro, no Recôncavo baiano, e em Feira de Santana, no território de identidade do Portal do Sertão.

Nas **tabelas 1** (p. 69), **2 e 3** (p. 70), apresenta-se a evolução dos cursos de graduação da UFRB implantados nos municípios acima, por cidade (centros de ensino), por turno e por grau acadêmico, no período 2006-2018.

A implantação, manutenção e extinção de ações ou políticas dentro da UFRB segue ritos diferentes de algumas instituições governamentais. As universidades formadas por autarquias federais apresentam Conselho que direcionam e planejam as ações a serem

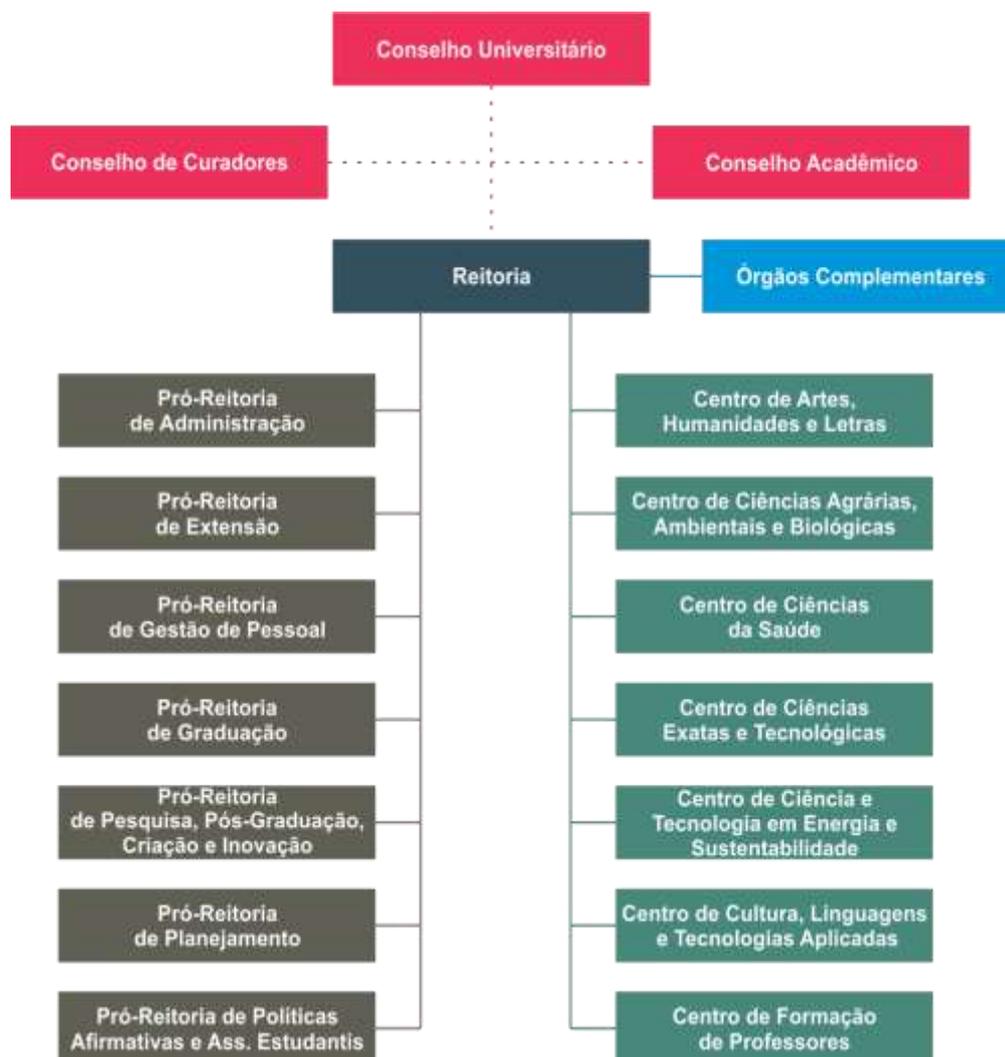
executadas, na UFRB a estrutura hierárquica está dividida em três grandes grupos: Administração Superior; Administração Setorial e Órgãos Complementares.

A Administração Superior, segundo o Artigo 19, do Estatuto UFRB, é composta pelos Conselhos Universitário, Acadêmico e Curador e a Reitoria, como apresentado na **Figura 6**. O Conselho Universitário é a instância máxima da Universidade como órgão doutrinário, consultivo, normativo, deliberativo, e pauta a aprovação de políticas gerais da instituição. O Conselho Acadêmico é um órgão consultivo e deliberativo, cabe a este definir a organização e o funcionamento da área acadêmica em conjunto com os órgãos da administração superior e setorial, detém a competência de traçar as diretrizes e definir a política de ensino, pesquisa e extensão da Universidade. O Conselho Curador tem a finalidade de exercer a fiscalização econômico-financeira na Universidade.

Os conselheiros são escolhidos por representações da comunidade acadêmica, sendo o Reitor presidente do Conselho Universitário (CONSUNI) e do Conselho Acadêmico (CONAC), este último apresenta uma estrutura interna, com órgão consultivo e de assessoramento, chamados de câmaras, nas seguintes áreas fins: Graduação; Pesquisa e Pós-graduação; Extensão e Assuntos Estudantis e Política Afirmativa. Essas Câmaras têm a prerrogativa regimental de construir e deliberar sobre as matérias estritas a cada segmento, e sua aprovação por humanidade constitui política institucional com efeito direto e sem submissão ao pleno do Conselho Acadêmico.

A Reitoria é um órgão executivo da administração superior, responsável pelo planejamento, coordenação, supervisão, avaliação e controle da Universidade, dando cumprimento a legislação vigente e as deliberações dos Conselhos Universitário e Acadêmico. A Reitoria tem na sua estrutura as Pró-Reitorias, apresentadas na **Figura 6**, que constituem órgãos administrativos superiores e, contém a atribuição de planejar, coordenar, dirigir e executar as matérias afins a cada área institucional que compõe e possui a prerrogativa de propor políticas institucionais em suas áreas de atuação.

Figura 6 - Estrutura Organizacional da UFRB



Fonte: homepage UFRB (<https://www.ufrb.edu.br/portal/institucional/40-lei-de-acesso-a-informacao/88-estrutura-organizacional>)

3.2.1 A formulação de política na UFRB

A proposição de uma ideia que venha a transformar, melhorar ou definir processos que ajudem o desenvolvimento do serviço público, está condicionada a seus participantes, que apresentam características próprias para definir o que melhor representa a ação da organização estatal.

A UFRB apresenta múltiplos caminhos para formular e propor políticas, mas sua aprovação ou arquivamento está estritamente ligado aos órgãos superiores citados na **Figura 6**. O Estatuto da Universidade firma que é atribuição do Conselho Universitário e Acadêmico propor a condução das ações estratégicas que guiam a instituição.

Art. 23- São atribuições do Conselho Universitário:
I - Aprovar as políticas gerais da Universidade;

Art. 27 – Compete ao Conselho Acadêmico:

I – Traçar diretrizes e definir a política de ensino, pesquisa e extensão da Universidade observada sua política geral. (UFRB, 2007)

O percurso institucional para suprir, afirmar ou corrigir rumos da universidade, de forma ocasional ou tardia perpassa por fluxos das estruturas administrativas que podem apresentarem individual ou múltiplas dos órgãos institucionais.

Art. 32 - Compete ao Reitor:

X - Submeter ao Conselho Universitário propostas de políticas gerais, planejamento global e diretrizes orçamentárias para a Universidade; (UFRB, 2007)

A representatividade de conduzir a submissão de proposta e planos políticos também é afirmado no artigo 22 do Estatuto:

§ 4º - A pauta do Conselho Universitário é preparada pela Chefia de Gabinete a partir das indicações feitas pelo Reitor, cujos processos pertinentes serão disponibilizados para análise dos Conselheiros; (UFRB, 2007)

O Estatuto da Universidade normatiza que o Reitor é quem pauta e encaminha para o conselho superior todas as ações, planos, propostas e diretrizes da instituição. A condução das atividades administrativas da UFRB é executada pela Reitoria que integra o Gabinete do reitor, as Pró-Reitorias, a Procuradoria federal, as Assessorias especiais e Órgãos administrativos.

Art. 2 A Reitoria e órgão executivo superior responsável por coordenar, fiscalizar e superintender todas as atividades universitárias, dando cumprimento a legislação vigente e as deliberações dos Conselhos Universitário e Acadêmico, além de estabelecer as ações e medidas regulamentares cabíveis. (UFRB, 2012)

Assim, apesar de o pleno dos conselhos superiores serem os detentores da institucionalização de uma política, quem controla os fluxos e ações das propostas da comunidade acadêmica é o Reitor. Portanto, a pauta de ação ou inação praticada condiz com que a gestão prioriza e ou determina seu campo de atuação política.

Dentro da estrutura da Reitoria, as Pró-Reitorias detém prerrogativas para propor políticas institucionais, cada unidade pode exercer ações ligadas ao ramo de atuação definidas nas nomenclaturas de criação, e prestar assessoramento ao Reitor. As Pró-Reitorias diagnosticam os problemas e propõem as soluções, as quais seguem para o dirigente máximo que define e encaminha para os conselhos superiores ou aguarda um melhor período para que possa ser apreciado.

4 A EVASÃO ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A evasão na educação superior tem sido um desafio internacional que afeta o resultado das instituições de ensino e dos sistemas de educação. Santos (2017) cita estudos na União Europeia - caso francês e português e, nos Estados Unidos. De maneira similar, ao falar sobre evasão, Fritsch (2015) salienta que:

É um fenômeno complexo, associado com a não concretização de expectativas e reflexo de múltiplas causas que precisam ser compreendidas no contexto socioeconômico, político e cultural, no sistema educacional e nas instituições de ensino. Caracteriza-se por ser um processo de exclusão determinado por fatores e variáveis internas e externas às instituições de ensino. (FRITSCH, 2015, p. 2).

Nessa concepção, a substancialidade da evasão é emanada de expectativas que são postas por indivíduos e instituições, influenciada por condições econômicas, divergências culturais e compreensão social, gatilhos que impulsionam o fenômeno.

Nesse sentido, Bueno (1993, p. 13) aborda de modo singular o fenômeno da evasão como “uma postura ativa do aluno que decide desligar-se por sua própria responsabilidade” por isso, ainda segundo o autor, distingue-se de exclusão na qual “implica a admissão de uma responsabilidade da escola e de tudo que a cerca”. A primeira corresponde a uma postura ativa do aluno, já a segunda está relacionada aos modelos institucionais que o regem a evasão. Ao diferenciar evasão de exclusão o referido autor sinaliza o papel da organização escolar no abandono do aluno do ambiente educacional que, mesmo tendo formatos diferenciados, promove a saída do estudante.

Na perspectiva de Silva Filho (2007), a evasão estudantil no ensino superior gera ociosidade para as instituições, entraves no acesso à educação e desperdício econômico para toda a sociedade. Assim, esse fenômeno afeta o conhecimento a ser difundido e, no decorrer do tempo, macula o desenvolvimento educacional.

Em busca de entender o fenômeno, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, realizou estudos sobre a evasão estudantil na graduação. Em 1995, uma comissão formada por pró-reitores de graduação e diretores de diversas universidades brasileiras compôs um relatório em que o objeto era o estudo da evasão dos cursos de graduação, considerando-a saída definitiva do aluno de seu curso de origem sem concluí-lo. Neste contexto da comissão, a evasão foi caracterizada com:

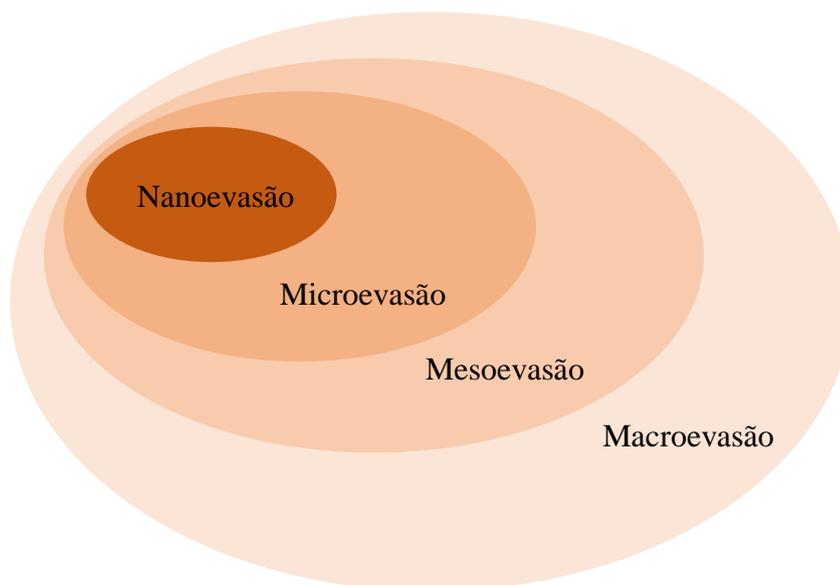
Evasão de curso: quando o estudante desliga-se do curso superior em situações diversas tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional; evasão da instituição: quando o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado; evasão do sistema: quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior. (BRASIL, 1997, p. 20)

Essas definições categorizam como o processo de evasão ocorre dentro das instituições superiores, pois a saída do curso não promove seu desligamento da instituição, esta ação promove uma lacuna dentro de um curso, e um ingresso em outro gerando uma perda para instituição a ser notada em um curso. Na evasão da instituição o estudante se desvincula do ambiente da IES, desligando-se ou tendo seu registro cancelado dos quadros desta instituição, e por fim a evasão do sistema é quando o estudante se retira da rede de educação superior de modo definitivo ou temporário.

As definições apresentadas pelo no Ministério da Educação – MEC são ampliadas no estudo Gilioli (2016), ao se analisar as ações estudantis dentro do ambiente educacional, fracionar-se as formas de evasão quanto ao nível hierárquico das instituições e saída do próprio sistema. Nessa abordagem, Gilioli (2016) amplia e/ou aprofunda os conceitos de evasão categorizando em quatro segmentações.

A primeira é a “nanoevasão”, que seria quando o estudante pode permanecer no mesmo curso de origem e instituição de ensino superior - IES, transferindo-se para outro *campus*, turno, modalidade de ensino ou formação; a segunda é a “microevasão”, que ocorre quando o aluno deixa o curso de origem, mas permanece na IES e no sistema; a terceira é “mesoevasão”, quando ocorre a saída do curso e da IES, mas não do sistema educacional podendo migrar de categorias administrativas - pública para privada ou privada para pública - ou dentro da mesma categoria - pública para pública ou privada para privada ; e por fim a “macroevasão”, quando há saída do curso e da IES do sistema educacional, desvinculando-se completamente do ambiente acadêmico. A **Figura 7** faz uma ilustração dos estágios da evasão e como pode ser entendida a partir do modelo de Gilioli (2016).

Figura 7 - Nível de Evasão na Educação Superior

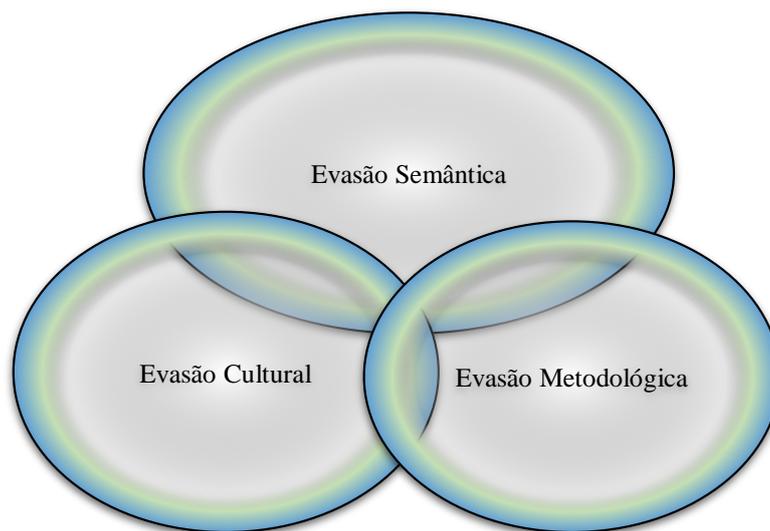


Fonte: Elaborado a partir de Gilioli (2016)

A ampliação desenvolvida por Gilioli (2016), explora e focaliza no interior das IES, pois a migração dentro de um curso da universidade e ou as realocações que são feitas geram uma evasão pouco notada, a exemplo da mudança de turno, que pode ser considerada uma mobilidade interna do curso e não constar no cálculo da evasão estudantil. Esse entendimento fica caracterizado pela desocupação da vaga dentro do ambiente institucional, assim nessas mudanças ocasionadas internamente pelos estudantes propicia a ocupação de vagas e a vacância de outras dentro do ambiente educacional de uma IES.

Santos (2017) utiliza-se de três denominações investigativas para caracterizar a evasão: semântica, cultural e metodológica. Na primeira, a saída, abandono ou fuga do estudante está balizada em fatores multidimensionais, que devem ser analisados criteriosamente.

Figura 8 - Conceito de evasão redefinido



Fonte: Adaptado de Santos (2017)

Nessa definição, a evasão semântica representa “uma escapada de forma precipitada, o que representa uma fuga; logo, conclui-se que não era momento para a saída, ocorreu antes do tempo, às pressas”. (SANTOS, 2017, p. 94). Na perspectiva da evasão cultural, o processo de formação do estudante é analisado pela ótica educacional e pelos fatores que afetam seu desenvolvimento formativo, corroborando para o abandono do curso. Já a “evasão metodológica” compreende o estudo na concepção teórica e/ou resultados empíricos e fundamenta-se em fatores institucionais que contribuem para o aumento da evasão. (SANTOS, 2017)

Nessa conjuntura, Santos (2017) constrói o conceito da evasão por seu significado de não permanência, ausência e descontinuidade do estudante integrante do ambiente escolar ou por sua representatividade dos espaços sociais em que o não pertencimento às condições locais são excludentes ao indivíduo, e para modelos indicativos, que expressam números e algoritmos para identificar quantos e quando foi o momento da saída dos estudantes. A representação da **Figura 8** demonstra que as dimensões agem isoladamente ou coadunam entre si em uma conjunção que potencializa a formação do fenômeno.

4.1 A EVASÃO METODOLÓGICA E A CONSTRUÇÃO DOS DADOS DE EVASÃO

Baseado na “dimensão metodológica”, atribuída por Santos (2017) a identificação da evasão parte da construção de um sistema de indicadores, que mapeia e quantifica o percentual de estudante desligados por períodos de tempo. Num espaço investigativo

significativamente semelhante, constata-se que um mesmo conjunto de dados pode refletir múltiplos aspectos de uma realidade. Acerca desta matéria, Soligo (2012) argumenta que:

[...] os indicadores são representações quantificáveis de determinado processo. Portanto permitem formular juízo de valores sobre o entendimento de qualidade e desempenho na educação, sendo utilizados para auxiliar nos processos administrativos ou na comparação entre momentos distintos de um mesmo processo ou, entre instituições, em comparação a padrão tido como ideal. (SOLIGO, 2012, p. 19)

Dessa forma, podemos caracterizar a formulação de indicadores como de caráter abstrato, podendo o estudo da evasão no ensino superior ser representado pela saída do aluno da Universidade, em um determinado período analisado. Januzzi (2006) sugere que, na construção de um modelo, o indicador seja o instrumento que deva ser utilizado para refletir a realidade.

Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou pragmático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre aspecto da realidade ou sobre mudanças que estão se processando na mesma. (JANUZZI, 2006, p.15)

Esses sistemas refletem uma lógica de análise de informações que complementam um conjunto de indicadores e permitem, por vários ângulos, compreender o comportamento e o desempenho de um indivíduo, organização ou sociedade. Nesse sentido, os indicadores precisam obedecer a uma hierarquia, uma ordem de importância de acordo com os objetivos a serem alcançados. Os indicadores podem ser classificados, considerando-se aspectos distintos, e deter propriedades diferentes para sua formulação, de modo que o norteamento da temática torna-se fator preponderante para formulação de um indicador representável **Figura 9**.

Figura 9 - Construção de um sistema de Indicadores

Fonte: Adaptado de Januzzi (2006)

Assim, Serpa e Pinto (2000), por sua vez, propõem um outro modelo de cálculo da evasão considerando o número de matriculados, ingressantes e concluintes. A evasão de um ano é a diferença entre o número de ingressos no ano seguinte e a soma da variação da matrícula para o ano seguinte com o número de concluintes do ano em questão. Por exemplo, a evasão do ano x é igual à diferença entre o número de ingressos em $x+1$ e a soma da variação da matrícula de x para $x+1$ com o número de concluintes de x .

Fórmula 1- Indicador de cálculo da evasão por Serpa e Pinto (2000)

$$e_x = I_{x+1} - \Delta M_x - C_x$$

Onde e é evasão, M é número de matriculados, C é o número de concluintes, I é o número de ingressantes, x é o ano em estudo e a variação da matrícula de um ano para outro, assim é $\Delta M_x = M_{x-1} - M_x$

O grande impasse no modelo de Serpa e Pinto (2000) é que o cálculo da evasão não considera outras formas de ingresso, um processo seletivo único (ex. vestibular). Os dados de trancamentos e ingressos no meio do ano também não são considerados no modelo apresentado, deixando lacunas invisíveis para o processo diagnóstico da evasão.

Um outro cálculo da evasão, baseado na concepção de Silva Filho (2012), utiliza o número de alunos que estavam matriculados num determinado ano, subtraídos os concluintes, com a quantidade de alunos matriculados no ano seguinte, subtraindo deste total os ingressantes do ano. Desta forma, mede-se a perda de alunos de um ano, representada pela expressão:

Fórmula 2 - Indicador do cálculo da evasão por Silva Filho (2012)

$$E_{(n)} = 1 - \frac{[M_{(n)} - I_{(n)}]}{[M_{(n-1)} - C_{(n-1)}]}$$

Onde E é evasão, M é número de matriculados, C é o número de concluintes, I é o número de ingressantes, n é o ano em estudo e (n-1) é o ano anterior.

Apoiando-se nesta expressão matemática de Silva Filho (2012), é possível mensurar o percentual de estudantes que evadiram do curso, da instituição e do sistema de ensino superior. Assim, estes indicadores surgem como auxiliares na tomada de decisão, fundamentando as argumentações mediante o fornecimento de informações.

4.2 FATORES QUE CONTRIBUEM PARA EVASÃO

Identificar ou estabelecer um elemento que torne norteador ou percussor do fenômeno da evasão estudantil é ser muito superficial, pois, a evasão estudantil apresenta múltiplos fatores impulsionadores. O estudante que é, sozinho, o principal ator da ação de evadir, mas não é o potencializador desta ação. As condições apresentadas nas instituições de ensino, os fatores sociais, econômicos, políticos, acadêmicos, institucionais são relevantes para essa compreensão. Para Andriola, Andriola e Moura (2006) utilizando-se do pensamento de Tinto (1975):

[...] a decisão de evadir-se é tomada em função da integração social e acadêmica, desenvolvida na universidade. Essa integração, por sua vez, é influenciada por características individuais, pelas expectativas para a carreira ou curso e, por último, pelas intenções/objetivos e compromissos assumidos no período pré-universitário. (ANDRIOLA, ANDRIOLA E MOURA, 2006 p. 367)

Santos (2017) apresenta fatores que influenciam o fenômeno da evasão na concepção do estudante como: organizacionais e institucionais; sociais, econômicos e políticos; pedagógicos e acadêmico; individuais. Esses fatores impulsionam ou declina as escolhas dos estudantes no compromisso de concluir o curso de graduação. A infraestrutura do ambiente acadêmico, a pouca ou inexistência de comunicação organizacional entre setores da universidade são elementos que interferem na condição

de estudo do alunado do ensino superior. Da mesma forma, Tinto (2012) aponta que o investimento eficaz de uma instituição começa com avaliações para identificar os aspectos de funcionamento que necessitam de melhoria ou adaptação para o funcionamento.

Em primeiro lugar, as melhores taxas de retenção e graduação dependem do investimento de recursos institucionais nas áreas de funcionamento institucional que impactam mais diretamente a retenção de alunos, em particular aquelas relacionadas ao apoio instrucional e acadêmico. (TINTO, 2012, p.83)

A preparação do universo acadêmico para os ingressantes é fator primordial, assim como o cuidado para que no processo formativo tenham atendidas as necessidades de aprendizado (acadêmico e social). O processo de acolhimento da universidade para integralização do curso superior é preponderante tanto para instituição quanto para o aluno manterem um *feedback* de aprimoramento mútuos.

Um outro fator descrito por Santos (2017) é o socioeconômico que se apresenta pela condição de moradia e/ou traslado dos estudantes para universidade, representando um motriz para a descontinuidade no curso. Outro apontamento é o financiamento das condições básicas para manutenção na cidade em que o curso é ofertado, pois impactam na sustentabilidade do estudante. Segundo Tontini e Walter (2014, p.94), “[...] quando a situação financeira do aluno é desfavorável, reduz a possibilidade de o mesmo permanecer na IES”. Essa condição torna-se uma premissa basilar para manutenção do estudante no ambiente educacional.

Originários de famílias de baixa renda, esses estudantes precisam financiar seus estudos e, em alguns casos, contam com uma pequena ajuda familiar para essa finalidade. Provenientes de outras cidades ou estados, pouco mais da metade tem suas despesas acrescidas pelo fato de não morar com a família. (ZAGO, 2006, p. 233).

A condição financeira do estudante universitário é questão intrínseca para continuidade do curso, sem fonte de renda ou métodos que supram a necessidades básicas não há condição de estudo. Essa realidade financeira impõe o aluno a escolhas excludentes, manutenção do ambiente familiar ou continuidade da formação universitária.

Santos (2017, p.292) aponta que fatores socioeconômicos são mediadores da evasão, pois “[...]a composição familiar se constitui num importante elemento para compreensão das causas da evasão, na medida em que se agrega com esses fatores [...]” impossibilitando ou reduzindo as chances do estudante em permanecer na universidade.

O fator pedagógico e acadêmico está relacionado a estrutura curricular e as ações dos professores na condução das atividades acadêmicas. O fator que pode ser integrado à evasão estudantil é a habilidade didática dos professores, que pode representar um elo de desenvolvimento científico e promover a melhoria da capacidade técnica do estudante, podendo corresponder a um dos principais componentes para redução deste índice. Nessa direção, Tinto destaca:

Em nenhum lugar as expectativas são mais importantes do que na sala de aula. O sucesso ali fornece a base para a retenção e graduação dos alunos. As expectativas da sala de aula são menos influenciadas por conselhos do que pela interação de um aluno com os professores e, até certo ponto, com os colegas. As informações que os membros do corpo docente fornecem em seus programas de estudo, materiais do curso e conversas com os alunos durante o curso dão aos alunos uma ideia do que se espera deles academicamente (por exemplo, o que é necessário para obter diferentes notas). Mas, os comportamentos dos professores, especialmente os que dizem respeito à avaliação e classificação, muitas vezes transmitem mais sobre as expectativas de sucesso do que as declarações do corpo docente sobre documentos formais, como programas de estudos. Aqui, como em outros lugares, a consistência é importante, e as ações falam mais alto que as palavras. (TINTO, 2012, p. 12, tradução nossa)

Assim, as expectativas que são expostas tanto pelos estudantes quanto pelos docentes influenciam as decisões e comportamentos desses ingressantes no ensino superior. O papel do professor como orientador educacional é fundamental no fortalecimento da base educacional, no processo de fortalecimento da permanência do aluno e na construção de um elo entre instituição, professor e aluno (SANTOS, 2017).

O fator individual apontado por Santos (2017) é o que detém menor representatividade na decisão de evadir-se do ambiente educacional, pois está condicionado a fatores socioeconômicos. Essa análise remete-se às expectativas iniciais apontadas por Tinto (1975) ao pontuar que o aluno chega à universidade tem intenções, objetivos e compromissos institucionais em concluir o curso, mas contribuições externas o retiram do ambiente educacional.

Logo, para poder determinar ou apontar caminhos para mitigar o fenômeno da evasão torna-se prudente identificar qual o tamanho deste fenômeno e onde estão concentrados os principais gargalos que elevam o indicador de evasão na instituição. Nessa perspectiva a apresentação dos dados far-se-á por meio da fórmula pautada por Silva Filho (2012), para expressar como a evasão está apresentada nos cursos de graduação da UFRB.

5 METODOLOGIA

Este capítulo tem por objetivo apresentar e explicar a metodologia científica utilizada para a realização desta pesquisa, a natureza da pesquisa, o percurso metodológico, os procedimentos para a coleta e análise de dados e o local da pesquisa.

A metodologia é o caminho que o investigador busca para elucidar o encontro com a realidade. Para Minayo (2012, p. 17) “a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro do potencial criativo do investigador”. É o ponto de partida para investigação dos fatos e atos com os quais se deseja embasar a construção do conhecimento. Desse modo que a investigação busca compreender as ações institucionais realizadas pela UFRB na tentativa de abrandar os índices de evasão nos cursos de graduação.

O presente estudo terá natureza de pesquisa aplicada e investigará um problema específico que, neste caso, serão as políticas e ações institucionais realizadas na UFRB no período de 2006-2018, voltadas para a evasão estudantil, encaminhando-o para a sua solução prática e objetiva. É determinante escolher bem o caminho tendo em vista que a “teoria não é só o domínio do que vem antes para fundamentar nossos caminhos, mas é também um artefato nosso como investigadores, quando concluímos, ainda que provisoriamente, o desafio de uma pesquisa”. (MINAYO, 2012, p. 21).

Portanto, o entendimento do autor deste relatório sobre política criada pela UFRB baseia-se no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), instrumento de planejamento e ações consideradas importantes para a gestão universitária, durante o período de execução. Assim, o presente relatório utiliza o plano de adesão ao Reuni, o PDI 2010-2014 e o PDI 2015-2019 como base documental para analisar as abordagens políticas pautadas pela Universidade.

A pesquisa tem seu objeto descritivo, pois “É um tipo de estudo que permite ao pesquisador a obtenção de uma melhor compreensão do comportamento de diversos fatores e elementos que influenciam determinado fenômeno” (OLIVEIRA, 1997, p. 114). A pesquisa descritiva, além da identificação e existência de relações entre as variáveis, pretende determinar a natureza dessa relação.

Nesse sentido, o presente estudo adota uma abordagem qualitativa, que é usada em uma realidade que não pode ser quantificada objetivamente. Assim, Minayo (2012, p. 21)

afirma que este tipo de pesquisa “[...] responde a questões muito particulares, ocupando-se com um nível de realidade que não pode e não deve ser quantificado [...]”, acrescentando ainda que esta pesquisa “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

O elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados, ratifica Gil (2002). O tipo de pesquisa que substancia a fundamentação principal do trabalho é documental, pois a análise da literatura conceitual básica e, principalmente, de livros e artigos científicos sobre a evasão, com um aprofundamento na leitura corrente, objetiva proporcionar conhecimentos científicos e/ou técnicos, a exemplo das publicações do autor norte-americano Vincent Tinto (2012) e das publicações nacionais sobre a temática da evasão.

O entendimento de Gil (2002, p. 45) é que “a principal vantagem da pesquisa documental reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”, como os documentos produzidos pela UFRB, como o plano de desenvolvimento institucional, os relatórios de gestão, dados acadêmicos da PROGRAD e documentos produzidos pelos conselhos Universitário e Acadêmico (CONSUNI, CONAC).

O tipo de pesquisa que delinea o aprofundamento do estudo documental, é relatado como,

[...] uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. (CELLARD, 2008, p. 295).

Diante dessa importância Gil (1999, p. 160) complementa:

As fontes de ‘papel’ muitas vezes são capazes de proporcionar ao pesquisador dados suficientemente ricos para evitar a perda de tempo com levantamentos de campo, sem contar que em muitos casos só se torna possível a investigação social a partir de documentos.

Assim, esta pesquisa traduz-se em um relatório técnico que relata resultados ou progressos obtidos na investigação ou que descreve a situação de uma questão técnica ou científica. O relatório proporciona informação suficiente para que o leitor possa formular suas conclusões baseado no seu conhecimento e nas informações que estão postas para sua análise. Nesse sentido, um relatório pode ser descrito como:

[...] a exposição escrita na qual se descrevem fatos verificados mediante pesquisas ou se história a execução de serviços ou de experiências para registrá-los em caráter de permanência. Geralmente acompanhado de documentos demonstrativos, tais como tabelas, gráficos, estatísticas e outros. (UFPR, 1996, p.69).

Desse modo, entende-se o relatório técnico como um conjunto de dados ou fatos que definem uma situação observada de modo sistemático. É a observação de sua ocorrência advinda de um estudo aprofundado sobre um lócus em que se almeja apresentar evidências sólidas e permitir ao leitor chegar a uma conclusão precisa, correta e imparcial da realidade apresentada.

Os dados consubstanciam a identificação das ações institucionais que influenciaram a UFRB no enfrentamento da evasão. O estudo sobre a evasão estudantil na UFRB já apresenta um longo caminho, mas as informações são apresentadas de modo parcial ou caracterizadas por alguns cursos de graduação. Assim, a construção deste relatório visa demonstrar os índices de evasão dos cursos de graduação, o percentual de evasão e a historicidade dos cursos de graduação quanto ao ingresso, matrículas e conclusão dos discentes da Instituição.

O processo de elaboração começou como a pesquisa teórica que conceitua e descreve o fenômeno da evasão, apontado caminhos para identificar como os estudantes abandonam o ensino superior e como esse processo pode ser mapeado pela instituição. Assim, utilizando da teoria de Silva Filho (2012) que desenvolveu uma fórmula matemática para identificar a taxa de evasão por curso de graduação que está representada na **Fórmula 2** (p. 61).

Os dados coletados foram disponibilizados pela Pró-Reitoria de Graduação através da Coordenadoria de Políticas e Planejamento (CPPG) e pelo Núcleo de Gestão do Acompanhamento Acadêmico (NUGAA), os quais foram extraídos de dois sistemas acadêmicos: o Sistema de Automação e Gerência do Ensino Superior (SAGRES), utilizado pela UFRB no período entre 2006 a 2015 e, posteriormente, o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) com a extração de dados a partir de 2016 até 2018. Por meio desses sistemas, foram coletados os dados quantitativos de matriculados, ingressantes e concluintes por curso de graduação, por semestre letivo. Vale destacar, também, a forma de ingresso utilizada pela UFRB que, em um primeiro momento, usou o vestibular, no período 2006-2009, como sua principal forma de ingresso, e a partir de 2010 passou a utilizar o Sistema de Seleção Unificada (SISU) como principal forma de acesso à Instituição.

Na catalogação dos dados pode-se observar a inexistência do semestre 2016.2, pois, conforme apontado na Resolução nº003/2017, o mesmo foi renomeado como 2017.1, aprovando-se o novo calendário acadêmico para suprimir esse semestre letivo, daí inexistindo atividades acadêmicas a ele referidas.

Através de planilhas do MS Office Excel 2019, aglutinou-se os dados por centro de ensino e curso de graduação. Para o cálculo da evasão dos cursos de graduação foram categorizados em linhas com o número de matriculados, ingressantes, concluintes, cálculo da evasão e o quantitativo de evadidos por semestre de graduação. Esse cálculo é realizado no curso de graduação no semestre posterior ao primeiro ingresso do estudante, logo os dados de evasão começam no semestre subsequente ao de ingresso.

Assim, o presente relatório segmenta os dados por centros de ensino elencando uma descrição dos cursos de graduação disponibilizados pelos respectivos centros como: código do curso³, nome do curso, período de criação, quantidade de vagas, o grau de formação, o turno e tempo duração mínima. Elaborou-se duas tabelas, por cursos de graduação, contendo dados semestrais: na primeira constam o número de matriculados, ingressantes e concluintes, e a segunda contém o índice, a taxa e o quantitativo de evasão, e um gráfico contendo o quantitativo semestral de alunos ingressantes, concluintes e evadidos.

³ A escolha pelo código do curso decorreu do fato de alguns cursos na Instituição apresentarem nomes similares ou idênticos. Assim, o código representa uma variável única para a UFRB e para os órgãos de controle.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao analisar as políticas estratégicas produzidas pela UFRB de 2006 a 2018 é possível identificar dois documentos que norteiam o planejamento institucional e a política de graduação, adotados pela gestão da UFRB nesse período: O PDI 2010-2014 e o PDI 2015-2019.

No PDI 2010-2014, no que diz respeito à evasão estudantil, limita-se à proposição de uma meta quantitativa de redução da taxa de evasão e a sistematização dos dados destes alunos que abandonam os cursos de graduação e a Instituição. Assim, a PROGRAD realizou um diagnóstico sobre evasão nos cursos de graduação nos anos de 2009 a 2011, considerando as taxas de evasão por curso de graduação.

No PDI 2015-2019, a gestão universitária pontua que a evasão deva ser diagnosticada e quantificada, pois, seus efeitos causam problemas financeiros para a Instituição. Como apontado no item 11.1.2. Pontos Críticos para o Desenvolvimento Institucional:

[...] e evasão da instituição como um problema crônico tendo em vista que no processo de financiamento das IFES (matriz Andifes), a variável número de alunos matriculados tem peso relevante sendo fundamental um diagnóstico sobre evasão em cursos de graduação da UFRB. (UFRB, 2016, p. 83-84).

Sendo assim, nesse período a Instituição se preocupou em elaborar diagnósticos e quantificar os números e indicadores como pautado nas palavras citadas pelo documento norteador. Contudo, a preocupação com a evasão estudantil ficou na esfera financeira e na composição da manutenção da UFRB, e não na construção de ações efetivas que minimizem os fatores que potencializem a evasão no ensino superior. Assim, o planejamento estratégico e as políticas e ações institucionais desenvolvidas na UFRB não repercutiram nos índices de evasão, pois o diagnóstico limitou-se a apontar para o problema ou relatar uma realidade, sem criar soluções e/ou estratégias para abrandar seu objeto.

Embora no processo de consolidação e desenvolvimento institucional, a adesão ao Reuni tenha proporcionado um crescimento significativo para a UFRB, como aponta a Tabela 1, nota-se, porém, que tal crescimento ocorreu de modo exógeno, pois se materializou na criação de novos cursos que ampliaram a linha de atuação da Universidade na região do Recôncavo, ampliando a quantidade de centros de ensino e a oferta de vagas em cursos de graduação, disponibilizando turnos diferentes para acesso a

esses cursos, como, por exemplo, a criação de novos cursos noturnos, ou seja, o crescimento da UFRB foi materializado a partir de um ponto de vista externo.

Contudo, no que diz respeito ao enfrentamento da evasão, que era uma das ações previstas no programa Reuni, e que era uma ação interna à Instituição, nenhum projeto foi materializado. Desse modo, o objetivo de redução da evasão não foi realizado, pois não foram criadas ações posteriores para o enfrentamento deste fenômeno. Sobre isso, Santos (2017, p. 47) salienta que, não obstante o projeto tenha previsto iniciativas que tinham como alvo a evasão, a Instituição “não possuía uma série histórica de dados que permitisse um levantamento completo dos estudantes que abandonaram”.

Tabela 1 - Evolução da quantidade de cursos graduação por local de oferta.

Cidade de Oferta	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Amargosa													
Centro de Formação de Professores	2	3	4	5	7	7	7	8	9	9	9	9	9
Cachoeira													
Centro de Artes, Humanidades e Letras	2	2	6	6	8	8	9	9	10	10	10	10	11
Cruz das Almas													
Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas;	5	5	8	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9
Centro de Ciências Tecnológicas e Exatas	1	1	2	2	2	4	5	7	7	8	8	9	9
Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica				1	2	3	3	3	3	3	3	3	3
Feira de Santana													
Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade								2	2	3	3	3	8
Santo Antônio de Jesus													
Centro de Ciências da Saúde	3	3	3	4	4	4	4	5	5	5	5	5	5
Santo Amaro													
Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas								1	1	1	1	1	4
Total	13	14	23	27	32	35	37	44	46	48	48	49	58

Fonte: Elaborado a partir do site E-MEC (2018)

O número de cursos de graduação na Universidade em seus 12 anos de atividade apresentou um crescimento sólido de, aproximadamente, 447%, partindo de 13 cursos de graduação no ano de 2006, e chegando a 58 cursos em 2018.

Tabela 2 - Evolução por turno dos cursos de graduação presencial, por turno

Turno	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Diurno	13	14	20	23	26	29	31	37	38	39	39	40	49
Noturno			6	7	9	9	9	10	12	13	13	13	13
Total	13	14	26 ⁴	30	35	38	40	47	50	52	52	53	62

Fonte: Elaborado a partir do site E-MEC (2018)

Os cursos de graduação da UFRB são predominantemente diurnos, sendo que 79% dos cursos ofertados pela Instituição em 2018 apresentam esse formato de turno. Neste percurso histórico, os cursos de graduação noturnos nunca chegaram a representar 30% dos cursos da Universidade.

Tabela 3 - Quantitativo de cursos superiores por grau

Grau	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Bacharelado	11	11	16	17	17	20	22	26	26	27	27	28	33
Licenciatura	2	3	6	8	11	12	12	15	16	17	17	17	20
Tecnológico			1	2	3	3	3	3	4	4	4	4	5
Total	13	14	23	27	31	35	37	44	46	48	48	49	58

Fonte: Elaborado a partir do site E-MEC (2018)

No período inicial da Instituição, a formação em bacharelado era predominante de 2006 a 2008, representando cerca de 70% dos cursos. A partir de 2009, intensificou-se a implementação de cursos de licenciatura e tecnológicos em todos os centros de ensino da Instituição, modificando o percentual de cursos por grau, passando os cursos de bacharelado a representarem em torno de 57%. A seguir, apresenta-se os índices e taxas de evasão levantados no período de 2006 a 2018 nos centros de ensino e por curso de graduação.

⁴ Apresenta a soma de cursos com mesmo código e turnos diferentes, assim o total de cursos representados na **Tabela 1** confere aos códigos autorizados e na **Tabela 2** por turno de oferta.

6.1 CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS

O Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas – CCAAB, localizado na Rua Rui Barbosa, 710 – Centro, na cidade de Cruz das Almas, deu origem a UFRB a partir do desmembramento da antiga Escola de Agronomia da UFBA. No Centro são oferecidos 09 cursos de graduação, sendo 06 Bacharelados: Agronomia, Biologia Engenharia de Pesca, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Zootecnia; 01 Licenciatura: Biologia; e 02 cursos Tecnológicos: Agroecologia e Gestão de Cooperativas. O Centro está autorizado a oferta 650 novas vagas anualmente nos cursos de graduação.

Quadro 2 - Cursos de graduação ofertados no CCAAB

CÓDIGO	CURSO	CRIAÇÃO	VAGAS	FORMAÇÃO	TURNO	DURAÇÃO MÍNIMA
122140	Agroecologia	10/08/2009	60	Tecnológico	Diurno	3 anos
13282	Agronomia	03/03/1977	100	Bacharelado	Diurno	5 anos
100421	Biologia	16/10/2006	60	Bacharelado	Diurno	4 anos
115037	Biologia	18/08/2008	80	Licenciatura	Noturno	4 anos
86730	Engenharia de Pesca	14/03/2005	60	Bacharelado	Diurno	5 anos
86728	Engenharia Florestal	14/03/2005	70	Bacharelado	Diurno	5 anos
115027	Gestão de Cooperativas	10/03/2008	70	Tecnológico	Noturno	2 anos e meio
114992	Medicina Veterinária	18/08/2008	80	Bacharelado	Diurno	5 anos
86500	Zootecnia	14/03/2005	70	Bacharelado	Diurno	5 anos

Fonte: Elaborado a partir do site E-MEC (2018)

6.1.1 12214 - Agroecologia

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 03 anos para alunos regulares, tempo médio de 3,5 anos e máximo de 4,5 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 60 vagas novas para ingressantes através do Sistema de Seleção Unificada (SISU).

Tabela 4 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 12214 - Agroecologia do CCAAB

Semestre	Matriculados	Ingressantes	Concluintes
2009.2	34	34	
2010.1	29	0	
2010.2	93	72	
2011.1	70	0	
2011.2	117	60	
2012.1	92	0	
2012.2	135	54	1
2013.1	119	0	3
2013.2	168	63	3
2014.1	143	1	8
2014.2	169	53	21
2015.1	136	0	10
2015.2	175	59	20
2016.1	161	1	11
2017.1	165	49	6
2017.2	144	0	11
2018.1	167	62	15
2018.2	135	0	7

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

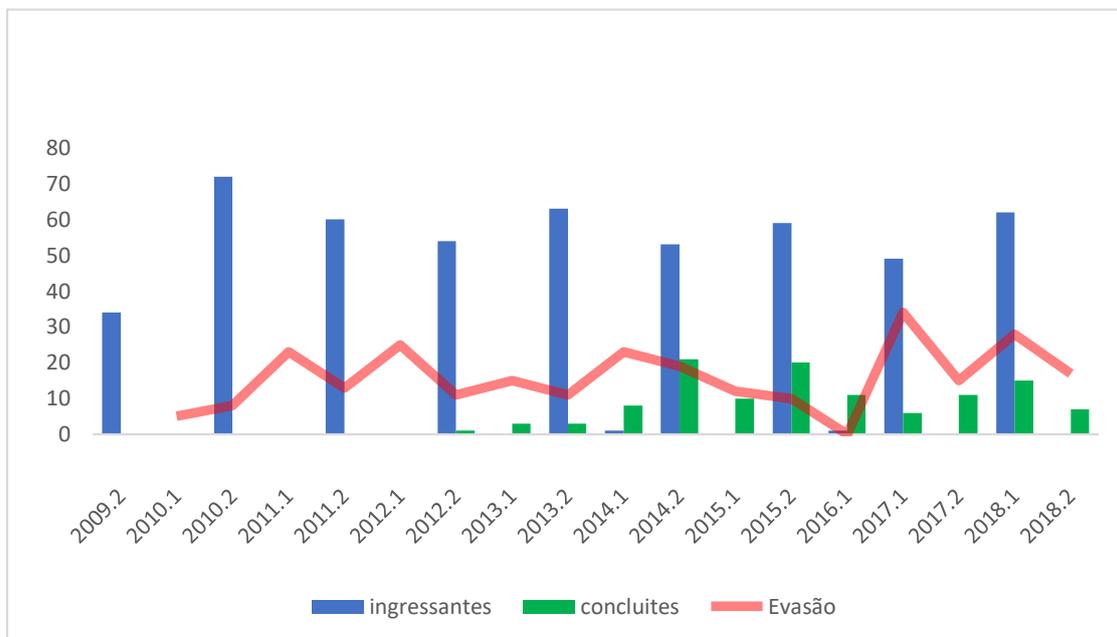
Tabela 5 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 122140- Agroecologia do CCAAB

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2010.1	0,147	14,7%	5
	2010.2	0,276	27,6%	8
	2011.1	0,247	24,7%	23
	2011.2	0,186	18,6%	13
	2012.1	0,214	21,4%	25
	2012.2	0,120	12,0%	11
	2013.1	0,112	11,2%	15
	2013.2	0,095	9,5%	11
	2014.1	0,139	13,9%	23
	2014.2	0,141	14,1%	19
	2015.1	0,081	8,1%	12
	2015.2	0,079	7,9%	10
	2016.1	-0,032 ⁵	-3,2%	0
	2017.1	0,227	22,7%	34
	2017.2	0,094	9,4%	15
	2018.1	0,211	21,1%	28
	2018.2	0,112	11,2%	17

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

⁵ “A evasão negativa significa aumento no número de matriculados novos e não ingressantes, podendo ser alunos transferidos, ou que voltaram a estudar, ou, simplesmente, pode ter havido problemas de registro dos dados desses alunos”. (SILVA, 2017, p. 661)

Gráfico 4 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 12214 - Agroecologia do CCAAB.



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.1.2 13282 - Agronomia

O curso tem o tempo de integralização curricular mínimo de 05 anos para alunos regulares, tempo médio de 06 anos e máximo de 08 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 100 vagas novas para ingressantes através do SISU.

Tabela 6 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 13282 - Agronomia do CCAAB

Semestre	Matriculados	Ingressantes	Concluintes
2006.1	588	55	
2006.2	621	60	47
2007.1	614	60	43
2007.2	602	61	52
2008.1	579	40	33
2008.2	561	42	44
2009.1	552	61	48
2009.2	532	62	32
2010.1	526	56	53
2010.2	501	71	50
2011.1	487	73	41
2011.2	471	65	30
2012.1	455	62	49
2012.2	430	56	40
2013.1	426	62	20
2013.2	436	52	20
2014.1	438	62	29
2014.2	439	53	17
2015.1	453	61	32
2015.2	453	53	23
2016.1	447	56	35
2017.1	446	53	18
2017.2	436	55	32
2018.1	425	58	26
2018.2	424	45	27

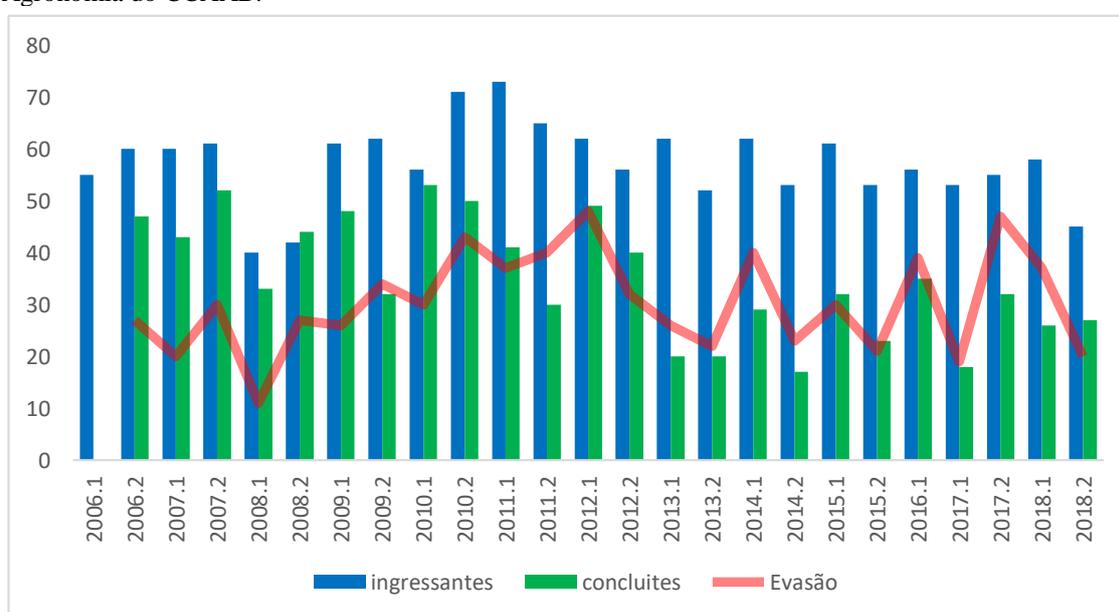
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 7 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 13282 - Agronomia do CCAAB

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2006.2	0,0459	5%	27
	2007.1	0,0348	3%	20
	2007.2	0,0525	5%	30
	2008.1	0,0200	2%	11
	2008.2	0,0495	5%	27
	2009.1	0,0503	5%	26
	2009.2	0,0675	7%	34
	2010.1	0,0600	6,0%	30
	2010.2	0,0909	9,1%	43
	2011.1	0,0820	8,2%	37
	2011.2	0,0897	9,0%	40
	2012.1	0,1088	10,9%	48
	2012.2	0,0788	7,9%	32
	2013.1	0,0667	6,7%	26
	2013.2	0,0542	5,4%	22
	2014.1	0,0962	9,6%	40
	2014.2	0,0562	5,6%	23
	2015.1	0,0711	7,1%	30
	2015.2	0,0499	5,0%	21
	2016.1	0,0907	9,1%	39
	2017.1	0,0461	4,6%	19
	2017.2	0,1098	11,0%	47
	2018.1	0,0916	9,2%	37
	2018.2	0,0501	5,0%	20

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 5 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 13282 - Agronomia do CCAAB.



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.1.3 100421 - Biologia

O curso tempo de integralização mínimo de 04 anos para alunos regulares, tempo médio de 05 anos e máximo de 08 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 60 vagas novas para ingressantes através do SISU.

Tabela 8 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 100421 - Biologia do CCAAB

Semestre	Matriculados	Ingressantes	Concluintes
2006.2	40	40	
2007.1	76	40	
2007.2	68	0	
2008.1	108	40	
2008.2	108	2	
2009.1	156	50	
2009.2	151	0	
2010.1	207	62	1
2010.2	187	0	22
2011.1	231	72	7
2011.2	191	0	24
2012.1	220	63	16
2012.2	180	0	10
2013.1	204	59	10
2013.2	183	0	7
2014.1	219	59	7
2014.2	200	0	11
2015.1	229	64	11
2015.2	191	0	11
2016.1	215	76	6
2017.1	188	6	21
2017.2	208	75	8
2018.1	183	4	7
2018.2	206	53	18

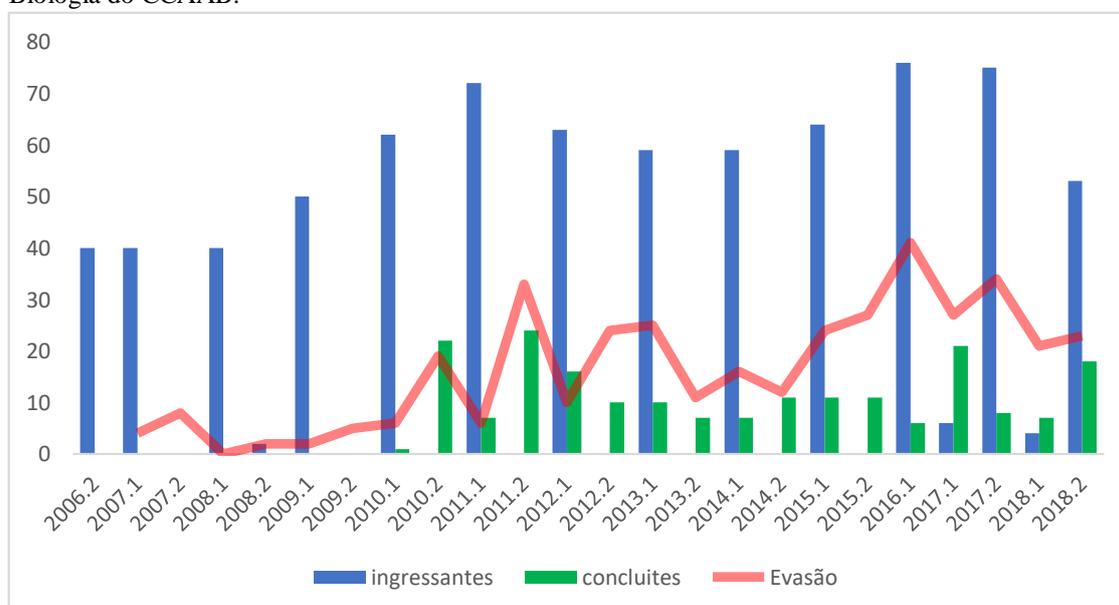
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 9 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 100421- Biologia do CCAAB

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2007.1	0,1	10,0%	4
	2007.2	0,1053	10,5%	8
	2008.1	0	0,0%	0
	2008.2	0,0185	1,9%	2
	2009.1	0,0185	1,9%	2
	2009.2	0,0321	3,2%	5
	2010.1	0,0397	4,0%	6
	2010.2	0,0922	9,2%	19
	2011.1	0,0364	3,6%	6
	2011.2	0,1473	14,7%	33
	2012.1	0,0599	6,0%	10
	2012.2	0,1176	11,8%	24
	2013.1	0,1471	14,7%	25
	2013.2	0,0567	5,7%	11
	2014.1	0,0909	9,1%	16
	2014.2	0,0566	5,7%	12
	2015.1	0,127	12,7%	24
	2015.2	0,1239	12,4%	27
	2016.1	0,2278	22,8%	41
	2017.1	0,1292	12,9%	27
	2017.2	0,2036	20,4%	34
	2018.1	0,105	10,5%	21
	2018.2	0,1307	13,1%	23

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 6 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 100421- Biologia do CCAAB.



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.1.4 115037 - Biologia

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 04 anos para alunos regulares, tempo médio de 05 anos e máximo de 08 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 80 vagas novas para ingressantes através do SISU.

Tabela 10 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 115037 - Biologia do CCAAB

Semestre	Matriculados	Ingressantes	Concluintes
2008.2	16	16	1
2009.1	17	2	
2009.2	66	50	
2010.1	106	46	
2010.2	134	55	
2011.1	183	67	
2011.2	208	49	
2012.1	239	55	3
2012.2	248	40	2
2013.1	255	43	9
2013.2	274	43	7
2014.1	301	42	25
2014.2	296	46	10
2015.1	308	45	19
2015.2	313	50	10
2016.1	334	57	13
2017.1	317	47	15
2017.2	321	52	19
2018.1	303	41	17
2018.2	309	47	12

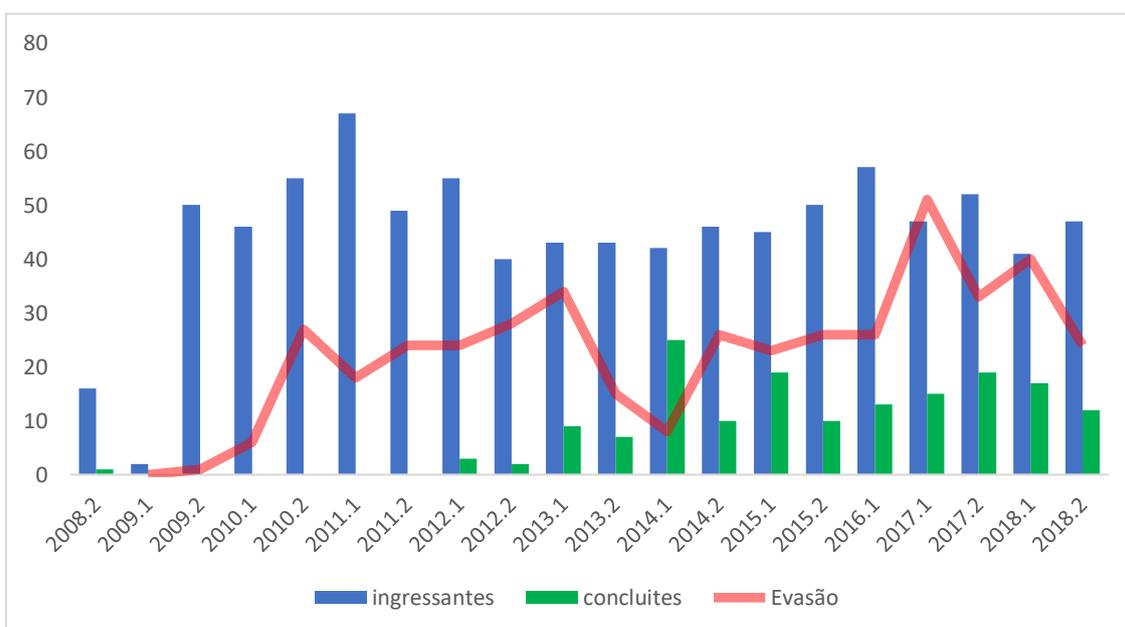
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 11 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 115037- Biologia do CCAAB

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2009.1	0	0,0%	
	2009.2	0,0588	5,9%	1
	2010.1	0,0909	9,1%	6
	2010.2	0,2547	25,5%	27
	2011.1	0,1343	13,4%	18
	2011.2	0,1311	13,1%	24
	2012.1	0,1154	11,5%	24
	2012.2	0,1186	11,9%	28
	2013.1	0,1382	13,8%	34
	2013.2	0,061	6,1%	15
	2014.1	0,03	3,0%	8
	2014.2	0,0942	9,4%	26
	2015.1	0,0804	8,0%	23
	2015.2	0,09	9,0%	26
	2016.1	0,0858	8,6%	26
	2017.1	0,1589	15,9%	51
	2017.2	0,1093	10,9%	33
	2018.1	0,1325	13,2%	40
2018.2	0,0839	8,4%	24	

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 7 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 115037- Biologia do CCAAB.



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.1.5 86730 - Engenharia de Pesca

O curso tem o tempo de integralização mínimo de 05 anos para alunos regulares, tempo médio de 06 anos e máximo de 08 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 60 vagas novas para ingressantes através do SISU.

Tabela 12 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 86730 - Engenharia de Pesca do CCAAB

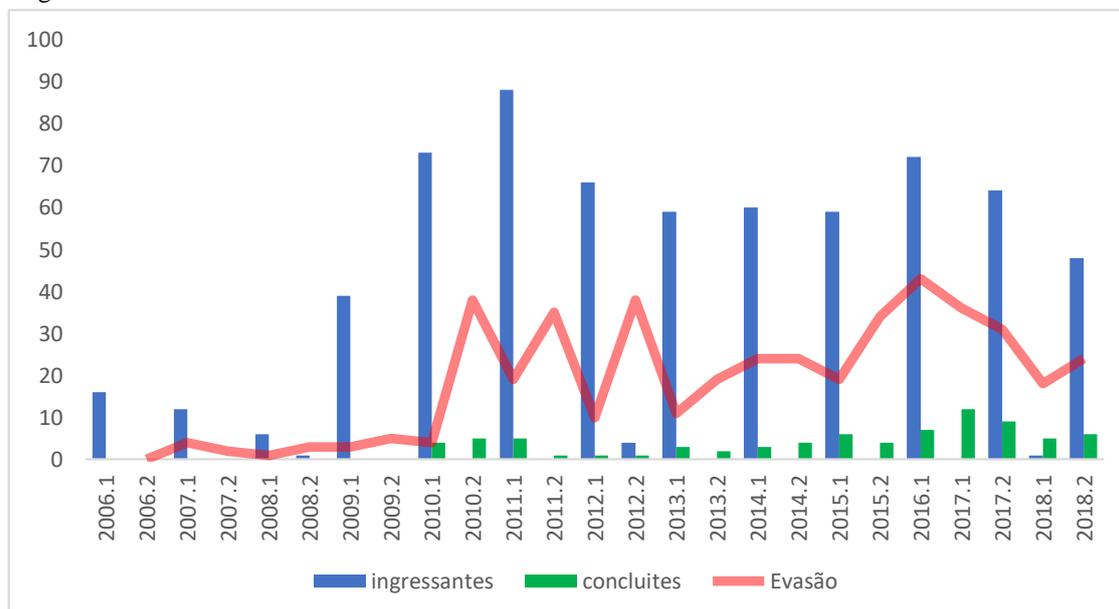
Semestre	Matriculados	Ingressantes	Concluintes
2006.1	21	16	
2006.2	21	0	
2007.1	29	12	
2007.2	27	0	
2008.1	32	6	
2008.2	30	1	
2009.1	66	39	
2009.2	61	0	
2010.1	130	73	4
2010.2	88	0	5
2011.1	152	88	5
2011.2	112	0	1
2012.1	167	66	1
2012.2	132	4	1
2013.1	179	59	3
2013.2	157	0	2
2014.1	191	60	3
2014.2	164	0	4
2015.1	200	59	6
2015.2	160	0	4
2016.1	185	72	7
2017.1	142	0	12
2017.2	163	64	9
2018.1	137	1	5
2018.2	156	48	6

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 13 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 86730 - Engenharia de Pesca do CCAAB

Evasão	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
		2006.2	0	0,0%
	2007.1	0,1905	19,0%	4
	2007.2	0,069	6,9%	2
	2008.1	0,037	3,7%	1
	2008.2	0,0938	9,4%	3
	2009.1	0,1	10,0%	3
	2009.2	0,0758	7,6%	5
	2010.1	0,0656	6,6%	4
	2010.2	0,3016	30,2%	38
	2011.1	0,2289	22,9%	19
	2011.2	0,2381	23,8%	35
	2012.1	0,0901	9,0%	10
	2012.2	0,2289	22,9%	38
	2013.1	0,084	8,4%	11
	2013.2	0,108	10,8%	19
	2014.1	0,1548	15,5%	24
	2014.2	0,1277	12,8%	24
	2015.1	0,1188	11,9%	19
	2015.2	0,1753	17,5%	34
	2016.1	0,2756	27,6%	43
	2017.1	0,2022	20,2%	36
	2017.2	0,2385	23,8%	31
	2018.1	0,1169	11,7%	18
	2018.2	0,1818	18,2%	24

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 8 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 86730 - Engenharia de Pesca do CCAAB.

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.1.6 86728 - Engenharia Florestal

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 05 anos para alunos regulares, tempo médio de 06 anos e máximo de 08 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 70 vagas novas para ingressantes através do SISU.

Tabela 14 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 86728 - Engenharia Florestal do CCAAB

Semestre	Matriculados	Ingressantes	Concluintes
2006.1	37	21	
2006.2	34	0	
2007.1	41	8	
2007.2	39	0	
2008.1	56	18	
2008.2	52	0	
2009.1	99	50	
2009.2	94	5	9
2010.1	162	82	0
2010.2	133	0	7
2011.1	200	85	2
2011.2	173	1	5
2012.1	233	75	2
2012.2	204	1	7
2013.1	243	69	6
2013.2	221	1	8
2014.1	269	69	15
2014.2	237	0	18
2015.1	275	70	10
2015.2	232	0	18
2016.1	269	86	12
2017.1	227	0	23
2017.2	245	74	18
2018.1	200	0	15
2018.2	236	65	8

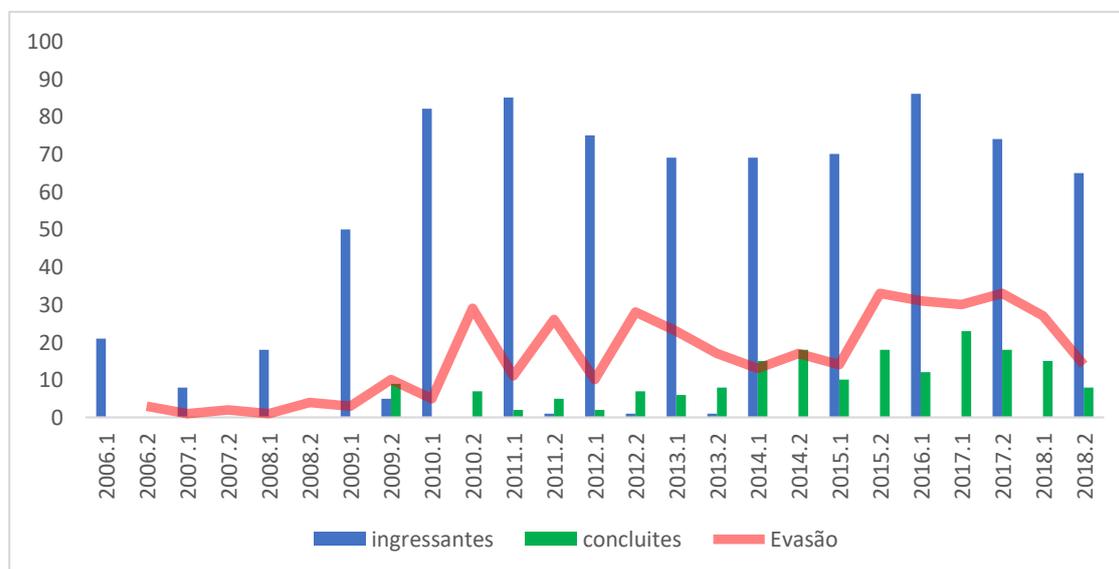
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 15 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 86728 - Engenharia Florestal do CCAAB

Evasão	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
		2006.2	0,0811	8,1%
	2007.1	0,0294	2,9%	1
	2007.2	0,0488	4,9%	2
	2008.1	0,0256	2,6%	1
	2008.2	0,0714	7,1%	4
	2009.1	0,0577	5,8%	3
	2009.2	0,1010	10,1%	10
	2010.1	0,0588	5,9%	5
	2010.2	0,1790	17,9%	29
	2011.1	0,0873	8,7%	11
	2011.2	0,1313	13,1%	26
	2012.1	0,0595	6,0%	10
	2012.2	0,1212	12,1%	28
	2013.1	0,1168	11,7%	23
	2013.2	0,0717	7,2%	17
	2014.1	0,0610	6,1%	13
	2014.2	0,0669	6,7%	17
	2015.1	0,0639	6,4%	14
	2015.2	0,1245	12,5%	33
	2016.1	0,1449	14,5%	31
	2017.1	0,1167	11,7%	30
	2017.2	0,1618	16,2%	33
	2018.1	0,1189	11,9%	27
	2018.2	0,0757	7,6%	14

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 9 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 86730 - Engenharia de Pesca do CCAAB.



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.1.7 115027 - Gestão de Cooperativas

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 2,5 anos para alunos regulares, tempo médio de 03 anos e máximo de 05 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 70 vagas para ingressantes através do SISU.

Tabela 16 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 115027- Gestão de Cooperativas do CCAAB

Semestre	Matriculados	Ingressantes	Concluintes
2008.2	25	25	
2009.1	25	0	
2009.2	89	65	
2010.1	82	0	
2010.2	151	81	
2011.1	127	0	8
2011.2	186	81	6
2012.1	157	1	8
2012.2	220	84	11
2013.1	191	0	16
2013.2	227	74	23
2014.1	171	0	12
2014.2	215	73	4
2015.1	184	0	3
2015.2	229	70	4
2016.1	176	3	20
2017.1	218	82	14
2017.2	173	1	13
2018.1	200	72	15
2018.2	162	0	8

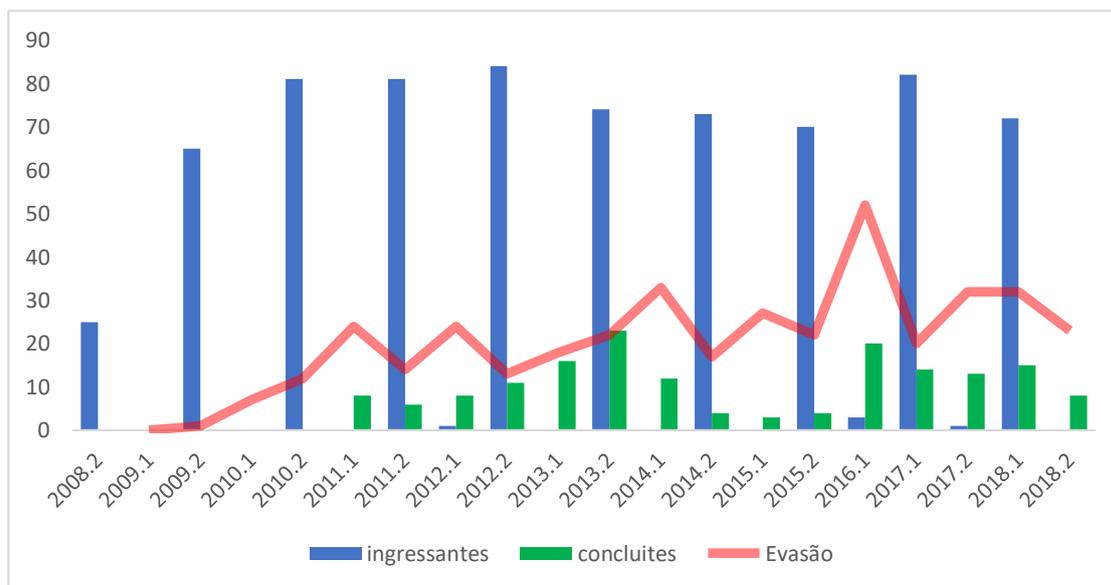
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 17 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 115027-
Gestão de Cooperativas do CCAAB

Evasão	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
		2009.1	0,0000	0,0%
	2009.2	0,0400	4,0%	1
	2010.1	0,0787	7,9%	7
	2010.2	0,1463	14,6%	12
	2011.1	0,1589	15,9%	24
	2011.2	0,1176	11,8%	14
	2012.1	0,1333	13,3%	24
	2012.2	0,0872	8,7%	13
	2013.1	0,0861	8,6%	18
	2013.2	0,1257	12,6%	22
	2014.1	0,1618	16,2%	33
	2014.2	0,1069	10,7%	17
	2015.1	0,1280	12,8%	27
	2015.2	0,1215	12,2%	22
	2016.1	0,2311	23,1%	52
	2017.1	0,1282	12,8%	20
	2017.2	0,1569	15,7%	32
	2018.1	0,2000	20,0%	32
	2018.2	0,1243	12,4%	23

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 10 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 115027- Gestão de Cooperativas do CCAAB.



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.1.8 114992 - Medicina Veterinária

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 05 anos para alunos regulares, tempo médio de 06 anos e máximo de 08 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 80 vagas novas para ingressantes através do SISU.

Tabela 18 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 114992- Medicina Veterinária do CCAAB

Semestre	Matriculados	Ingressantes	Concluintes
2008.2	40	40	
2009.1	38	0	
2009.2	86	50	
2010.1	121	43	
2010.2	153	46	
2011.1	181	45	
2011.2	222	53	
2012.1	244	49	
2012.2	256	35	
2013.1	285	39	2
2013.2	314	42	17
2014.1	318	43	2
2014.2	344	42	13
2015.1	365	43	15
2015.2	371	47	13
2016.1	378	53	15
2017.1	367	43	22
2017.2	370	46	19
2018.1	376	52	24
2018.2	383	43	15

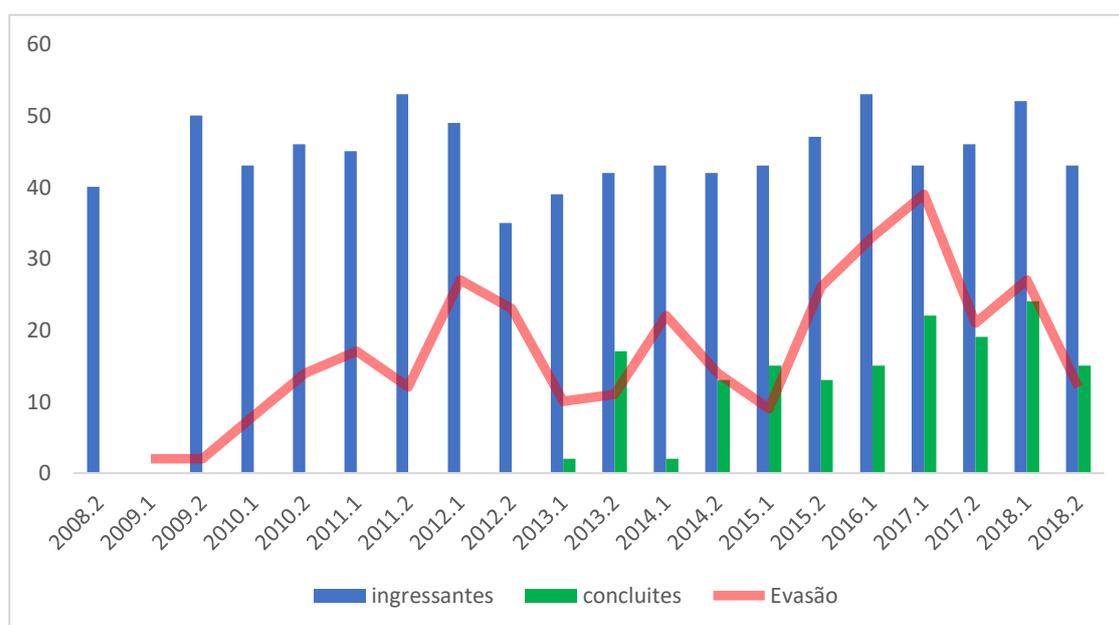
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 19 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 114992 - Medicina Veterinária do CCAAB

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2009.1	0,0500	5,0%	2
	2009.2	0,0526	5,3%	2
	2010.1	0,0930	9,3%	8
	2010.2	0,1157	11,6%	14
	2011.1	0,1111	11,1%	17
	2011.2	0,0663	6,6%	12
	2012.1	0,1216	12,2%	27
	2012.2	0,0943	9,4%	23
	2013.1	0,0391	3,9%	10
	2013.2	0,0389	3,9%	11
	2014.1	0,0741	7,4%	22
	2014.2	0,0443	4,4%	14
	2015.1	0,0272	2,7%	9
	2015.2	0,0743	7,4%	26
	2016.1	0,0922	9,2%	33
	2017.1	0,1074	10,7%	39
	2017.2	0,0609	6,1%	21
	2018.1	0,0769	7,7%	27
2018.2	0,0341	3,4%	12	

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 11 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 114992 - Medicina Veterinária do CCAAB.



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.1.9 86500 - Zootecnia

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 05 anos, tempo médio de 06 anos para retidos e máximo de 08 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 70 vagas novas para ingressantes através do SISU.

Tabela 20 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 86500- Zootecnia do CCAAB

Semestre	Matriculados	Ingressantes	Concluintes
2006.1	32	20	
2006.2	29	0	
2007.1	47	18	
2007.2	47	0	
2008.1	51	5	
2008.2	53	2	
2009.1	101	52	2
2009.2	94	0	2
2010.1	174	88	1
2010.2	108	0	8
2011.1	193	111	7
2011.2	129	0	6
2012.1	177	72	3
2012.2	134	0	6
2013.1	186	72	2
2013.2	160	0	3
2014.1	215	75	10
2014.2	177	0	11
2015.1	217	67	3
2015.2	183	0	10
2016.1	211	87	5
2017.1	173	0	14
2017.2	216	88	4
2018.1	193	4	3
2018.2	234	64	11

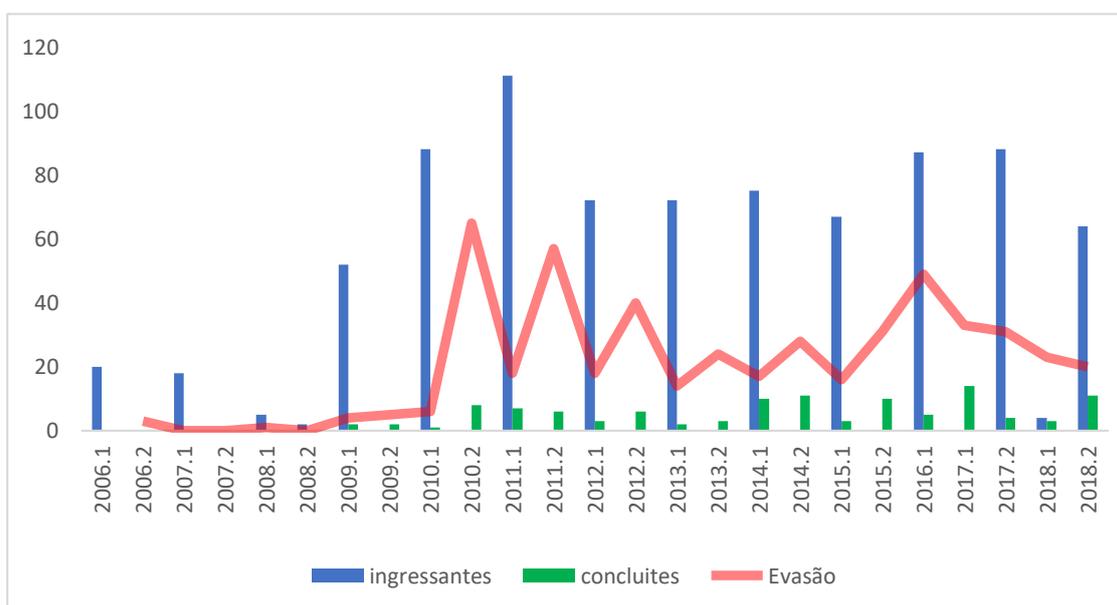
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 21 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 86500 - Zootecnia do CCAAB

Evasão	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
		2006.2	0,0938	9,4%
	2007.1	0,0000	0,0%	0
	2007.2	0,0000	0,0%	0
	2008.1	0,0213	2,1%	1
	2008.2	0,0000	0,0%	0
	2009.1	0,0755	7,5%	4
	2009.2	0,0505	5,1%	5
	2010.1	0,0652	6,5%	6
	2010.2	0,3757	37,6%	65
	2011.1	0,1800	18,0%	18
	2011.2	0,3065	30,6%	57
	2012.1	0,1463	14,6%	18
	2012.2	0,2299	23,0%	40
	2013.1	0,1094	10,9%	14
	2013.2	0,1304	13,0%	24
	2014.1	0,1083	10,8%	17
	2014.2	0,1366	13,7%	28
	2015.1	0,0964	9,6%	16
	2015.2	0,1449	14,5%	31
	2016.1	0,2832	28,3%	49
	2017.1	0,1602	16,0%	33
	2017.2	0,1950	19,5%	31
	2018.1	0,1085	10,8%	23
	2018.2	0,1053	10,5%	20

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 12 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 86500 - Zootecnia do CCAAB.



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Nos cursos de graduação do CCAAB, a evasão estudantil apresenta-se sazonal entre os semestres letivos, principalmente a partir de 2010, quando os cursos de graduação passaram a utilizar o ENEM/SISU como principal forma de acesso aos cursos. Neste centro de ensino, todos os cursos utilizam este formato como instrumento principal de acesso dos estudantes à Universidade.

Observa-se que, até 2014, nos cursos de Agroecologia, Engenharia de Pesca, Engenharia Florestal, Gestão de Cooperativas e Zootecnia a evasão ampliou seu quantitativo nos semestres em que não houve ingresso, mas o cenário inverteu-se com o decorrer dos anos, principalmente a partir de 2015, passando a ocorrer uma maior quantidade de evadidos no semestre de ingresso dos estudantes. Em Agronomia esse fenômeno aconteceu de maneira similar até 2011.1, registrando-se maior percentual de evasão no segundo semestre do curso, mas, de 2012.1 a 2016.1 a tendência mudou de comportamento, passando a apresentar maiores índices de evasão no primeiro semestre.

Nos cursos de Biologia, a licenciatura indicou variações mais estáveis no número de estudantes evadidos, já no bacharelado tais variações apresentaram maior flutuação, com baixos índices em um semestre e duplicação no semestre seguinte, refletindo grande instabilidade. O curso de Medicina Veterinária apresentou picos de evasão no período analisado, ressaltando-se que, quando atingiu o ápice, a evasão recuou significativamente, sem sincronia ou relação entre os semestres de ocorrência.

Por fim, os cursos de graduação do CCAAB apresentaram uma redução na quantidade de evadidos no ano de 2018, sendo o curso de Engenharia de Pesca o único a não acompanhar essa tendência.

6.2 CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS

O Centro de Artes Humanidades e Letras – CAHL, localizado na Rua Maestro Irineu Sacramento, 11 - Quarteirão Leite Alves, na histórica cidade de Cachoeira, abriga 11 cursos de graduação sendo 07 bacharelados: Artes Visuais, Ciências Sociais, Cinema e Audiovisual, Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, Museologia, Serviço Social; 03 licenciaturas: Artes Visuais, Ciências Sociais e História; e 01 curso tecnológico: Gestão Pública. O Centro está autorizado a ofertar 490 novas vagas anualmente nos cursos de graduação.

Quadro 3 - Cursos de graduação ofertados no CAHL

CÓDIGO	CURSO	CRIAÇÃO	VAGAS	FORMAÇÃO	TURNO	DURAÇÃO MÍNIMA
1102956	Artes Visuais	15/03/2010	50	Bacharelado	Noturno	4 anos
1405963	Artes Visuais	24/09/2018	25	Licenciatura	Diurno	4 anos
114989	Ciências Sociais	18/08/2008	50	Bacharelado	Diurno	4 anos
1300456	Ciências Sociais	02/09/2014	50	Licenciatura	Diurno	4 anos
114546	Cinema e Audiovisual	18/08/2008	50	Bacharelado	Diurno	4 anos
113425	Comunicação Social – Jornalismo	16/10/2006	50	Bacharelado	Diurno	4 anos
1105377	Gestão Pública	15/03/2010	50	Tecnológico	Noturno	3 anos
115681	História	18/08/2008	100	Licenciatura	Diurno e Noturno	4 anos
100447	Museologia	16/10/2006	50	Bacharelado	Diurno	4 anos
1191700	Publicidade e Propaganda	04/12/2012	30	Bacharelado	Diurno	4 anos
114987	Serviço Social	18/08/2008	100	Bacharelado	Diurno e Noturno	4 anos

Fonte: Elaborado a partir do site E-MEC 2018

6.2.1 1102956 - Artes Visuais

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 04 anos para alunos regulares, tempo médio de 05 anos e máximo de 06 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 25 vagas novas para ingressantes através do SISU.

Tabela 22 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1102956 - Artes Visuais do CAHL

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluintes
2010.1	53	53	
2010.2	46	0	
2011.1	87	57	
2011.2	68	0	
2012.1	105	43	
2012.2	89	0	
2013.1	124	46	
2013.2	120	1	14
2014.1	145	44	1
2014.2	124	0	10
2015.1	146	43	5
2015.2	127	0	10
2016.1	149	50	9
2017.1	124	0	9
2017.2	144	47	9
2018.1	118	1	4
2018.2	129	21	8

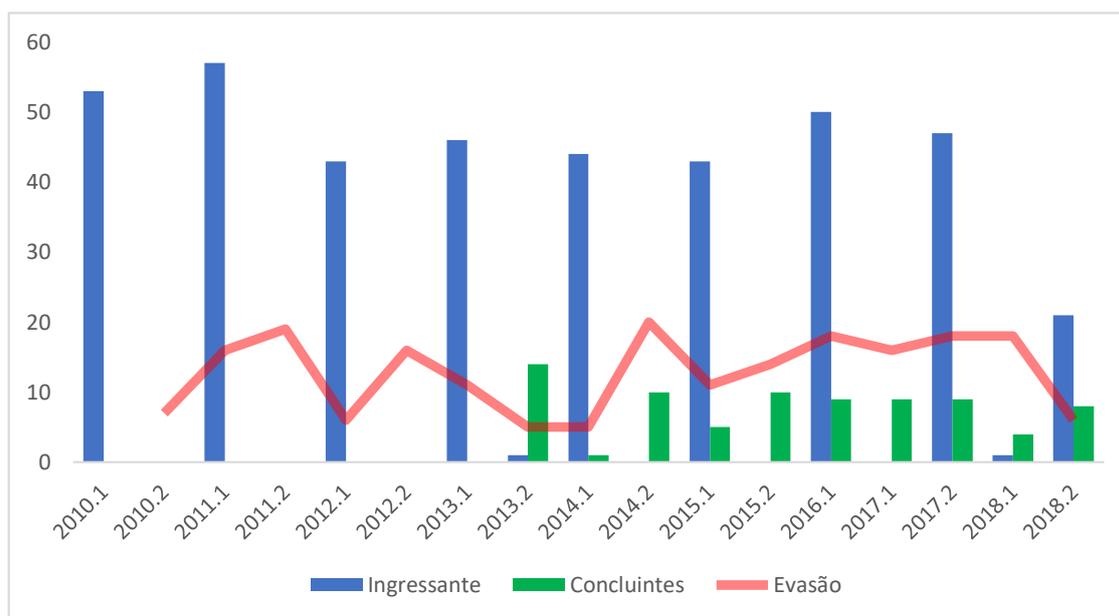
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 23 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1102956 - Artes Visuais do CAHL

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2010.2	0,132	13,2%	7
	2011.1	0,348	34,8%	16
	2011.2	0,218	21,8%	19
	2012.1	0,088	8,8%	6
	2012.2	0,152	15,2%	16
	2013.1	0,124	12,4%	11
	2013.2	0,040	4,0%	5
	2014.1	0,047	4,7%	5
	2014.2	0,139	13,9%	20
	2015.1	0,096	9,6%	11
	2015.2	0,099	9,9%	14
	2016.1	0,154	15,4%	18
	2017.1	0,114	11,4%	16
	2017.2	0,157	15,7%	18
	2018.1	0,133	13,3%	18
	2018.2	0,053	5,3%	6

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 13 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1102956 - Artes Visuais do CAHL



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.2.2 1405963 - Artes Visuais

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 04 anos para alunos regulares, tempo médio de 05 anos e máximo de 06 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 25 vagas novas para ingressantes através do SISU.

Tabela 24 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1405963 - Artes Visuais do CAHL

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluintes
2018.2	18	20	

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.2.3 114989 - Ciências Sociais

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 04 anos para alunos regulares, tempo médio de 05 anos e máximo de 06 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 35 vagas novas para ingressantes através do SISU.

Tabela 25 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 114989 - Ciências Sociais do CAHL

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluintes
2008.2	31	31	
2009.1	28	0	
2009.2	88	60	
2010.1	135	55	
2010.2	113	0	
2011.1	164	63	
2011.2	130	0	
2012.1	165	50	3
2012.2	129	0	1
2013.1	165	44	18
2013.2	130	0	21
2014.1	158	53	3
2014.2	132	0	9
2015.1	152	43	9
2015.2	119	0	7
2016.1	128	36	9
2017.1	109	0	10
2017.2	118	39	2
2018.1	106	0	6
2018.2	121	31	0

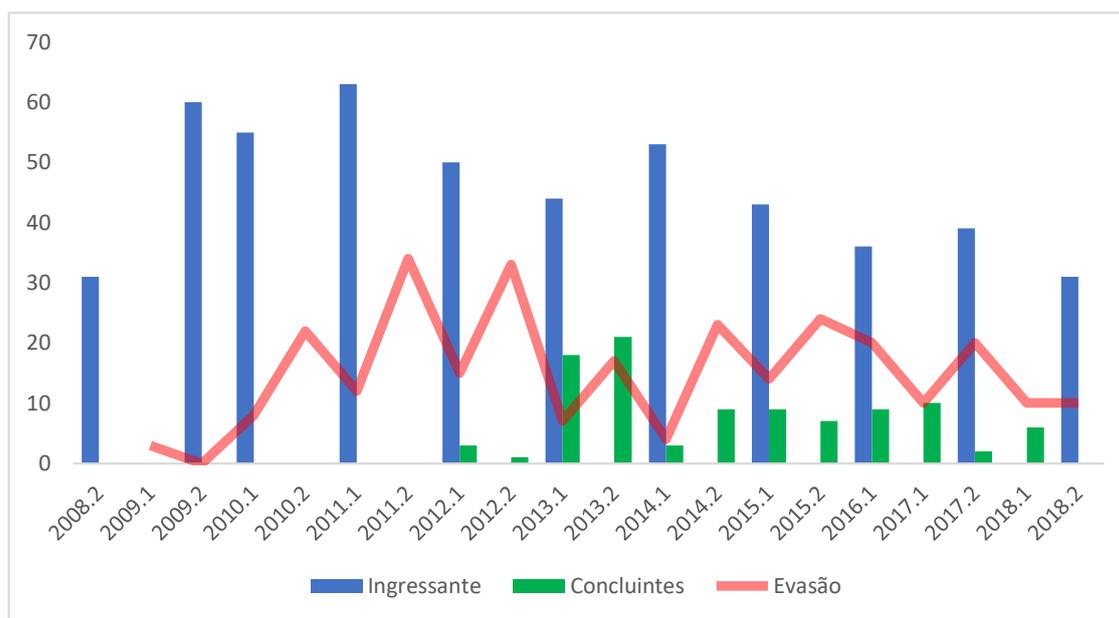
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 26 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 114989 - Ciências Sociais do CAHL

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2009.1	0,097	9,7%	3
	2009.2	0,000	0,0%	0
	2010.1	0,091	9,1%	8
	2010.2	0,163	16,3%	22
	2011.1	0,106	10,6%	12
	2011.2	0,207	20,7%	34
	2012.1	0,115	11,5%	15
	2012.2	0,204	20,4%	33
	2013.1	0,055	5,5%	7
	2013.2	0,116	11,6%	17
	2014.1	0,037	3,7%	4
	2014.2	0,148	14,8%	23
	2015.1	0,114	11,4%	14
	2015.2	0,168	16,8%	24
	2016.1	0,179	17,9%	20
	2017.1	0,084	8,4%	10
	2017.2	0,202	20,2%	20
	2018.1	0,086	8,6%	10
2018.2	0,100	10,0%	10	

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 14 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 114989 - Ciências Sociais do CAHL



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.2.4 1300456 - Ciências Sociais

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 03 anos para alunos regulares, tempo médio de 04 anos e máximo de 05 anos. Foram ofertadas no ano 2018, 15 vagas novas para ingressantes através do SISU.

Tabela 27 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1300456 - Ciências Sociais do CAHL

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluintes
2015.1	15	16	
2015.2	13	0	
2016.1	29	25	
2017.1	30	4	
2017.2	53	34	
2018.1	59	10	3
2018.2	79	24	0

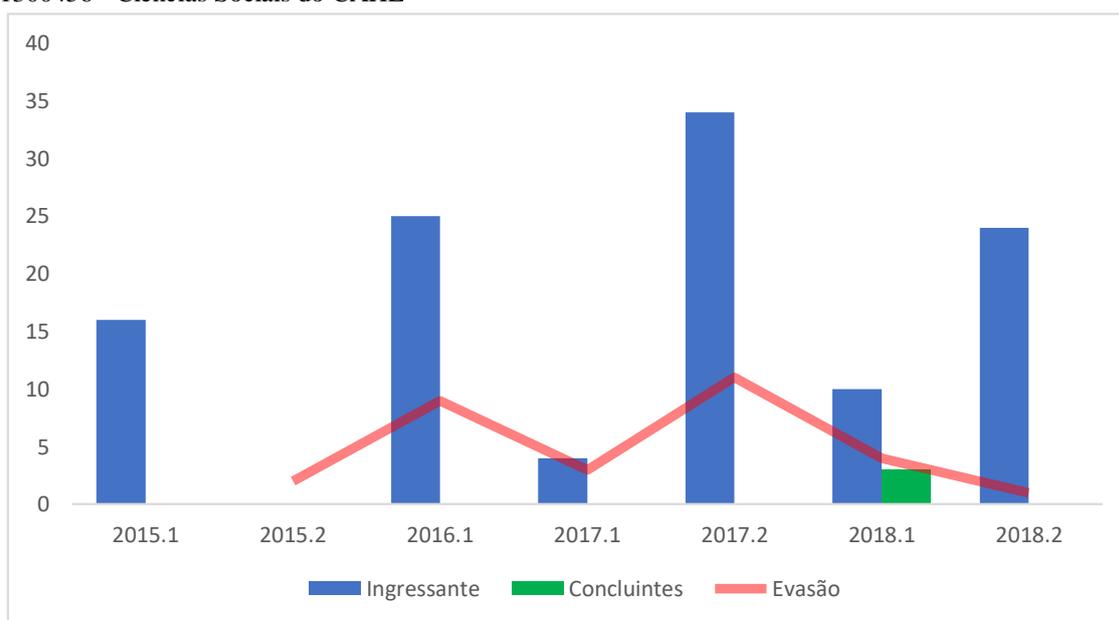
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 28 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1300456- Ciências Sociais do CAHL

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2015.2	0,133	13,3%	2
	2016.1	0,692	69,2%	9
	2017.1	0,103	10,3%	3
	2017.2	0,367	36,7%	11
	2018.1	0,075	7,5%	4
	2018.2	0,018	1,8%	1

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 15 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1300456 - Ciências Sociais do CAHL



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.2.5 114546 - Cinema e Audiovisual

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 04 anos para alunos regulares, tempo médio de 05 anos e máximo de 06 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 40 vagas novas para ingressantes através do SISU.

Tabela 29 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 114546 - Cinema e Audiovisual do CAHL

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluintes
2008.2	40	40	
2009.1	31	0	
2009.2	79	51	
2010.1	120	51	
2010.2	110	3	
2011.1	159	53	
2011.2	147	9	
2012.1	179	40	
2012.2	153	0	3
2013.1	181	34	16
2013.2	159	2	20
2014.1	167	40	8
2014.2	154	0	8
2015.1	180	38	6
2015.2	156	0	9
2016.1	176	38	8
2017.1	131	0	13
2017.2	159	45	8
2018.1	132	5	9
2018.2	157	34	13

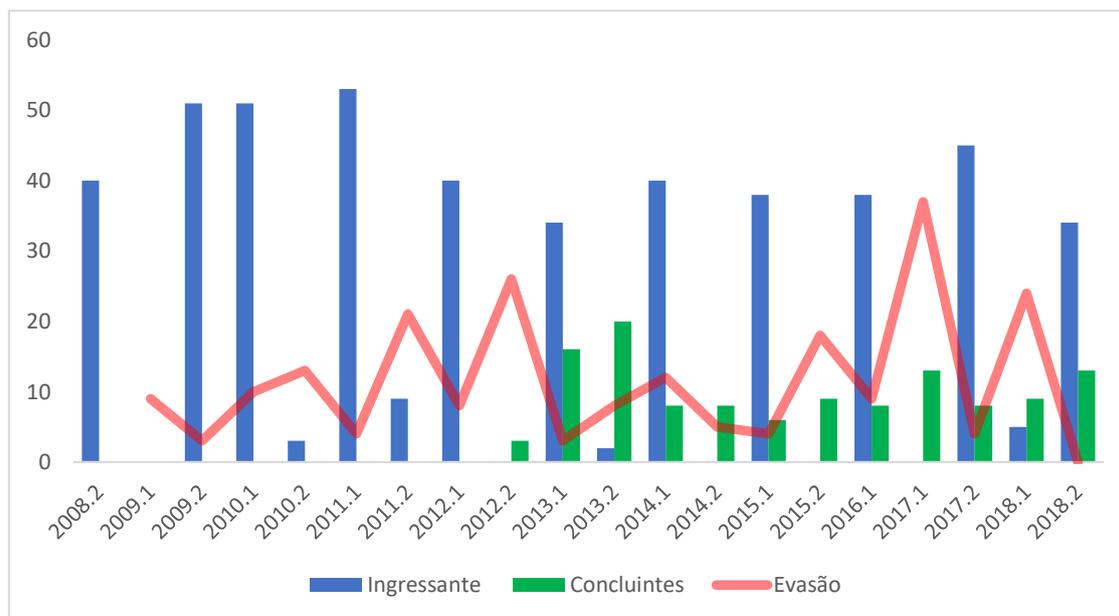
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 30 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 114546 - Cinema e Audiovisual do CAHL

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2009.1	0,225	22,5%	9
	2009.2	0,097	9,7%	3
	2010.1	0,127	12,7%	10
	2010.2	0,108	10,8%	13
	2011.1	0,036	3,6%	4
	2011.2	0,132	13,2%	21
	2012.1	0,054	5,4%	8
	2012.2	0,145	14,5%	26
	2013.1	0,020	2,0%	3
	2013.2	0,048	4,8%	8
	2014.1	0,086	8,6%	12
	2014.2	0,031	3,1%	5
	2015.1	0,027	2,7%	4
	2015.2	0,103	10,3%	18
	2016.1	0,061	6,1%	9
	2017.1	0,220	22,0%	37
	2017.2	0,034	3,4%	4
	2018.1	0,159	15,9%	24
2018.2	0,000	0,0%	0	

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 16 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 114546 - Cinema e Audiovisual do CAHL



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.2.6 113425 - Comunicação Social – Jornalismo

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 04 anos para alunos regulares, tempo médio de 05 anos e máximo de 06 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 40 vagas novas para ingressantes através do SISU.

Tabela 31 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 113425 - Comunicação Social - Jornalismo do CAHL

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluintes
2006.2	41	41	
2007.1	75	40	
2007.2	70	0	
2008.1	107	40	
2008.2	98	0	
2009.1	144	51	
2009.2	136	5	
2010.1	181	53	16
2010.2	143	0	21
2011.1	183	66	4
2011.2	152	1	30
2012.1	162	48	2
2012.2	142	0	25
2013.1	153	39	0
2013.2	138	0	31
2014.1	147	39	5
2014.2	131	0	13
2015.1	153	42	5
2015.2	140	0	12
2016.1	145	33	5
2017.1	130	0	11
2017.2	141	42	15
2018.1	122	4	8
2018.2	134	33	19

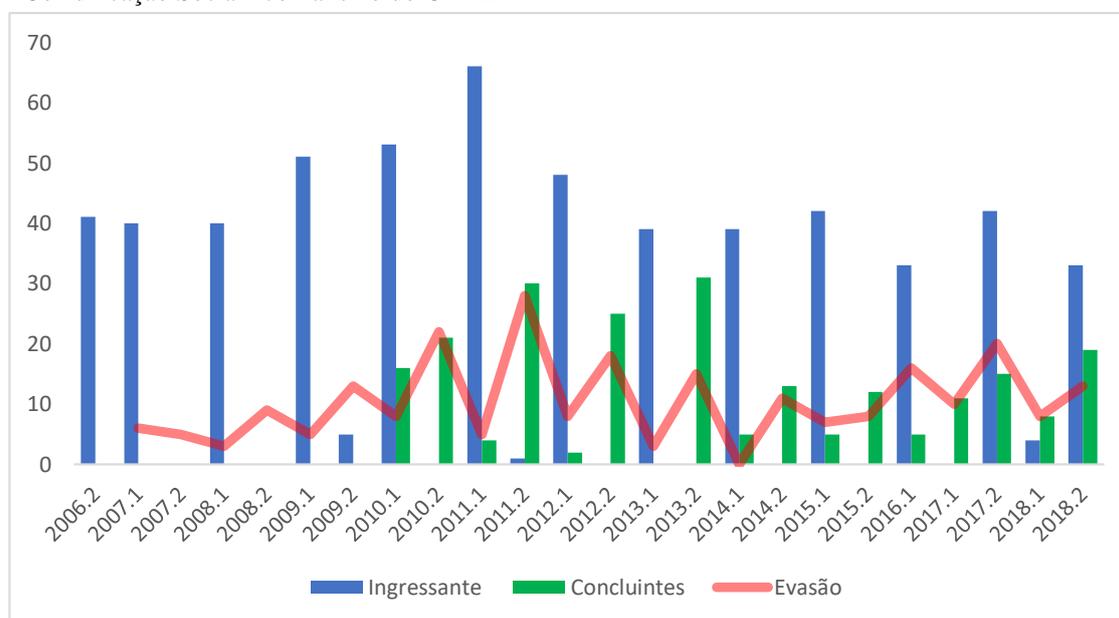
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 32 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 113425 - Comunicação Social - Jornalismo do CAHL

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2007.1	0,146	14,6%	6
	2007.2	0,067	6,7%	5
	2008.1	0,043	4,3%	3
	2008.2	0,084	8,4%	9
	2009.1	0,051	5,1%	5
	2009.2	0,090	9,0%	13
	2010.1	0,059	5,9%	8
	2010.2	0,133	13,3%	22
	2011.1	0,041	4,1%	5
	2011.2	0,156	15,6%	28
	2012.1	0,066	6,6%	8
	2012.2	0,113	11,3%	18
	2013.1	0,026	2,6%	3
	2013.2	0,098	9,8%	15
	2014.1	-0,009	-0,9%	0
	2014.2	0,077	7,7%	11
	2015.1	0,059	5,9%	7
	2015.2	0,054	5,4%	8
	2016.1	0,125	12,5%	16
	2017.1	0,071	7,1%	10
2017.2	0,168	16,8%	20	
2018.1	0,063	6,3%	8	
2018.2	0,114	11,4%	13	

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 17 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 113425 - Comunicação Social - Jornalismo do CAHL



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.2.7 1105377 - Gestão Pública

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 03 anos para alunos regulares, tempo médio de 04 anos e máximo de 05 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 50 vagas novas para ingressantes através do SISU.

Tabela 33 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1105377 - Gestão Pública do CAHL

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluintes
2010.1	50	50	
2010.2	47	0	
2011.1	88	54	
2011.2	74	0	
2012.1	121	59	
2012.2	112	0	12
2013.1	137	47	2
2013.2	129	1	19
2014.1	147	50	2
2014.2	121	0	5
2015.1	154	52	13
2015.2	131	0	5
2016.1	160	56	4
2017.1	135	1	8
2017.2	157	59	6
2018.1	143	4	14
2018.2	159	49	13

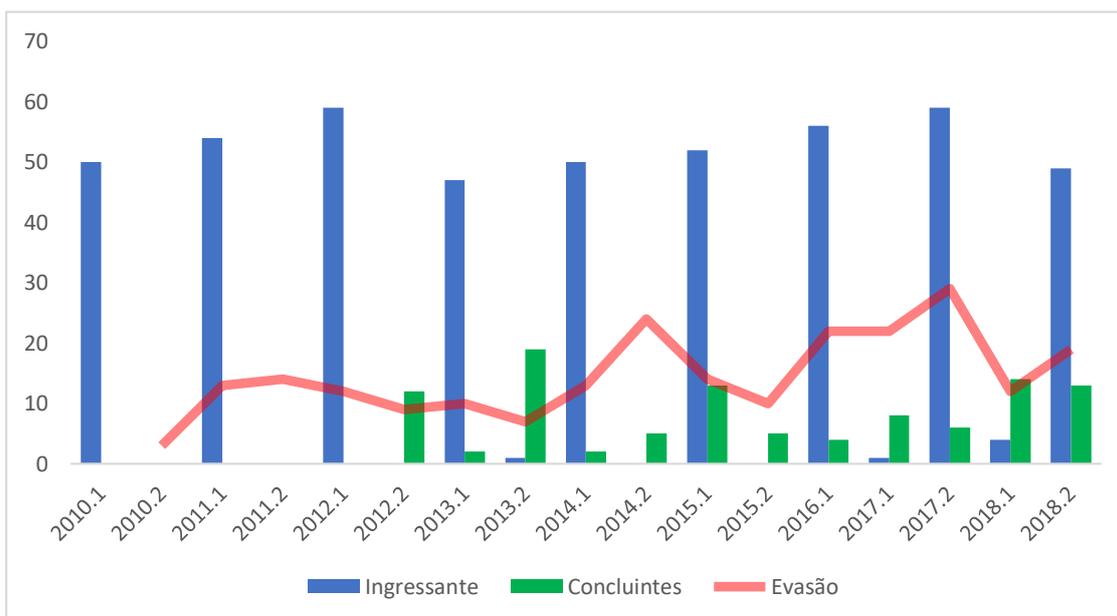
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 34 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1105377- Gestão Pública do CAHL

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2010.2	0,060	6,0%	3
	2011.1	0,277	27,7%	13
	2011.2	0,159	15,9%	14
	2012.1	0,162	16,2%	12
	2012.2	0,074	7,4%	9
	2013.1	0,100	10,0%	10
	2013.2	0,052	5,2%	7
	2014.1	0,118	11,8%	13
	2014.2	0,166	16,6%	24
	2015.1	0,121	12,1%	14
	2015.2	0,071	7,1%	10
	2016.1	0,175	17,5%	22
	2017.1	0,141	14,1%	22
	2017.2	0,228	22,8%	29
	2018.1	0,079	7,9%	12
	2018.2	0,147	14,7%	19

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 18 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1105377 - Gestão Pública do CAHL



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.2.8 115681 – História

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 04 anos para alunos regulares, tempo médio de 05 anos e máximo de 07 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 50 vagas novas para ingressantes através do SISU.

Tabela 35 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 115681 – História - Noturno do CAHL

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluintes
2008.2	39	39	
2009.1	36	0	
2009.2	84	49	
2010.1	130	55	
2010.2	127	0	
2011.1	158	56	
2011.2	128	1	
2012.1	167	48	
2012.2	152	0	8
2013.1	186	50	1
2013.2	176	0	13
2014.1	208	51	11
2014.2	175	0	8
2015.1	219	57	9
2015.2	187	0	18
2016.1	220	58	10
2017.1	190	0	10
2017.2	207	48	13
2018.1	193	0	11
2018.2	226	49	16

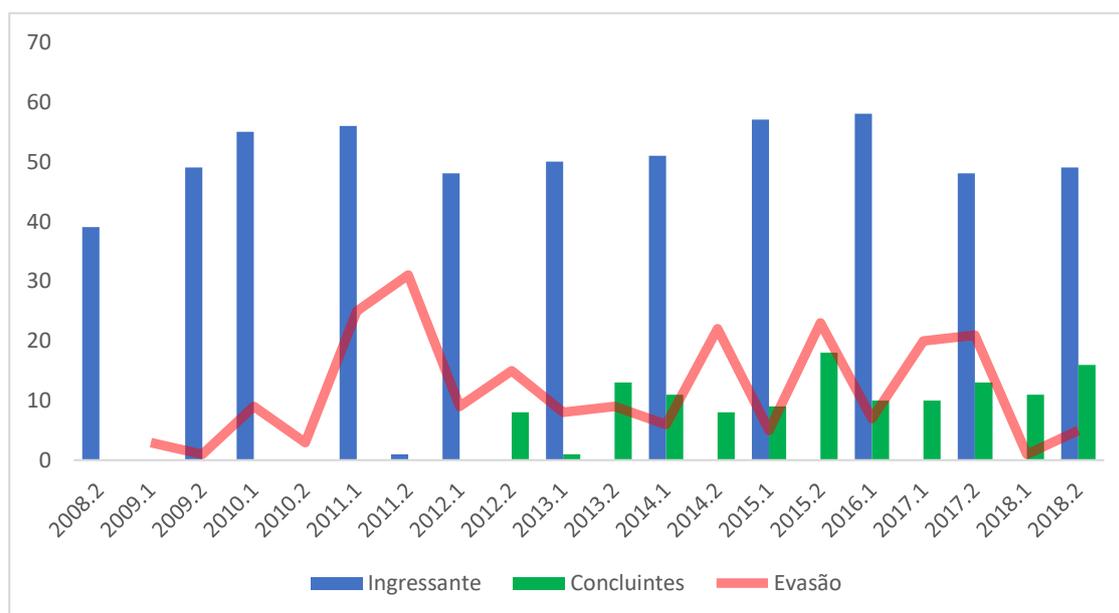
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 36 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 115681 – História - Noturno do CAHL

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2009.1	0,077	7,7%	3
	2009.2	0,028	2,8%	1
	2010.1	0,107	10,7%	9
	2010.2	0,023	2,3%	3
	2011.1	0,197	19,7%	25
	2011.2	0,196	19,6%	31
	2012.1	0,070	7,0%	9
	2012.2	0,090	9,0%	15
	2013.1	0,056	5,6%	8
	2013.2	0,049	4,9%	9
	2014.1	0,037	3,7%	6
	2014.2	0,112	11,2%	22
	2015.1	0,030	3,0%	5
	2015.2	0,110	11,0%	23
	2016.1	0,041	4,1%	7
	2017.1	0,095	9,5%	20
	2017.2	0,117	11,7%	21
	2018.1	0,005	0,5%	1
2018.2	0,027	2,7%	5	

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 19 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 115681 – História - Noturno do CAHL



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 37 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 115681 – História - Diurno do CAHL

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluintes
2006.2	42	42	
2007.1	73	40	
2007.2	69	0	
2008.1	105	39	
2008.2	103	1	
2009.1	152	51	
2009.2	144	1	
2010.1	143	1	11
2010.2	182	58	37
2011.1	135	0	5
2011.2	183	60	22
2012.1	138	0	2
2012.2	170	50	15
2013.1	143	0	3
2013.2	177	49	4
2014.1	157	0	6
2014.2	177	34	7
2015.1	161	0	7
2015.2	184	48	0
2016.1	152	0	14
2017.1	180	50	18
2017.2	134	0	6
2018.1	123	0	13
2018.2	116	0	17

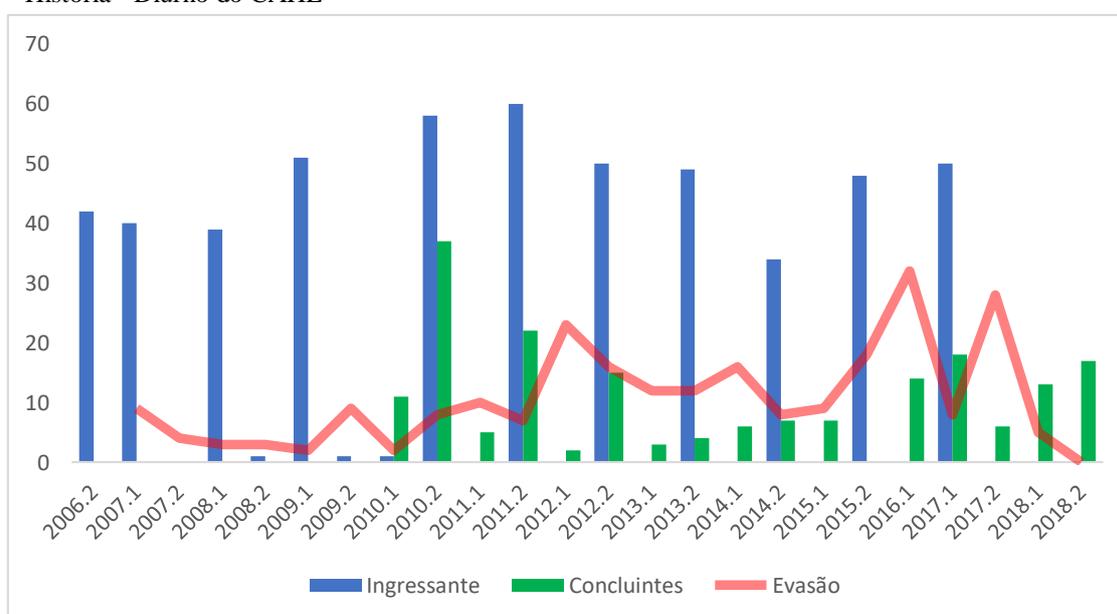
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 38 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 115681 – História - Diurno do CAHL

Evasão	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
		2007.1	0,214	21,4%
	2007.2	0,055	5,5%	4
	2008.1	0,043	4,3%	3
	2008.2	0,029	2,9%	3
	2009.1	0,019	1,9%	2
	2009.2	0,059	5,9%	9
	2010.1	0,014	1,4%	2
	2010.2	0,061	6,1%	8
	2011.1	0,069	6,9%	10
	2011.2	0,054	5,4%	7
	2012.1	0,143	14,3%	23
	2012.2	0,118	11,8%	16
	2013.1	0,077	7,7%	12
	2013.2	0,086	8,6%	12
	2014.1	0,092	9,2%	16
	2014.2	0,053	5,3%	8
	2015.1	0,053	5,3%	9
	2015.2	0,117	11,7%	18
	2016.1	0,174	17,4%	32
	2017.1	0,058	5,8%	8
	2017.2	0,173	17,3%	28
	2018.1	0,039	3,9%	5
	2018.2	-0,055	-5,5%	0

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 20 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 115681 – História - Diurno do CAHL



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.2.9 100447 – Museologia

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 04 anos para alunos regulares, e máximo de 06 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 50 vagas novas para ingressantes através do SISU.

Tabela 39 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 100447 - Museologia do CAHL

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluintes
2006.2	40	40	
2007.1	69	34	
2007.2	62	0	
2008.1	88	29	
2008.2	84	0	
2009.1	115	32	
2009.2	106	1	
2010.1	160	56	6
2010.2	129	0	21
2011.1	162	63	7
2011.2	171	51	9
2012.1	190	57	12
2012.2	136	0	7
2013.1	168	46	4
2013.2	150	0	9
2014.1	176	44	11
2014.2	151	0	9
2015.1	181	49	20
2015.2	140	0	8
2016.1	163	55	5
2017.1	137	0	12
2017.2	172	62	18
2018.1	129	2	6
2018.2	152	40	11

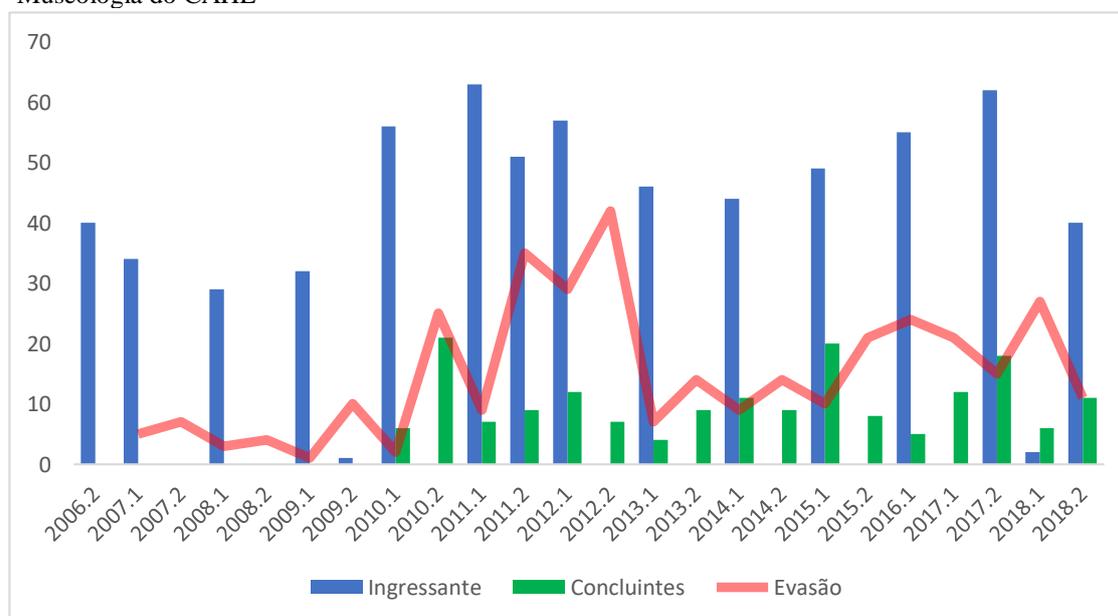
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 40 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 100447 - Museologia do CAHL

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2007.1	0,125	12,5%	5
	2007.2	0,101	10,1%	7
	2008.1	0,048	4,8%	3
	2008.2	0,045	4,5%	4
	2009.1	0,012	1,2%	1
	2009.2	0,087	8,7%	10
	2010.1	0,019	1,9%	2
	2010.2	0,162	16,2%	25
	2011.1	0,083	8,3%	9
	2011.2	0,226	22,6%	35
	2012.1	0,179	17,9%	29
	2012.2	0,236	23,6%	42
	2013.1	0,054	5,4%	7
	2013.2	0,085	8,5%	14
	2014.1	0,064	6,4%	9
	2014.2	0,085	8,5%	14
	2015.1	0,070	7,0%	10
	2015.2	0,130	13,0%	21
	2016.1	0,182	18,2%	24
	2017.1	0,133	13,3%	21
2017.2	0,120	12,0%	15	
2018.1	0,175	17,5%	27	
2018.2	0,089	8,9%	11	

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 21 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 100447 - Museologia do CAHL



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.2.10 1191700 - Publicidade e Propaganda

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 3,5 anos para alunos regulares, tempo médio de 04 anos e máximo de 07 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 30 vagas novas para ingressantes através do SISU.

Tabela 41 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1191700 - Publicidade e Propaganda do CAHL

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluintes
2013.2	28	28	
2014.1	23	0	
2014.2	24	0	
2015.1	18	0	
2015.2	17	0	
2016.1	17	0	
2017.1	32	17	
2017.2	29	0	7
2018.1	49	34	6
2018.2	43	0	1

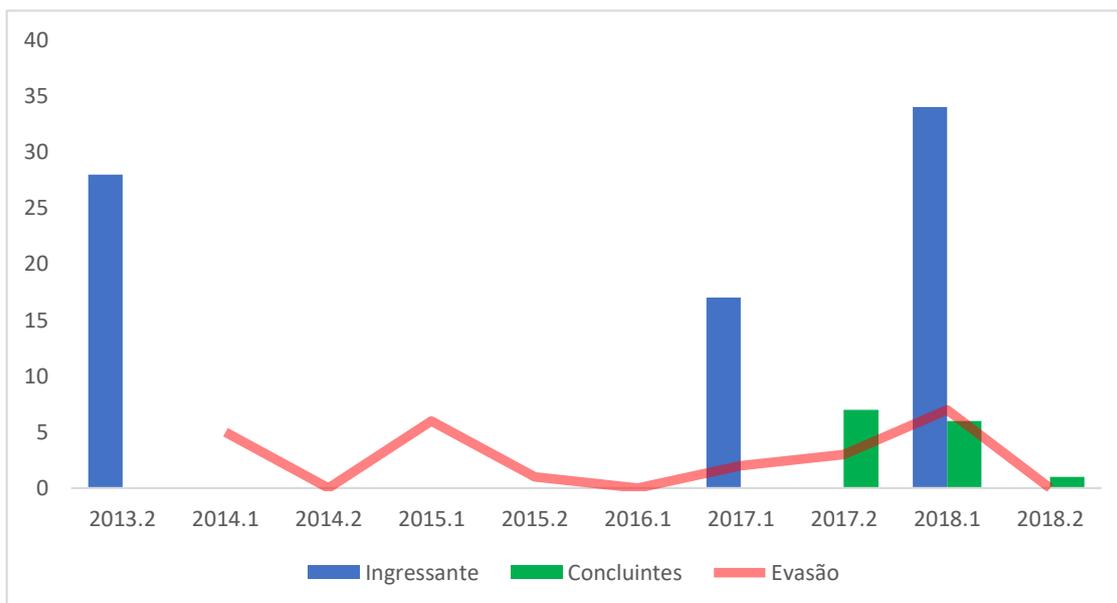
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 42 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1191700- Publicidade e Propaganda do CAHL

Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
2014.1	0,179	17,9%	5
2014.2	-0,043	-4,3%	0
2015.1	0,250	25,0%	6
2015.2	0,056	5,6%	1
2016.1	0,000	0,0%	0
2017.1	0,118	11,8%	2
2017.2	0,094	9,4%	3
2018.1	0,318	31,8%	7
2018.2	0,000	0,0%	0

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 22 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1191700 - Publicidade e Propaganda do CAHL



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.2.11 114987 - Serviço Social

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 03 anos para alunos regulares, tempo médio de 04 anos e máximo de 07 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 100 vagas novas para ingressantes através do SISU.

Tabela 43 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 114987 - Serviço Social - Noturno do CAHL

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluintes
2010.1	52	52	
2010.2	45	0	
2011.1	82	52	
2011.2	69	0	
2012.1	119	60	
2012.2	101	0	
2013.1	146	53	
2013.2	145	4	23
2014.1	163	46	1
2014.2	147	2	17
2015.1	183	57	5
2015.2	148	0	0
2016.1	172	57	26
2017.1	152	0	5
2017.2	168	58	18
2018.1	145	0	12
2018.2	177	51	5

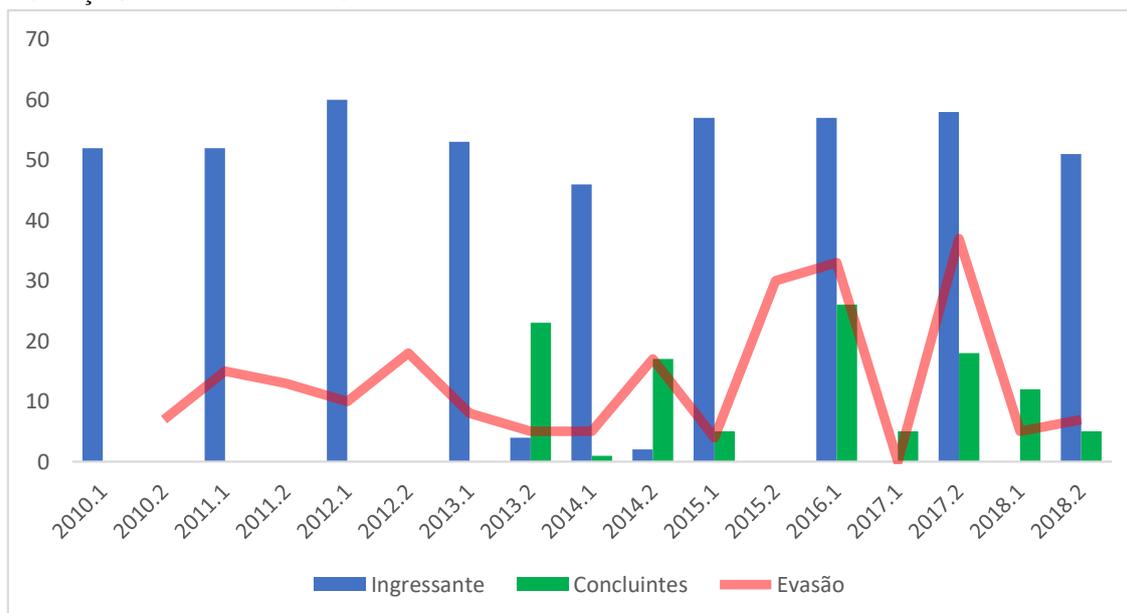
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 44 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 114987 - Serviço Social - Noturno do CAHL

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2010.2	0,135	13,5%	7
	2011.1	0,333	33,3%	15
	2011.2	0,159	15,9%	13
	2012.1	0,145	14,5%	10
	2012.2	0,151	15,1%	18
	2013.1	0,079	7,9%	8
	2013.2	0,034	3,4%	5
	2014.1	0,041	4,1%	5
	2014.2	0,105	10,5%	17
	2015.1	0,031	3,1%	4
	2015.2	0,169	16,9%	30
	2016.1	0,223	22,3%	33
	2017.1	-0,041	-4,1%	0
	2017.2	0,252	25,2%	37
	2018.1	0,033	3,3%	5
	2018.2	0,053	5,3%	7

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 23 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 114987 - Serviço Social - Noturno do CAHL



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 45 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 114987 - Serviço Social - Diurno do CAHL

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluintes
2008.2	40	40	
2009.1	39	0	
2009.2	89	50	
2010.1	86	1	
2010.2	136	52	
2011.1	126	0	
2011.2	182	59	
2012.1	165	1	32
2012.2	178	59	6
2013.1	166	0	38
2013.2	172	51	3
2014.1	157	2	26
2014.2	169	44	3
2015.1	154	0	29
2015.2	174	49	20
2016.1	156	0	29
2017.1	159	49	6
2017.2	138	0	26
2018.1	152	55	3
2018.2	140	0	6

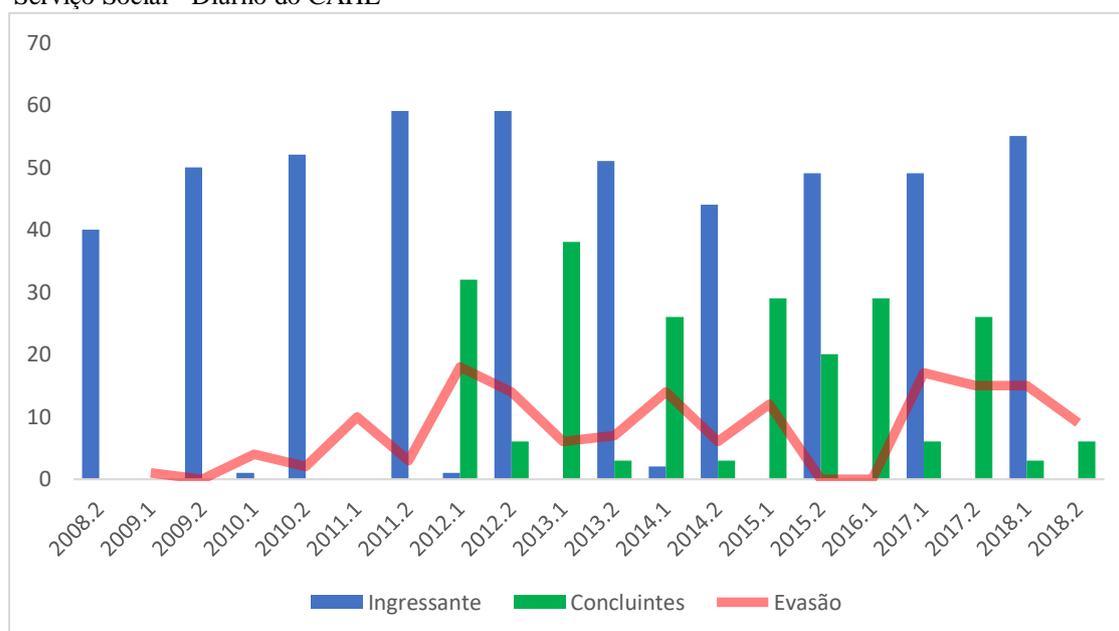
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 46 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 114987 - Serviço Social - Diurno do CAHL

Evasão	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
		2009.1	0,025	2,5%
	2009.2	0,000	0,0%	0
	2010.1	0,045	4,5%	4
	2010.2	0,023	2,3%	2
	2011.1	0,074	7,4%	10
	2011.2	0,024	2,4%	3
	2012.1	0,099	9,9%	18
	2012.2	0,105	10,5%	14
	2013.1	0,035	3,5%	6
	2013.2	0,055	5,5%	7
	2014.1	0,083	8,3%	14
	2014.2	0,046	4,6%	6
	2015.1	0,072	7,2%	12
	2015.2	0,000	0,0%	0
	2016.1	-0,013	-1,3%	0
	2017.1	0,134	13,4%	17
	2017.2	0,098	9,8%	15
	2018.1	0,134	13,4%	15
	2018.2	0,060	6,0%	9

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 24 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 114987 - Serviço Social - Diurno do CAHL



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Os cursos de graduação do CAHL apresentaram índices de evasão estudantil similares aos cursos do CCAAB, pois os cursos registraram redução de evadidos nos semestres de ingresso do estudante e aumento do quantitativo de evadidos nos semestres em que não houve ingresso. Os cursos do CAHL utilizam o ENEM/SISU como principal forma de acesso dos estudantes aos cursos de graduação.

Cursos como Artes Visuais⁶, Ciências Sociais, Cinema e Audiovisual, Comunicação Social e Jornalismo, História, Museologia, e Serviço Social possuem uma similaridade entre os alunos evadidos, nestes cursos há um quantitativo maior de evadidos no semestre que não possui ingressantes. Alguns cursos possuem variações de grande escala entre semestres letivos, não só de ampliação da evasão como na redução da mesma.

Já os cursos de Ciências Sociais⁷, Gestão Pública, e Publicidade e Propaganda não seguem a tendência dos cursos acima citados, possuindo casos dispares um do outro. Em Ciências Sociais, o percentual maior de evasão ocorre no semestre de ingresso dos estudantes, no curso de Gestão Pública, a evasão aparenta ter fluxo contínuo e com picos esporádicos em alguns semestres letivos, posteriormente retornando às condições anteriores. No curso de Publicidade e Propaganda, o quantitativo de evadidos apresentou-se estável, sem alterações significativas.

Os cursos do CAHL não apresentam uma uniformidade quanto ao número de evadidos, alguns cursos apresentaram ascendência no aumento da evasão, enquanto outros registraram decréscimo substancial no ano de 2018.

⁶ Curso de Artes Visuais - 1102956

⁷ Curso de Ciências Sociais -1300456

6.3 CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

O Centro de Ciências Da Saúde – CCS, está localizado na cidade de Santo Antônio de Jesus, avenida Carlos Amaral, 1015 - Cajueiro. Atualmente o Centro oferta 05 cursos de graduação sendo todos bacharelados: Interdisciplinar em Saúde, Enfermagem, Medicina, Nutrição e Psicologia. O Centro está autorizado a ofertar 380 novas vagas anualmente nos cursos de graduação.

Quadro 4 - Cursos de graduação ofertados no CCS

CÓDIGO	CURSO	CRIAÇÃO	VAGAS	FORMAÇÃO	TURNO	DURAÇÃO MÍNIMA
100452	Enfermagem	16/10/2006	30	Bacharelado	Diurno	1 anos e meio*
1135527	Interdisciplinar em Saúde	18/08/2009	200	Bacharelado	Diurno	3 anos
1202547	Medicina	11/11/2013	60	Bacharelado	Diurno	4 anos*
100450	Nutrição	16/10/2006	30	Bacharelado	Diurno	1 anos*
100433	Psicologia	16/10/2006	60	Bacharelado	Diurno	2 anos*

Fonte: Elaborado a partir do site E-MEC 2018

* Acrescenta-se aos cursos o período do Interdisciplinar em Saúde como ciclo básico de formação.

6.3.1 100452 – Enfermagem

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 4,5 anos para alunos regulares, tempo médio de 06 anos e máximo de 07 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 30 vagas novas para ingressantes através do SISU e 40 no processo seletivo interno de 2º Ciclo⁸ para concluintes do Interdisciplinar em Saúde.

⁸ Art. 1º § 2º Os cursos em formato de ciclos são constituídos de primeiro ciclo de formação em nível de graduação de natureza geral, organizados por grandes áreas do conhecimento que conduzem à diplomação, e segundo ciclo, de caráter opcional, dedicados à formação profissional em áreas específicas do conhecimento, que conduzem à segunda diplomação. (UFRB, 2018, p.4)

Tabela 47 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 100452- Enfermagem do CCS

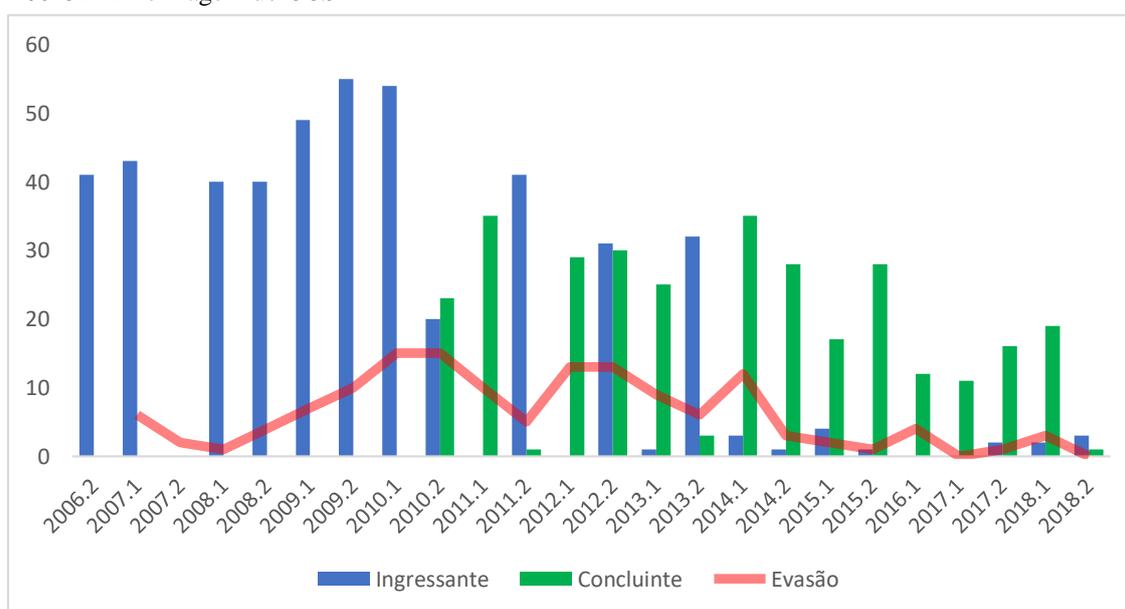
Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2006.2	41	41	
2007.1	78	43	
2007.2	76	0	
2008.1	115	40	
2008.2	151	40	
2009.1	193	49	
2009.2	238	55	
2010.1	277	54	
2010.2	282	20	23
2011.1	249	0	35
2011.2	250	41	1
2012.1	236	0	29
2012.2	225	31	30
2013.1	187	1	25
2013.2	188	32	3
2014.1	176	3	35
2014.2	139	1	28
2015.1	113	4	17
2015.2	96	1	28
2016.1	64	0	12
2017.1	61	0	11
2017.2	51	2	16
2018.1	34	2	19
2018.2	18	3	1

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 48 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 100452- Enfermagem do CCS

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2007.1	0,146	14,6%	6
	2007.2	0,026	2,6%	2
	2008.1	0,013	1,3%	1
	2008.2	0,035	3,5%	4
	2009.1	0,046	4,6%	7
	2009.2	0,052	5,2%	10
	2010.1	0,063	6,3%	15
	2010.2	0,054	5,4%	15
	2011.1	0,039	3,9%	10
	2011.2	0,023	2,3%	5
	2012.1	0,052	5,2%	13
	2012.2	0,063	6,3%	13
	2013.1	0,046	4,6%	9
	2013.2	0,037	3,7%	6
	2014.1	0,065	6,5%	12
	2014.2	0,021	2,1%	3
	2015.1	0,018	1,8%	2
	2015.2	0,010	1,0%	1
	2016.1	0,059	5,9%	4
	2017.1	-0,173	-17,3%	0
	2017.2	0,020	2,0%	1
	2018.1	0,086	8,6%	3
2018.2	0,000	0,0%	0	

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 25 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 100452- Enfermagem do CCS

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.3.2 1135527 - Interdisciplinar em Saúde

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 03 anos para alunos regulares, tempo médio de 04 anos e máximo de 05 anos. Foram ofertadas no ano 2018, 20 vagas novas para ingressantes através do SISU.

Tabela 49 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1135527 - Interdisciplinar em Saúde do CCS

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2009.2	50	50	
2010.1	98	52	
2010.2	131	54	
2011.1	178	64	
2011.2	184	52	
2012.1	218	52	10
2012.2	227	46	37
2013.1	213	40	9
2013.2	247	51	28
2014.1	305	102	34
2014.2	341	100	50
2015.1	364	101	47
2015.2	402	119	48
2016.1	414	112	26
2017.1	473	139	44
2017.2	516	156	48
2018.1	517	89	59
2018.2	501	72	41

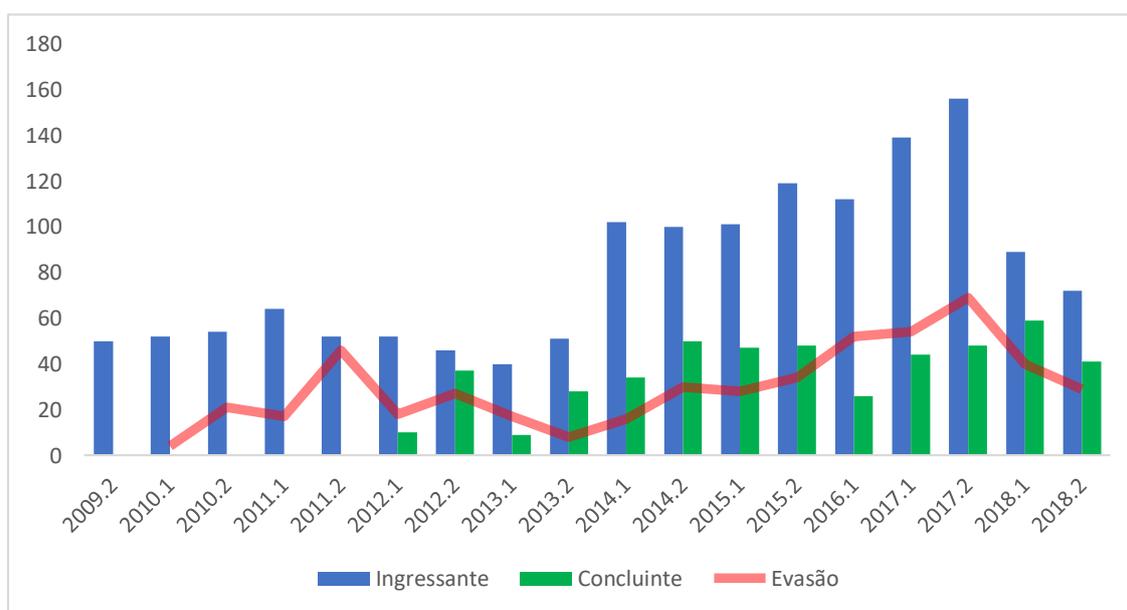
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 50 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1135527 - Interdisciplinar em Saúde do CCS

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2010.1	0,080	8,0%	4
	2010.2	0,214	21,4%	21
	2011.1	0,130	13,0%	17
	2011.2	0,258	25,8%	46
	2012.1	0,098	9,8%	18
	2012.2	0,130	13,0%	27
	2013.1	0,089	8,9%	17
	2013.2	0,039	3,9%	8
	2014.1	0,073	7,3%	16
	2014.2	0,111	11,1%	30
	2015.1	0,096	9,6%	28
	2015.2	0,107	10,7%	34
	2016.1	0,147	14,7%	52
	2017.1	0,139	13,9%	54
	2017.2	0,161	16,1%	69
	2018.1	0,085	8,5%	40
	2018.2	0,063	6,3%	29

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 26 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1135527 - Interdisciplinar em Saúde do CCS



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.3.3 1202547 – Medicina

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 07 anos para alunos regulares, tempo médio de 09 anos e máximo de 11 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 20 vagas novas para ingressantes através do SISU e 60 no processo seletivo interno de 2º Ciclo para concluintes do Interdisciplinar em Saúde.

Tabela 51 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1202547 - Medicina do CCS

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2013.2	32	32	
2014.1	53	21	
2014.2	77	24	
2015.1	109	32	
2015.2	139	30	
2016.1	166	30	
2017.1	198	30	
2017.2	201	37	
2018.1	264	34	
2018.2	293	31	

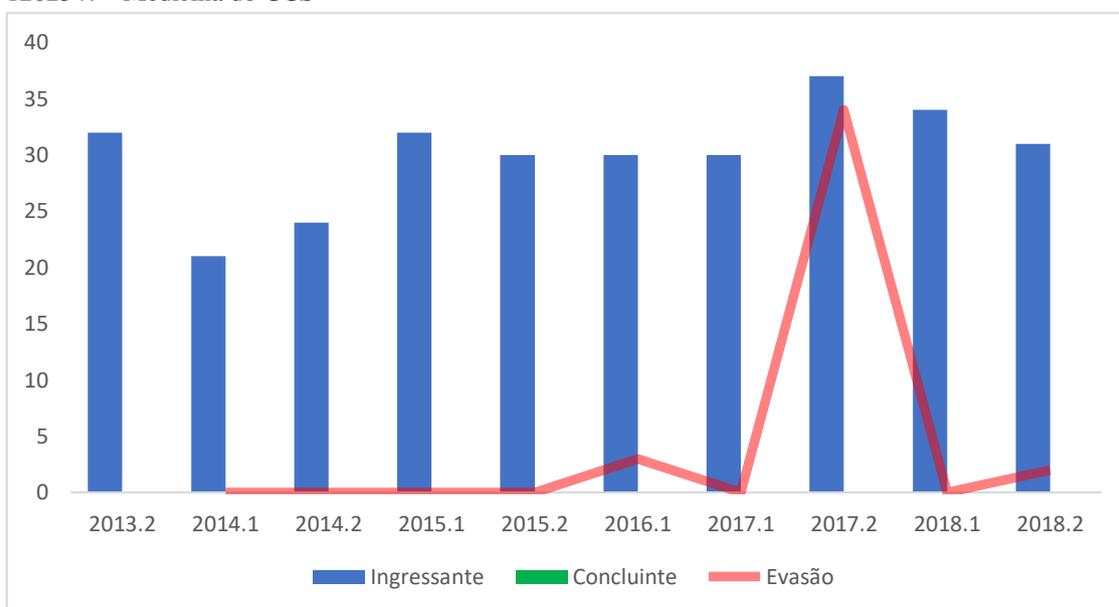
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 52 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1202547 - Medicina do CCS

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2014.1	0,000	0,0%	
	2014.2	0,000	0,0%	
	2015.1	0,000	0,0%	
	2015.2	0,000	0,0%	
	2016.1	0,022	2,2%	3
	2017.1	-0,012	-1,2%	0
	2017.2	0,172	17,2%	34
	2018.1	-0,144	-14,4%	0
	2018.2	0,008	0,8%	2

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 27 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1202547 - Medicina do CCS



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.3.4 100450 – Nutrição

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 4,5 anos para alunos regulares, tempo médio de 05 anos e máximo de 06 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 30 vagas novas para ingressantes através do SISU e 30 no processo seletivo interno de 2º Ciclo para concluintes do Interdisciplinar em Saúde.

Tabela 53 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 100450 - Nutrição do CCS

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2006.2	41	41	
2007.1	78	42	
2007.2	77	1	
2008.1	110	40	
2008.2	147	40	
2009.1	194	51	
2009.2	240	54	
2010.1	286	54	
2010.2	277	5	17
2011.1	259	10	31
2011.2	261	37	24
2012.1	227	0	21
2012.2	227	20	25
2013.1	226	33	36
2013.2	182	3	20
2014.1	159	0	28
2014.2	134	2	15
2015.1	140	22	0
2015.2	126	3	26
2016.1	104	2	22
2017.1	79	0	15
2017.2	58	0	20
2018.1	38	1	6
2018.2	32	0	6

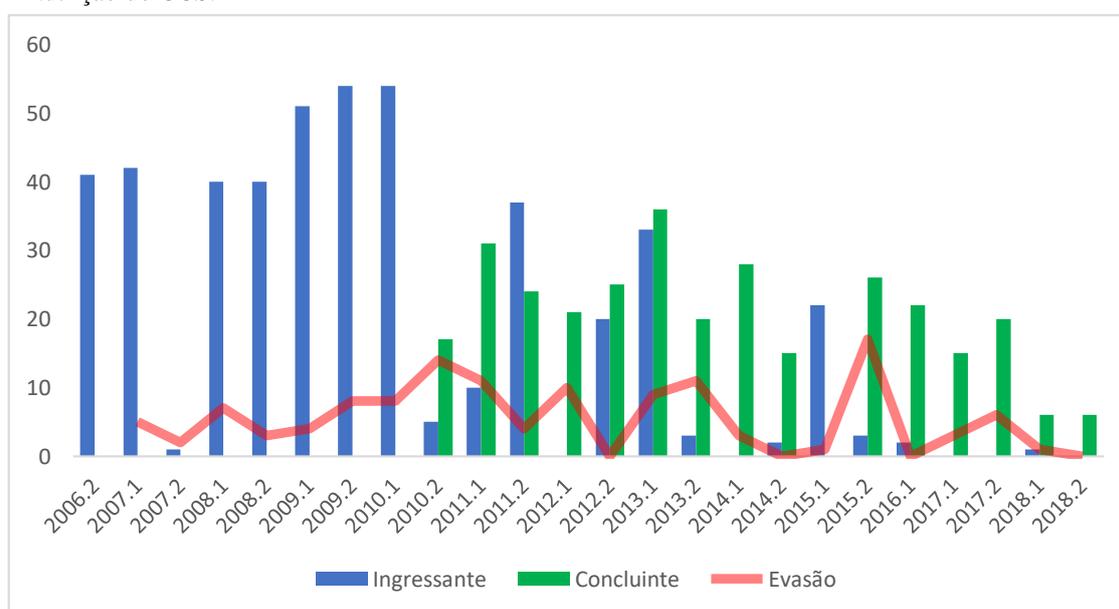
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 54 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 100450- Nutrição do CCS

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2007.1	0,122	12,2%	5
	2007.2	0,026	2,6%	2
	2008.1	0,091	9,1%	7
	2008.2	0,027	2,7%	3
	2009.1	0,027	2,7%	4
	2009.2	0,041	4,1%	8
	2010.1	0,033	3,3%	8
	2010.2	0,049	4,9%	14
	2011.1	0,042	4,2%	11
	2011.2	0,018	1,8%	4
	2012.1	0,042	4,2%	10
	2012.2	-0,005	-0,5%	0
	2013.1	0,045	4,5%	9
	2013.2	0,058	5,8%	11
	2014.1	0,019	1,9%	3
	2014.2	-0,008	-0,8%	0
	2015.1	0,008	0,8%	1
	2015.2	0,121	12,1%	17
	2016.1	-0,020	-2,0%	0
	2017.1	0,037	3,7%	3
	2017.2	0,094	9,4%	6
	2018.1	0,026	2,6%	1
	2018.2	0,000	0,0%	0

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 28 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 100450 - Nutrição do CCS.



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.3.5 100433 – Psicologia

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 05 anos para alunos regulares, tempo médio de 07 anos e máximo de 08 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 60 vagas novas para ingressantes através do SISU e 60 no processo seletivo interno de 2º Ciclo para concluintes do Interdisciplinar em Saúde.

Tabela 55 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 100433- Psicologia do CCS

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2006.2	42	42	
2007.1	75	40	
2007.2	71	0	
2008.1	108	40	
2008.2	143	40	
2009.1	192	56	
2009.2	240	56	
2010.1	276	50	
2010.2	273	9	
2011.1	312	46	15
2011.2	280	0	36
2012.1	236	1	0
2012.2	255	36	26
2013.1	251	31	21
2013.2	260	38	29
2014.1	221	2	47
2014.2	176	4	34
2015.1	163	25	10
2015.2	149	3	34
2016.1	129	0	0
2017.1	115	0	5
2017.2	111	2	22
2018.1	91	4	19
2018.2	70	1	28

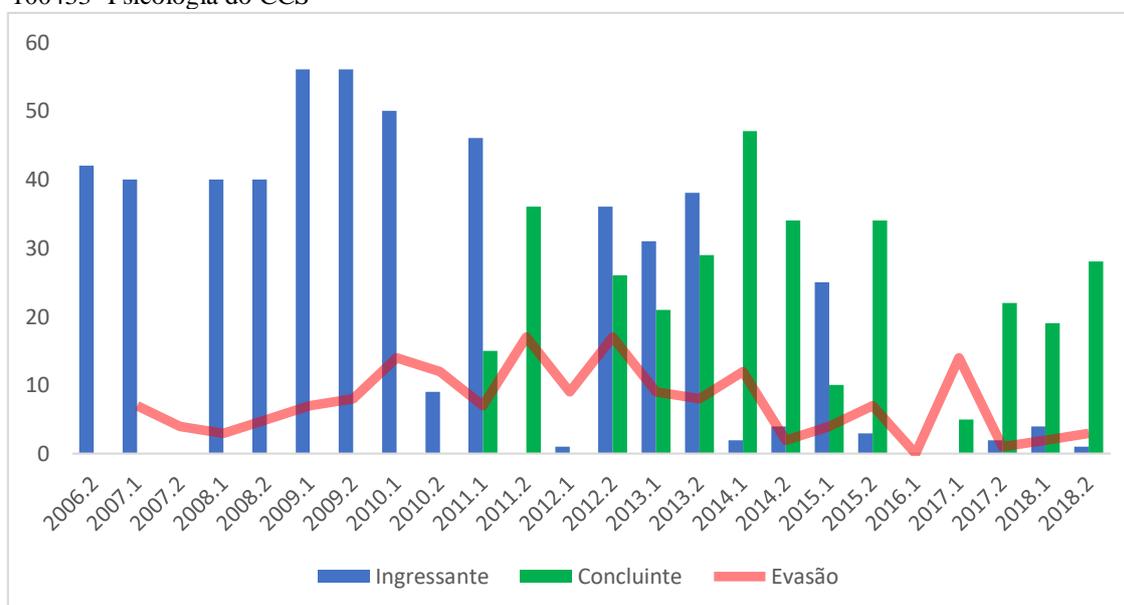
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 56 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 100433- Psicologia do CCS

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2007.1	0,167	16,7%	7
	2007.2	0,053	5,3%	4
	2008.1	0,042	4,2%	3
	2008.2	0,046	4,6%	5
	2009.1	0,049	4,9%	7
	2009.2	0,042	4,2%	8
	2010.1	0,058	5,8%	14
	2010.2	0,043	4,3%	12
	2011.1	0,026	2,6%	7
	2011.2	0,057	5,7%	17
	2012.1	0,037	3,7%	9
	2012.2	0,072	7,2%	17
	2013.1	0,039	3,9%	9
	2013.2	0,035	3,5%	8
	2014.1	0,052	5,2%	12
	2014.2	0,011	1,1%	2
	2015.1	0,028	2,8%	4
	2015.2	0,046	4,6%	7
	2016.1	-0,122	-12,2%	0
	2017.1	0,109	10,9%	14
	2017.2	0,009	0,9%	1
	2018.1	0,022	2,2%	2
	2018.2	0,042	4,2%	3

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 29 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 100433- Psicologia do CCS



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Nos cursos de graduação do CCS, a evasão estudantil apresenta múltiplas facetas, não se configurando uma condição comum entre eles. Os cursos do CCS utilizam o ENEM/SISU e processo interno de 2º ciclo como formas de acesso dos estudantes aos cursos de graduação.

O curso de Enfermagem apresenta um percentual estabilizado da sua taxa de evasão, contudo apresenta dois períodos em que o quantitativo de alunos evadidos se eleva, mas retornam à estabilidade. O curso Interdisciplinar em Saúde apresenta percentuais oscilantes de evasão em alguns semestres, com taxas que ultrapassam 10% entre semestres.

No curso de Medicina, a evasão apresentava-se nula, até surgir um percentual elevado no semestre 2017.2. Os cursos de Nutrição e Psicologia apresentam percentuais constantes de evasão estudantil, sem alterações elevadas do quantitativo de evadidos entre os semestres.

No CCS, os cursos de graduação apresentam baixo índice de evasão, tendo em momentos específicos elevação da taxa, assim, a tendência é que o percentual de evasão permaneça estável nos próximos semestres.

6.4 CENTRO DE CULTURA, LINGUAGEM E TECNOLOGIA APLICADA

Centro de Cultura, Linguagem e Tecnologia Aplicada – CECULT, localizado na Avenida Viana Bandeira, 119, 1º Andar, Centro. Santo Amaro – Ba. São oferecidos 02 bacharelados: Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas, Interdisciplinar em Ciências Ambientais; 04 licenciaturas: 02 Interdisciplinar em Artes, 02 Música - Música Popular Brasileira, e 03 tecnológicos: Artes do Espetáculo, Política e Gestão Cultural, Produção Musical. O Centro está autorizado a ofertar 720 novas vagas anualmente nos cursos de graduação.

Quadro 5 - Cursos de graduação ofertados no CECULT

CÓDIGO	CURSO	CRIAÇÃO	VAGAS	FORMAÇÃO	TURNO	DURAÇÃO MÍNIMA
1404699	Artes do Espetáculo	25/03/2019	40	Tecnológico	Vespertino	3 anos
1404985	Interdisciplinar em Artes	24/09/2018	40	Licenciatura	Diurno	4 anos
1453214	Interdisciplinar em Artes	03/09/2018	200	Licenciatura	EaD	4 anos
1405880	Interdisciplinar em Ciências Ambientais	03/04/2018	50	Bacharelado	Diurno	3 anos e meio
1272131	Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas	30/08/2013	80	Bacharelado	Diurno e Noturno	3 anos*
1453215	Música - Música Popular Brasileira	03/09/2018	200	Licenciatura	EaD	4 anos
1385766	Música - Música Popular Brasileira	24/09/2018	30	Licenciatura	Diurno	4 anos
1404915	Política e Gestão Cultural	25/03/2019	40	Tecnológico	Noturno	3 anos
1404842	Produção Musical	25/03/2019	40	Tecnológico	Vespertino	3 anos

Fonte: Elaborado a partir do site E-MEC 2018

* O Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas possibilita ao egresso acesso a complementação da formação profissional em cursos como: Produção Musical, Artes do Espetáculo, Política e Gestão Cultural, Interdisciplinar em Artes e Música Popular Brasileira.

6.4.1 1404699 - Artes do Espetáculo

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 03 anos para alunos regulares, tempo médio de 04 anos e máximo de 06 anos. Não houve oferta de vagas novas no ano 2018.

6.4.2 1404985 - Interdisciplinar em Artes

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 04 anos para alunos regulares, tempo médio de 05 anos e máximo de 06 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 35 vagas novas para ingressantes através do SISU e 05 no processo seletivo interno de 2º Ciclo para concluintes do Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas.

Tabela 57 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1404985 - Interdisciplinar em Artes do CECULT

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2018.2	33	36	

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.4.3 1453214 - Interdisciplinar em Artes

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 04 anos para alunos regulares, tempo médio de 05 anos e máximo de 06 anos. Não houve oferta de vagas novas no ano de 2018.

6.4.4 1405880 - Interdisciplinar em Ciências Ambientais

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 03 anos para alunos regulares, tempo médio de 04 anos e máximo de 4,5 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 50 vagas novas para ingressantes através do SISU.

Tabela 58 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1405880- Interdisciplinar em Ciências Ambientais do CECULT

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2018.2	32	41	

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.4.5 1272131 - Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 03 anos para alunos regulares, tempo médio de 04 anos e máximo de 06 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 80 vagas novas para ingressantes através do SISU.

Tabela 59 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1272131- Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas - Vespertino do CECULT

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2014.1	46	51	
2014.2	33	0	
2015.1	65	33	
2015.2	53	0	
2016.1	65	28	
2017.1	52	0	2
2017.2	59	27	6
2018.1	48	0	7
2018.2	58	30	5

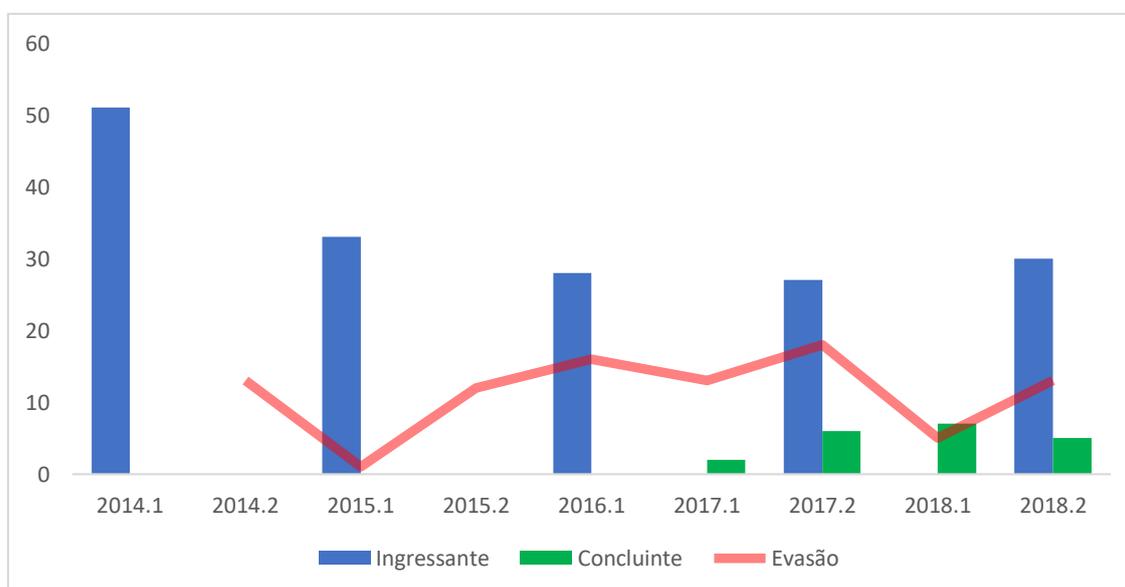
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 60 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1272131- Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas - Vespertino do CECULT

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2014.1			
	2014.2	0,283	28,3%	13
	2015.1	0,030	3,0%	1
	2015.2	0,185	18,5%	12
	2016.1	0,302	30,2%	16
	2017.1	0,200	20,0%	13
	2017.2	0,360	36,0%	18
	2018.1	0,094	9,4%	5
	2018.2	0,317	31,7%	13

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 30 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1272131- Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas - Vespertino do CECULT



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 61 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1272131- Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas - Noturno do CECULT

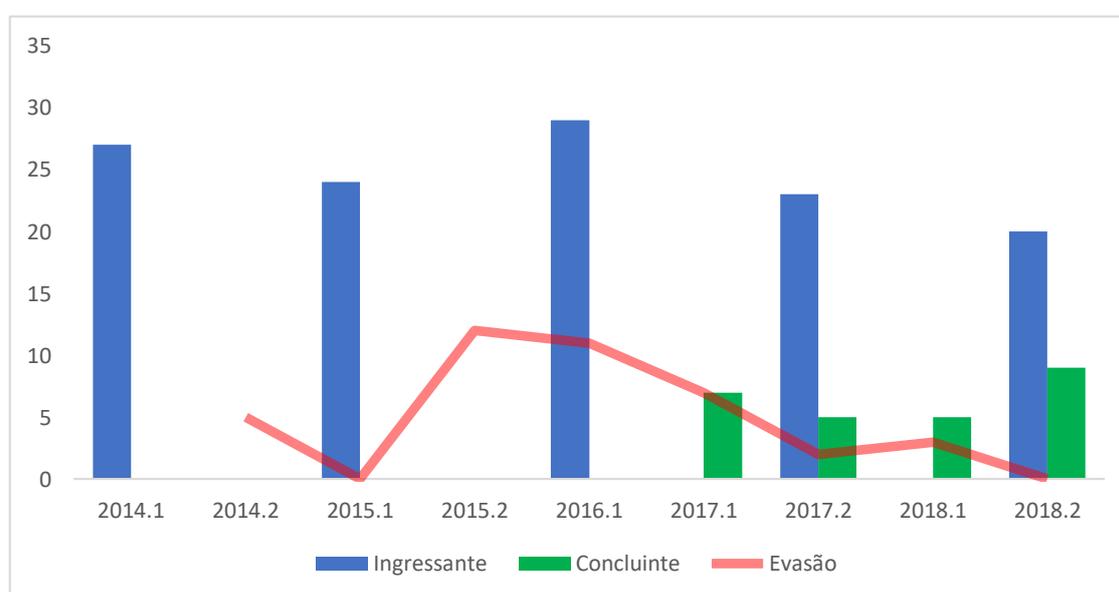
Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2014.1	27	27	
2014.2	22	0	
2015.1	47	24	
2015.2	35	0	
2016.1	53	29	
2017.1	46	0	7
2017.2	60	23	5
2018.1	52	0	5
2018.2	73	20	9

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 62 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1272131- Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas - Noturno do CECULT

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2014.1			
	2014.2	0,185	18,5%	5
	2015.1	-0,045	-4,5%	0
	2015.2	0,255	25,5%	12
	2016.1	0,314	31,4%	11
	2017.1	0,132	13,2%	7
	2017.2	0,051	5,1%	2
	2018.1	0,055	5,5%	3
	2018.2	-0,128	-12,8%	0

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 31 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1272131- Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas - Noturno do CECULT

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.4.6 1453215 - Música - Música Popular Brasileira

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 04 anos para alunos regulares, tempo médio de 05 anos e máximo de 06 anos. Não houve oferta de vagas novas no ano 2018.

6.4.7 1385766 - Música - Música Popular Brasileira

O curso tem um tempo de integralização mínimo 04 anos para alunos regulares, tempo médio de 05 anos e máximo de 06 anos. Foram ofertadas no ano 2018, 25 vagas novas para ingressantes através do SISU e 05 no processo seletivo interno de 2º Ciclo para concluintes do Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas.

Tabela 63 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1385766 - Música Popular Brasileira do CECULT

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2018.2	19	20	

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.4.8 1404915 - Política e Gestão Cultural

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 03 anos para alunos regulares, tempo médio de 04 anos e máximo de 06 anos. Não houve oferta de vagas novas no ano 2018.

6.4.9 1404842 - Produção Musical

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 03 anos para alunos regulares, tempo médio de 04 anos e máximo de 06 anos. Não houve oferta de vagas novas no ano 2018.

No CECULT alguns cursos, como Arte do Espetáculo, Interdisciplinar em Artes, Interdisciplinar em Ciências Ambientais, Música Popular Brasileira, Políticas e Gestão Cultural, e Produção Musical não tiveram como realizar o cálculo da evasão porque só apresentaram, até o momento, um semestre letivo ou não ainda ofertaram turma de ingresso, no período pesquisado.

O curso Interdisciplinar em Cultura, Linguagem e Tecnologia Aplicada apresentou cenários de evasão diferentes entre os turnos ofertados, no diurno a evasão é constante, com viés de alta, já no noturno, é estável com tendência de redução. Assim, o curso que apresentou dados evolutivos foi o Interdisciplinar em Cultura, Linguagem e Tecnologia Aplicada.

6.5 CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS

O Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – CETEC, localizado na Rua Rui Barbosa, 710 – Centro, na cidade de Cruz das Almas, foi implantado durante a criação da UFRB em 2006. São oferecidos 09 cursos de graduação sendo 08 Bacharelados: Ciências Exatas e Tecnológicas, Engenharia Civil, Engenharia de Computação, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Sanitária e Ambiental, Física, Matemática; 01 Licenciatura: Matemática. O Centro está autorizado a ofertar 1010 novas vagas anualmente nos cursos de graduação.

Quadro 6 - Cursos de graduação ofertados no CETEC

CÓDIGO	CURSO	CRIAÇÃO	VAGAS	FORMAÇÃO	TURNOS	DURAÇÃO MÍNIMA
112848	Ciências Exatas e Tecnológicas	10/03/2008	300	Bacharelado	Diurno	3 anos
1173916	Engenharia Civil	14/03/2011	50	Bacharelado	Diurno	2 anos*
1205729	Engenharia de Computação	02/04/2012	90	Bacharelado	Noturno	2 anos*
1327498	Engenharia Elétrica	26/02/2015	50	Bacharelado	Diurno	2 anos meio*
1173700	Engenharia Mecânica	22/08/2011	50	Bacharelado	Diurno	2 anos*
100427	Engenharia Sanitária e Ambiental	16/10/2006	80	Bacharelado	Diurno	5 anos*
1434587	Física		50	Bacharelado	Diurno	2 anos*
1258973	Matemática	25/06/2013	40	Bacharelado	Diurno	1 ano*
1139335	Matemática	24/10/2013	300	Licenciatura	Ead	4 anos

Fonte: Elaborado a partir do site E-MEC 2018

*Acrescenta-se aos cursos o período do Ciências Exatas e Tecnológicas como ciclo básico de formação.

6.5.1 112848 - Ciências Exatas e Tecnológicas

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 03 anos para alunos regulares, tempo médio de 04 anos e máximo de 05 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 300 vagas novas para ingressantes através do SISU.

Tabela 64 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 112848- Ciências Exatas e Tecnológicas do CETEC

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2008.1	20	20	
2008.2	37	20	
2009.1	127	99	
2009.2	218	101	
2010.1	304	110	
2010.2	397	156	1
2011.1	454	122	8
2011.2	540	181	4
2012.1	568	179	11
2012.2	569	133	8
2013.1	606	143	12
2013.2	713	179	10
2014.1	758	181	23
2014.2	793	172	18
2015.1	820	179	34
2015.2	806	145	19
2016.1	799	184	28
2017.1	806	162	54
2017.2	803	177	49
2018.1	792	158	60
2018.2	818	153	48

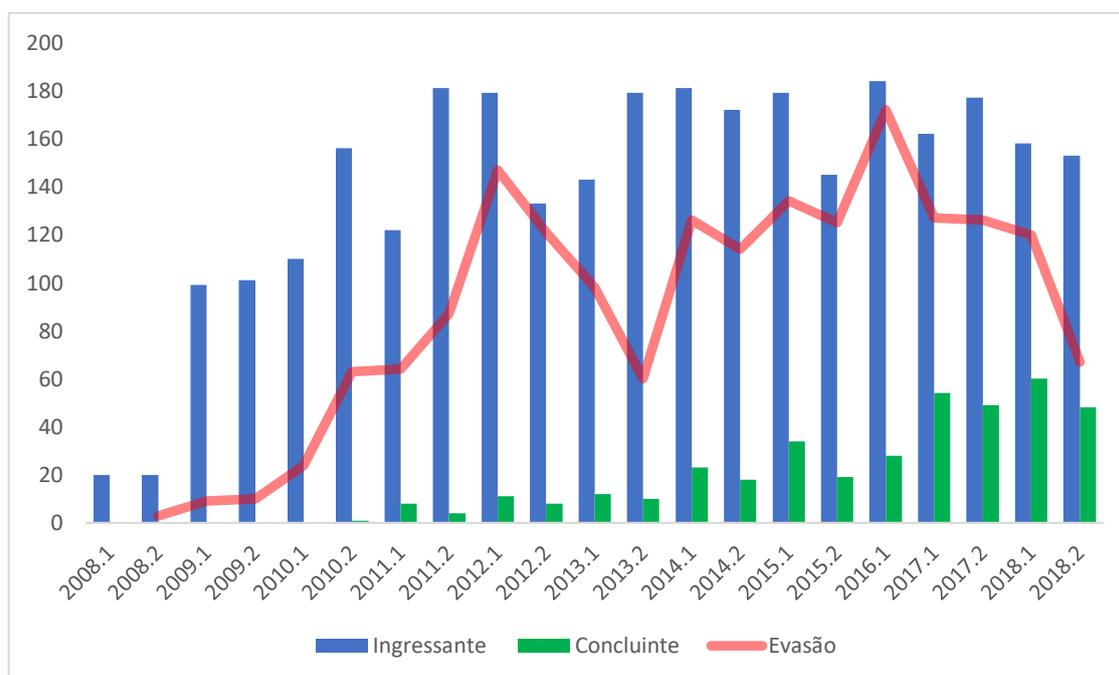
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 65 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 112848- Ciências Exatas e Tecnológicas do CETEC

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2008.2	0,150	15,0%	3
	2009.1	0,243	24,3%	9
	2009.2	0,079	7,9%	10
	2010.1	0,110	11,0%	24
	2010.2	0,207	20,7%	63
	2011.1	0,162	16,2%	64
	2011.2	0,195	19,5%	87
	2012.1	0,274	27,4%	147
	2012.2	0,217	21,7%	121
	2013.1	0,175	17,5%	98
	2013.2	0,101	10,1%	60
	2014.1	0,179	17,9%	126
	2014.2	0,155	15,5%	114
	2015.1	0,173	17,3%	134
	2015.2	0,159	15,9%	125
	2016.1	0,219	21,9%	172
	2017.1	0,165	16,5%	127
	2017.2	0,168	16,8%	126
	2018.1	0,159	15,9%	120
	2018.2	0,092	9,2%	67

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 32 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 112848- Ciências Exatas e Tecnológicas do CETEC



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.5.2 1173916 - Engenharia Civil

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 05 anos para alunos regulares, tempo médio de 06 anos e máximo de 08 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 50 vagas novas para ingressantes através do processo seletivo interno de 2º Ciclo para concluintes do Ciências Exatas e Tecnológicas.

Tabela 66 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1173916 - Engenharia Civil do CETEC

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2011.2	6	6	
2012.1	7	1	
2012.2	13	7	
2013.1	13	2	3
2013.2	21	11	1
2014.1	29	9	6
2014.2	38	15	0
2015.1	50	15	3
2015.2	63	26	9
2016.1	77	21	12
2017.1	83	18	14
2017.2	96	30	17
2018.1	101	26	22
2018.2	112	27	12

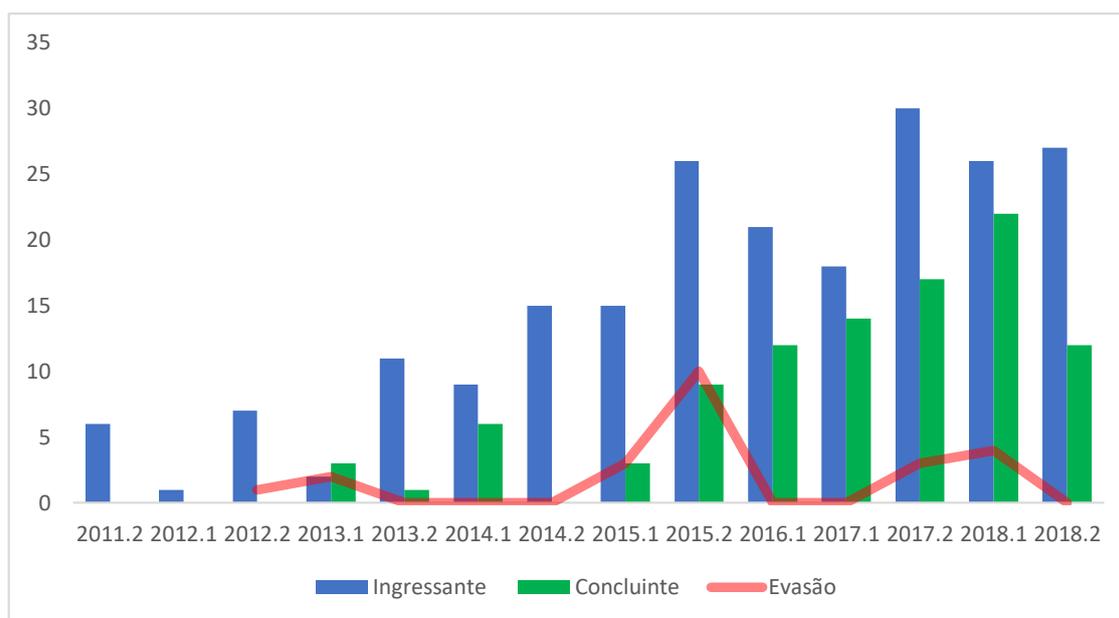
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 67 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1173916 - Engenharia Civil do CETEC

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2012.1	0,000	0,0%	
	2012.2	0,143	14,3%	1
	2013.1	0,154	15,4%	2
	2013.2	0,000	0,0%	0
	2014.1	0,000	0,0%	0
	2014.2	0,000	0,0%	0
	2015.1	0,079	7,9%	3
	2015.2	0,213	21,3%	10
	2016.1	-0,037	-3,7%	0
	2017.1	0,000	0,0%	0
	2017.2	0,043	4,3%	3
	2018.1	0,051	5,1%	4
	2018.2	-0,076	-7,6%	0

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 33 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1173916 - Engenharia Civil do CETEC



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.5.3 1205729 - Engenharia de Computação

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 5,5 anos para alunos regulares, tempo médio de 8,5 anos e máximo de 12 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 30 vagas novas para ingressantes através do processo seletivo interno de 2º Ciclo para concluintes do Ciências Exatas e Tecnológicas.

Tabela 68 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1205729- Engenharia de Computação do CETEC

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2012.2	4	4	
2013.1	5	1	
2013.2	5	0	
2014.1	6	1	
2014.2	7	1	
2015.1	7	1	
2015.2	4	2	3
2016.1	6	1	1
2017.1	5	1	0
2017.2	6	2	0
2018.1	5	0	0
2018.2	7	2	0

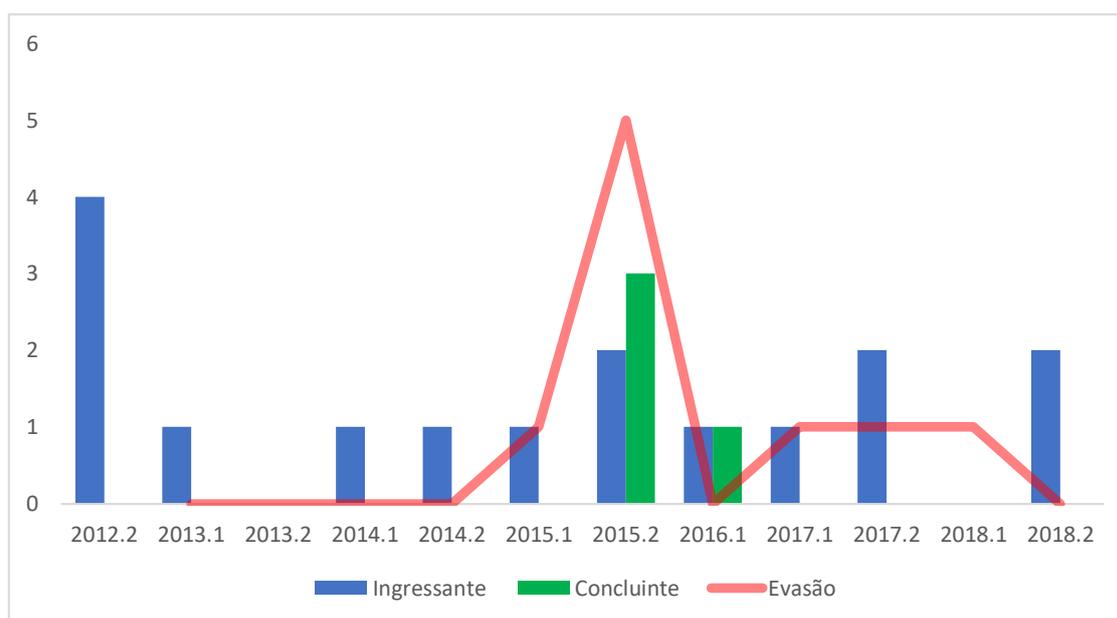
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 69 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1205729 - Engenharia de Computação do CETEC

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2013.1	0,000	0,0%	
	2013.2	0,000	0,0%	
	2014.1	0,000	0,0%	
	2014.2	0,000	0,0%	
	2015.1	0,143	14,3%	1
	2015.2	0,714	71,4%	5
	2016.1	-4,000	-400,0%	0
	2017.1	0,200	20,0%	1
	2017.2	0,200	20,0%	1
	2018.1	0,167	16,7%	1
	2018.2	0,000	0,0%	0

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 34 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1205729 - Engenharia de Computação do CETEC



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.5.4 1327498- Engenharia Elétrica

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 5,5 anos para alunos regulares, tempo médio de 07 anos e máximo de 8,5 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 50 vagas novas para ingressantes através do processo seletivo interno de 2º Ciclo para concluintes do Ciências Exatas e Tecnológicas.

Tabela 70 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1327498 - Engenharia Elétrica do CETEC

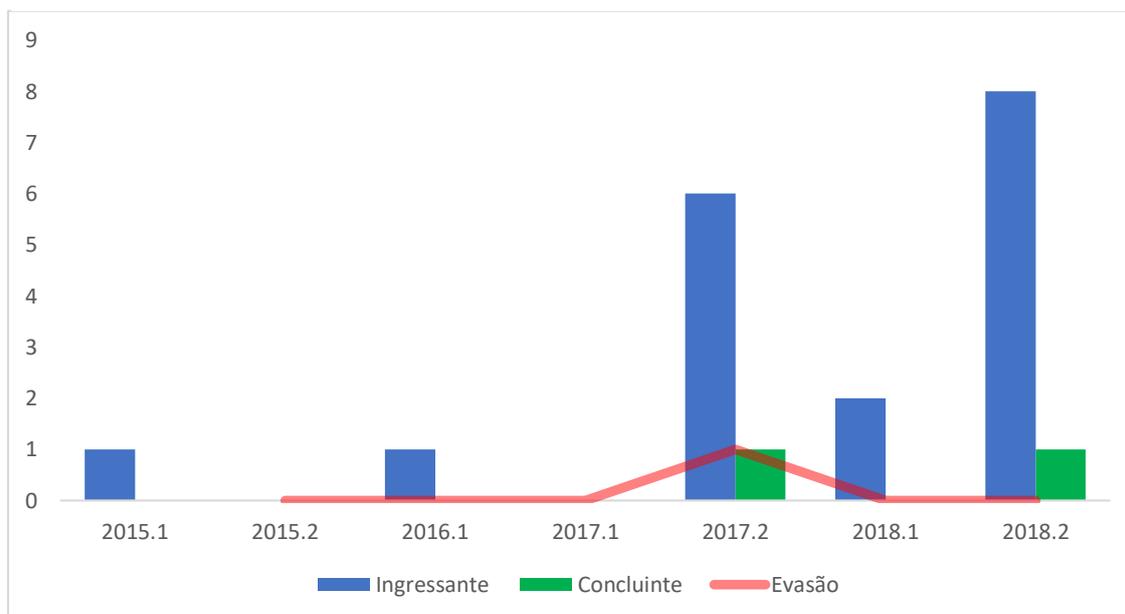
Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2015.1	1	1	
2015.2	1	0	
2016.1	2	1	
2017.1	2	0	
2017.2	7	6	1
2018.1	8	2	0
2018.2	16	8	1

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 71 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1327498 - Engenharia Elétrica do CETEC

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2015.2	0,000	0,0%	
	2016.1	0,000	0,0%	
	2017.1	0,000	0,0%	
	2017.2	0,500	50,0%	1
	2018.1	0,000	0,0%	0
	2018.2	0,000	0,0%	0

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 35 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1327498 - Engenharia Elétrica do CETEC

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.5.5 1173700 - Engenharia Mecânica

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 05 anos para alunos regulares, tempo médio de 07 anos e máximo de 09 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 45 vagas novas para ingressantes através do processo seletivo interno de 2º Ciclo para concluintes do Ciências Exatas e Tecnológicas.

Tabela 72 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1173700- Engenharia Mecânica do CETEC

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2011.2	4	4	
2012.1	7	3	
2012.2	6	0	
2013.1	7	5	1
2013.2	11	3	4
2014.1	7	1	2
2014.2	12	6	0
2015.1	11	3	2
2015.2	13	4	2
2016.1	20	11	3
2017.1	25	8	7
2017.2	32	15	3
2018.1	46	18	4
2018.2	62	21	3

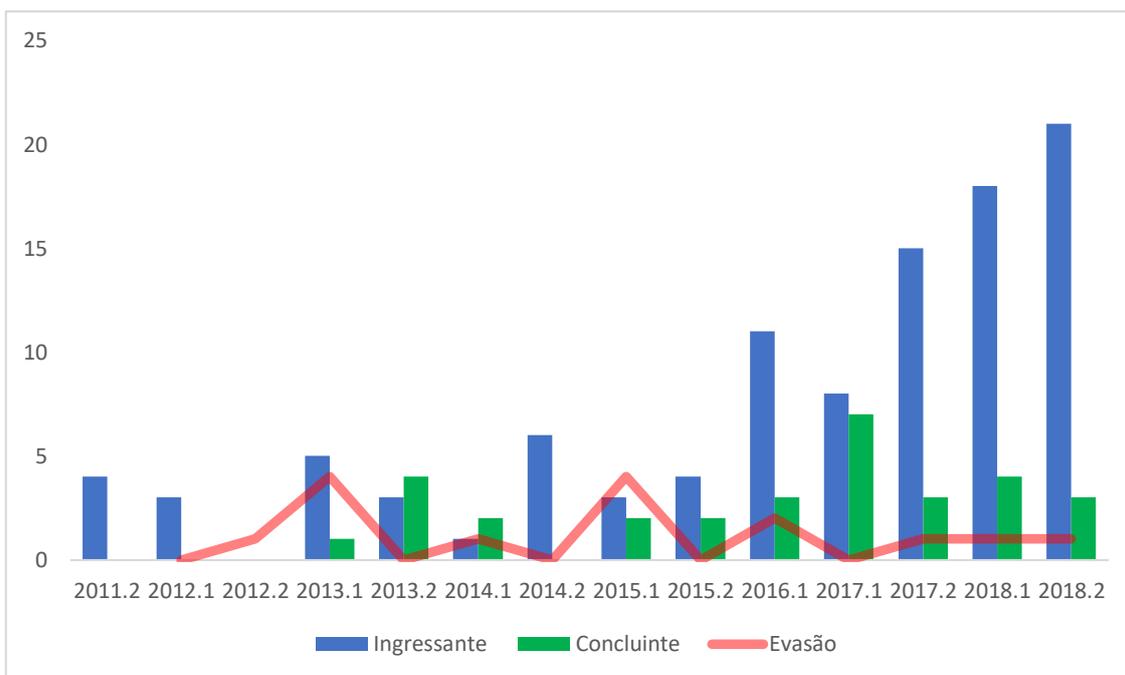
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 73 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1173700- Engenharia Mecânica do CETEC

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2012.1	0,000	0,0%	
	2012.2	0,143	14,3%	1
	2013.1	0,667	66,7%	4
	2013.2	-0,333	-33,3%	0
	2014.1	0,143	14,3%	1
	2014.2	-0,200	-20,0%	0
	2015.1	0,333	33,3%	4
	2015.2	0,000	0,0%	0
	2016.1	0,182	18,2%	2
	2017.1	0,000	0,0%	0
	2017.2	0,056	5,6%	1
	2018.1	0,034	3,4%	1
	2018.2	0,024	2,4%	1

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 36 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1173700- Engenharia Mecânica do CETEC



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.5.6 100427 - Engenharia Sanitária e Ambiental

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 05 anos para alunos regulares, tempo médio de 07 anos e máximo de 09 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 80 vagas novas para ingressantes através do SISU.

Tabela 74 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 100427- Engenharia Sanitária e Ambiental do CETEC

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2006.2	40	40	
2007.1	58	27	
2007.2	57	0	
2008.1	85	31	
2008.2	110	30	
2009.1	137	30	
2009.2	153	29	
2010.1	180	42	
2010.2	216	55	
2011.1	269	70	2
2011.2	290	55	11
2012.1	303	55	4
2012.2	291	41	6
2013.1	295	40	12
2013.2	302	39	4
2014.1	302	40	21
2014.2	285	33	17
2015.1	290	38	18
2015.2	270	40	16
2016.1	263	44	21
2017.1	241	35	15
2017.2	228	44	10
2018.1	230	40	13
2018.2	228	33	11

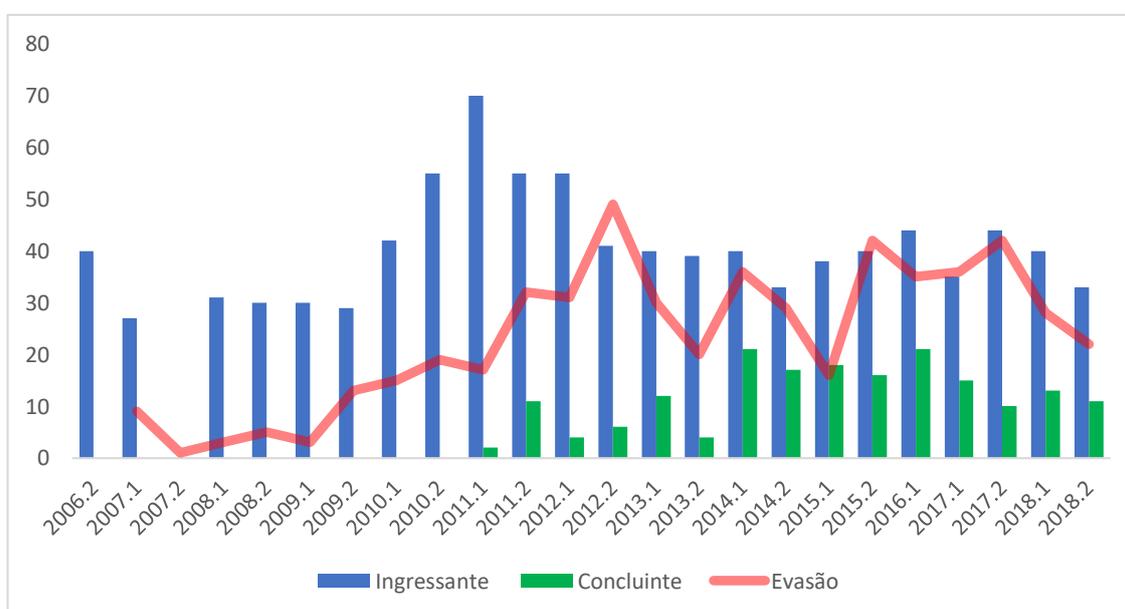
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 75 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 100427- Engenharia Sanitária e Ambiental do CETEC

Evasão	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
		2007.1	0,225	22,5%
	2007.2	0,017	1,7%	1
	2008.1	0,053	5,3%	3
	2008.2	0,059	5,9%	5
	2009.1	0,027	2,7%	3
	2009.2	0,095	9,5%	13
	2010.1	0,098	9,8%	15
	2010.2	0,106	10,6%	19
	2011.1	0,079	7,9%	17
	2011.2	0,120	12,0%	32
	2012.1	0,111	11,1%	31
	2012.2	0,164	16,4%	49
	2013.1	0,105	10,5%	30
	2013.2	0,071	7,1%	20
	2014.1	0,121	12,1%	36
	2014.2	0,103	10,3%	29
	2015.1	0,060	6,0%	16
	2015.2	0,154	15,4%	42
	2016.1	0,138	13,8%	35
	2017.1	0,149	14,9%	36
	2017.2	0,186	18,6%	42
	2018.1	0,128	12,8%	28
	2018.2	0,101	10,1%	22

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 37 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 100427- Engenharia Sanitária e Ambiental do CETEC



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.5.7 1434587 – Física

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 04 anos para alunos regulares, tempo médio de 05 anos e máximo de 06 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 35 vagas novas para ingressantes através do processo seletivo interno de 2º Ciclo para concluintes do Ciências Exatas e Tecnológicas.

6.5.8 1258973 – Matemática

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 04 anos para alunos regulares, tempo médio de 05 anos e máximo de 06 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 14 vagas novas para ingressantes através do processo seletivo interno de 2º Ciclo para concluintes do Ciências Exatas e Tecnológicas.

Tabela 76 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1258973- Matemática do CETEC

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2013.1	2	2	
2013.2	2	0	
2014.1	2	1	1
2014.2	2	1	0
2015.1	2	1	0
2015.2	1	1	0
2016.1	1	2	0
2017.1	1	0	1
2017.2	2	1	0
2018.1	3	2	0
2018.2	5	1	3

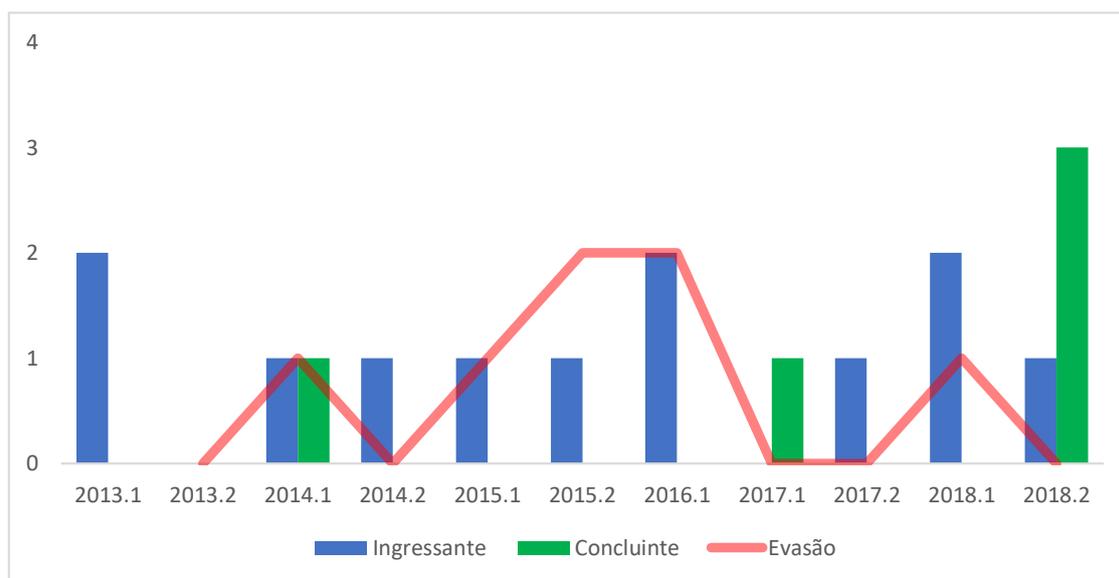
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 77 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1258973- Matemática do CETEC

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2013.2	0,000	0,0%	
	2014.1	0,500	50,0%	1
	2014.2	0,000	0,0%	0
	2015.1	0,500	50,0%	1
	2015.2	1,000	100,0%	2
	2016.1	2,000	200,0%	2
	2017.1	0,000	0,0%	0
	2017.2	0,000	0,0%	0
	2018.1	0,500	50,0%	1
	2018.2	-0,333	-33,3%	0

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 38 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1258973- Matemática do CETEC



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.5.9 1139335 – Matemática

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 04 anos para alunos regulares e máximo de 06 anos. Não houve oferta de vagas novas no ano 2018.

Tabela 78 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1139335- Matemática do CETEC

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2014.2	231	235	
2015.1	160	0	
2015.2	124	0	
2016.1	126	0	
2017.1	198	86	
2017.2	196	0	
2018.1	187	0	
2018.2	139	0	3

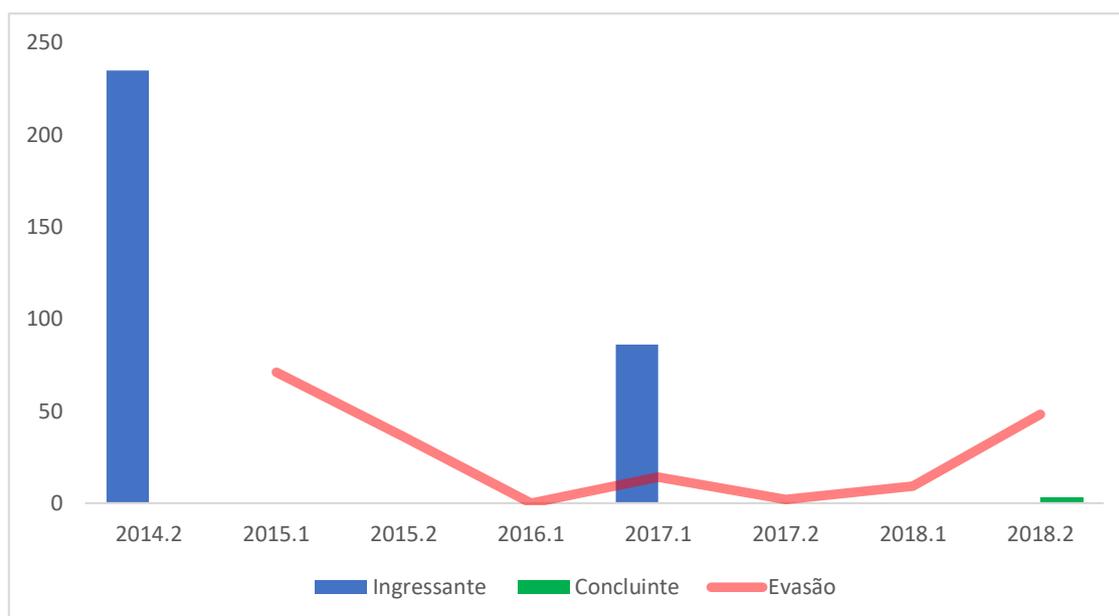
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 79 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1139335- Matemática do CETEC

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2015.1	0,307	30,7%	71
	2015.2	0,225	22,5%	36
	2016.1	-0,016	-1,6%	0
	2017.1	0,111	11,1%	14
	2017.2	0,010	1,0%	2
	2018.1	0,046	4,6%	9
	2018.2	0,257	25,7%	48

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 39 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1139335- Matemática do CETEC



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

No CETEC, a evasão estudantil apresenta-se de forma distinta dos outros centros, tendo em vista a condição de ingresso em cada curso. O ENEM/SISU é utilizado para ingresso nos cursos de Ciência e Tecnologia, e Engenharia Sanitária e Ambiental, os demais cursos adotam o processo de 2º ciclo, e o de Matemática utiliza a modalidade EaD, através de vestibular.

Nos cursos com ingresso através do ENEM/SISU observa-se um crescimento no índice de evasão, principalmente a partir de 2010 e até o semestre 2017.2, quando as taxas de evasão dos cursos começaram a declinar semestre a semestre. Nos cursos de 2º ciclo, o único que apresenta uma evasão considerável é o curso de Matemática⁹, que no período 2016.1 foi equivalente ao quantitativo de ingressos no curso.

O curso de Matemática, na modalidade EaD, apresenta uma evasão sazonal e atípica, não caracterizada pelo período de ingresso nem pelos momentos em que não há ingresso. Os percentuais variam por semestres letivos, aumentando e reduzindo ao longo do tempo. No CETEC, a evasão está concentrada nos cursos de primeiro ciclo e de ingresso regular do estudante, observando taxas de evasão reduzidas nos cursos que complementam a formação do estudante.

⁹ Curso de Matemática - 1258973

6.6 CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE

Centro de Ciências e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade – CETENS, localizado na Rua Godofredo Rebello de Figueiredo Filho nº 697, Bairro SIM, Feira de Santana – Bahia São oferecidos 08 cursos de graduação sendo 05 bacharelados: Engenharia de Tecnologia Assistiva e Acessibilidade, Engenharia de Energias, Engenharia de Materiais, Engenharia de Produção, Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade; 02 licenciatura: Educação do Campo - Ciências da Natureza e Matemática, Pedagogia; e 01 tecnológico: Alimentos. O Centro está autorizado a ofertar 650 novas vagas anualmente nos cursos de graduação.

Quadro 7 - Cursos de graduação ofertados no CETENS

CÓDIGO	CURSO	CRIAÇÃO	VAGAS	FORMAÇÃO	TURNO	DURAÇÃO MÍNIMA
1406520	Alimentos	03/04/2018	30	Tecnológico	Diurno	3 anos
1271854	Educação do Campo - Ciências da Natureza e Matemática	10/06/2013	120	Licenciatura	Diurno	4 anos
1404511	Engenharia de Tecnologia Assistiva e Acessibilidade	24/09/2018	60	Bacharelado	Diurno	3 anos*
1387538	Engenharia de Energias	24/09/2018	60	Bacharelado	Diurno	3 anos*
1385725	Engenharia de Materiais	24/09/2018	60	Bacharelado	Diurno	2 anos*
1385726	Engenharia de Produção	24/09/2018	50	Bacharelado	Diurno	2 anos*
1272132	Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade	30/08/2013	240	Bacharelado	Diurno	3 anos
1322584	Pedagogia	29/10/2015	30	Licenciatura	Noturno	3 anos e meio

Fonte: Elaborado a partir do site E-MEC 2018

*Acrescenta-se aos cursos o período do Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade como ciclo básico de formação.

6.6.1 1406520 – Alimentos

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 03 anos para alunos regulares, tempo médio de 04 anos e máximo de 05 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 30 vagas novas para ingressantes através do vestibular.

Tabela 80 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1406520- Alimentos do CETENS

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2018.2	29	30	

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.6.2 1271854 - Educação do Campo - Ciências da Natureza e Matemática

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 04 anos para alunos regulares, tempo médio de 05 anos e máximo de 06 anos. Não houve oferta de vagas novas no ano 2018.

Tabela 81 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1271854- Educação do Campo com Habilitação em Ciências Naturais do CETENS

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2013.2	73	73	
2014.1	64	0	
2014.2	121	59	
2015.1	106	0	
2015.2	102	0	
2016.1	99	2	
2017.1	95	0	
2017.2	129	38	
2018.1	125	0	
2018.2	122	0	13

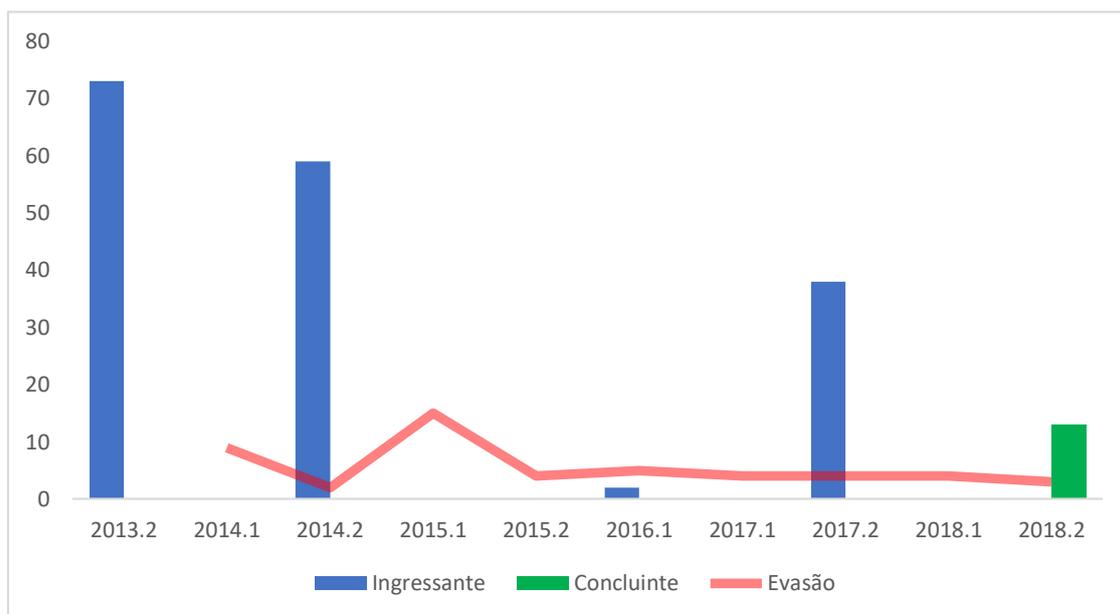
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 82 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1271854- Educação do Campo com Habilitação em Ciências Naturais do CETENS

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2014.1	0,123	12,3%	9
	2014.2	0,031	3,1%	2
	2015.1	0,124	12,4%	15
	2015.2	0,038	3,8%	4
	2016.1	0,049	4,9%	5
	2017.1	0,040	4,0%	4
	2017.2	0,042	4,2%	4
	2018.1	0,031	3,1%	4
	2018.2	0,024	2,4%	3

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 40 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1271854- Educação do Campo com Habilitação em Ciências Naturais do CETENS



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 83 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1271854 - Educação do Campo com Habilitação em Matemática do CETENS

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2013.2	43	44	
2014.1	38	0	
2014.2	96	59	
2015.1	86	0	
2015.2	82	0	
2016.1	76	0	
2017.1	75	0	
2017.2	112	40	
2018.1	107	0	3
2018.2	102	0	6

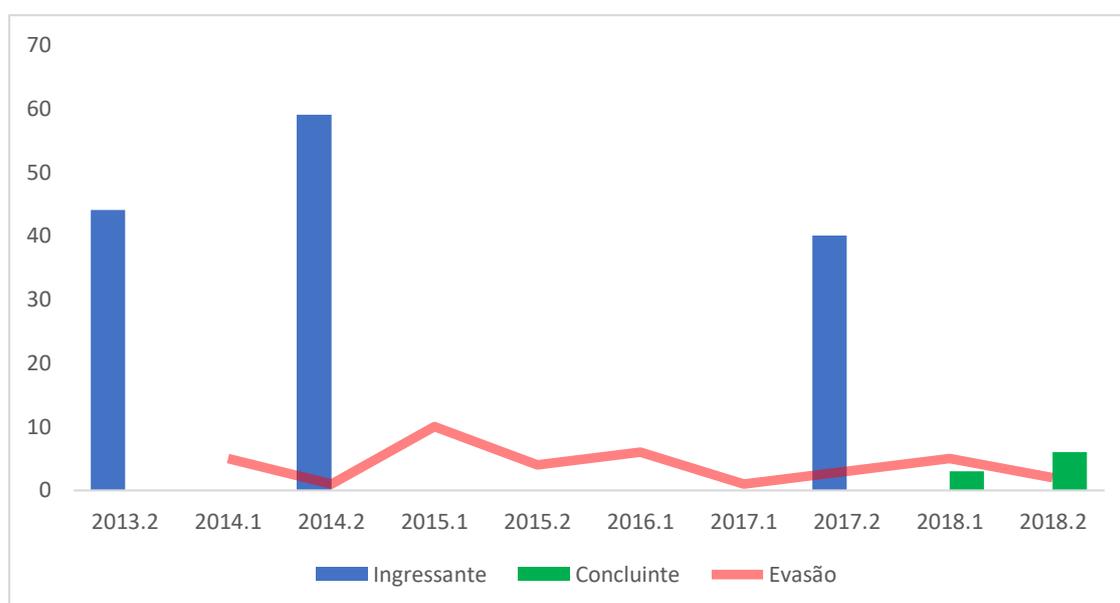
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 84 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1271854 - Educação do Campo com Habilitação em Matemática do CETENS

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2014.1	0,116	11,6%	5
	2014.2	0,026	2,6%	1
	2015.1	0,104	10,4%	10
	2015.2	0,047	4,7%	4
	2016.1	0,073	7,3%	6
	2017.1	0,013	1,3%	1
	2017.2	0,040	4,0%	3
	2018.1	0,045	4,5%	5
	2018.2	0,019	1,9%	2

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 41 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1271854 - Educação do Campo com Habilitação em Matemática do CETENS



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.6.3 1404511 - Engenharia de Tecnologia Assistiva e Acessibilidade

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 03 anos para alunos regulares, tempo médio de 05 anos e máximo de 08 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 20 vagas novas para ingressantes através do SISU e 20 no processo seletivo interno de 2º Ciclo para concluintes do Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade.

6.6.4 1387538 - Engenharia de Energias

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 4,5 anos para alunos regulares, tempo médio de 05 anos e máximo de 6,5 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 20 vagas novas para ingressantes através do SISU e 20 no processo seletivo interno de 2º Ciclo para concluintes do Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade.

Tabela 85 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1387538- Engenharia de Energias do CETENS

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2018.2	2	2	

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.6.5 1385725 - Engenharia de Materiais

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 05 anos para alunos regulares e tempo máximo de 09 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 20 vagas novas para ingressantes através do SISU e 20 no processo seletivo interno de 2º Ciclo para concluintes do Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade.

Tabela 86 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1385725- Engenharia de Materiais do CETENS

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2018.2	2	2	

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.6.6 1385726 - Engenharia de Produção

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 05 anos para alunos regulares e tempo máximo de 09 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 20 vagas novas para ingressantes através do SISU e 25 no processo seletivo interno de 2º Ciclo para concluintes do Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade).

Tabela 87 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1385726- Engenharia de Produção do CETENS

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2018.2	5	5	

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.6.7 1272132 - Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 03 anos para alunos regulares, tempo médio de 04 anos e máximo de 05 anos. Foram ofertadas no ano 2018, 120 vagas novas para ingressantes através do SISU.

Tabela 88 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1272132- Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade do CETENS

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2014.1	87	84	
2014.2	101	35	
2015.1	131	59	
2015.2	149	41	
2016.1	160	48	
2017.1	160	46	
2017.2	173	56	
2018.1	204	79	9
2018.2	240	83	6

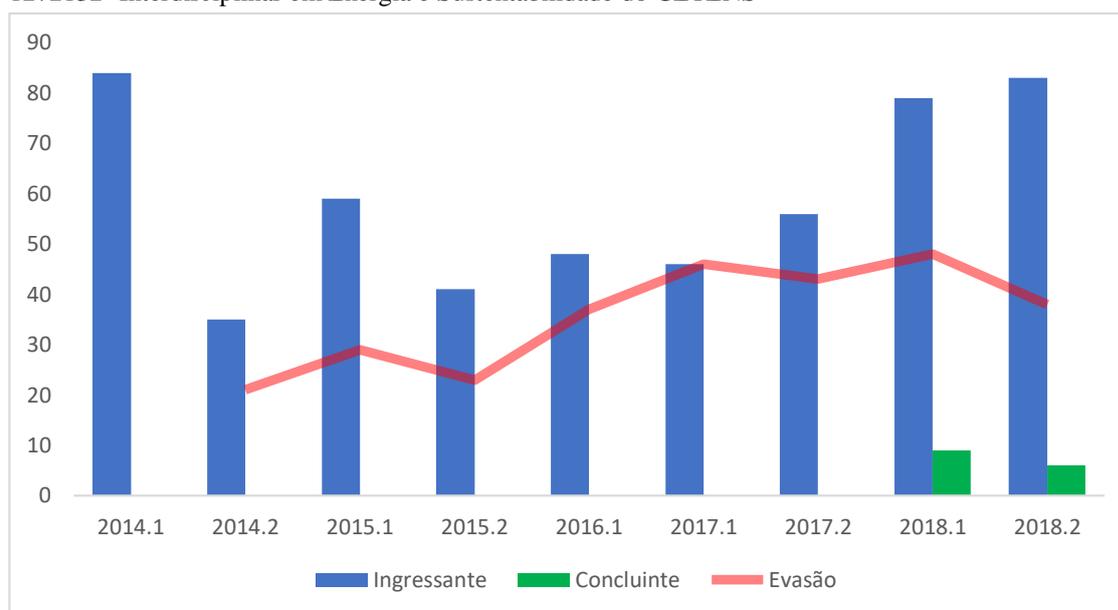
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 89 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1272132- Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade do CETENS

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2014.2	0,241	24,1%	21
	2015.1	0,287	28,7%	29
	2015.2	0,176	17,6%	23
	2016.1	0,248	24,8%	37
	2017.1	0,288	28,8%	46
	2017.2	0,269	26,9%	43
	2018.1	0,277	27,7%	48
	2018.2	0,195	19,5%	38

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 42 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1272132- Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade do CETENS



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.6.8 1322584 - Pedagogia

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 3,5 anos para alunos regulares, tempo médio de 4,5 anos e máximo de 5,5 anos. Não houve oferta de vagas novas no ano 2018.

Tabela 90 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1322584- Pedagogia do CETENS

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2015.2	22	22	
2016.1	13	0	
2017.1	12	0	
2017.2	12	0	
2018.1	11	0	
2018.2	11	0	1

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

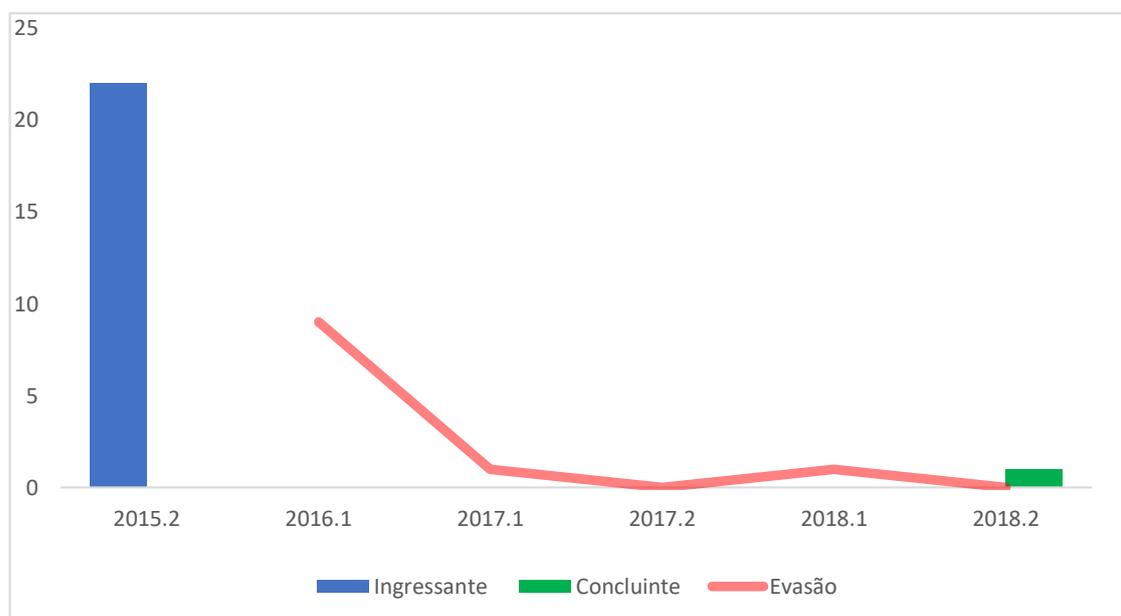
*O curso só apresentou um processo de ingresso até o presente momento não havendo outras ofertas para novos ingressantes.

Tabela 91 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1322584- Pedagogia do CETENS

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2016.1	0,409	40,9%	9
	2017.1	0,077	7,7%	1
	2017.2	0,000	0,0%	0
	2018.1	0,083	8,3%	1
	2018.2	0,000	0,0%	0

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 43 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1322584- Pedagogia do CETENS



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

No CETENS, alguns cursos como Alimentos, Engenharia de Tecnologia Assistiva, Engenharia de Energias, Engenharia de Materiais, e Engenharia de Produção não foi possível realizar o cálculo da evasão, pois, apresentaram apenas um semestre letivo ou não ofertaram turma de ingresso, até o momento pesquisado.

No curso de Educação do Campo - Ciências da Natureza e Matemática, o percentual de evasão é estável, tendo uma constante linear para a habilitação em Ciências da Natureza, e uma variação discreta na habilitação em Matemática. No curso

Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade, as condições são totalmente distintas das do curso anterior, com elevadas taxas de evasão durante os semestres letivos, neste curso o percentual de evasão mantém uma crescente até o semestre 2018.2, quando registra uma diminuição no índice de evasão estudantil.

O curso de Pedagogia, tendo seu ingresso realizado apenas no semestre 2015.2, apresenta uma evasão inicial considerável, mas mantém o índice estável, sem alterações significativas até o semestre 2018.2.

No CETENS, o curso de formação inicial apresenta as maiores taxas de evasão, seguindo tendência encontrada no CETEC, no curso de primeiro ciclo, mas com menor quantidade de ingressantes. Já os demais cursos apresentaram um percentual baixo de evasão estudantil quando comparados ao de primeiro ciclo.

6.7 CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O Centro de Formação de Professores – CFP, localiza-se no município de Amargosa na avenida Nestor de Mello Pita, s/n – Barreiros. Oferece 08 licenciaturas como cursos de graduação: Educação do Campo, Educação Física, Filosofia, Física, Letras – Libras e Língua Estrangeira, Matemática, Pedagogia, Química; e 01 tecnológico: Agroecologia. O Centro está autorizado a ofertar 730 novas vagas anualmente nos cursos de graduação.

Quadro 8 - Cursos de graduação ofertados no CFP

CÓDIGO	CURSO	CRIAÇÃO	VAGAS	FORMAÇÃO	TURNO	DURAÇÃO MÍNIMA
1299915	Agroecologia	30/10/2014	100	Tecnológico	Diurno	3 anos
1206616	Educação do Campo	11/11/2013	120	Licenciatura	Diurno	4 anos
1102959	Educação Física	15/03/2010	50	Licenciatura	Noturno	4 anos
1135224	Filosofia	18/08/2008	60	Licenciatura	Noturno	4 anos
99132	Física	16/10/2006	50	Licenciatura	Diurno	4 anos
1105378	Letras - LIBRAS /Língua Estrangeira	09/08/2010	150	Licenciatura	Noturno e Vespertino	4 anos
100412	Matemática	16/10/2006	50	Licenciatura	Diurno	4 anos
1136373	Pedagogia	10/09/2007	100	Licenciatura	Diurno e Noturno	4 anos
122138	Química	09/03/2009	50	Licenciatura	Diurno	4 anos

Fonte: Elaborado a partir do site E-MEC 2018

6.7.1 1299915 – Agroecologia

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 03 anos para alunos regulares, tempo médio de 3,5 anos e máximo de 4,5 anos. Não houve oferta de vagas novas no ano 2018.

Tabela 92 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1299915 - Agroecologia do CFP

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2015.2	80	97	
2016.1	81	0	
2017.1	80	0	
2017.2	70	0	
2018.1	70	0	
2018.2	65	0	

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

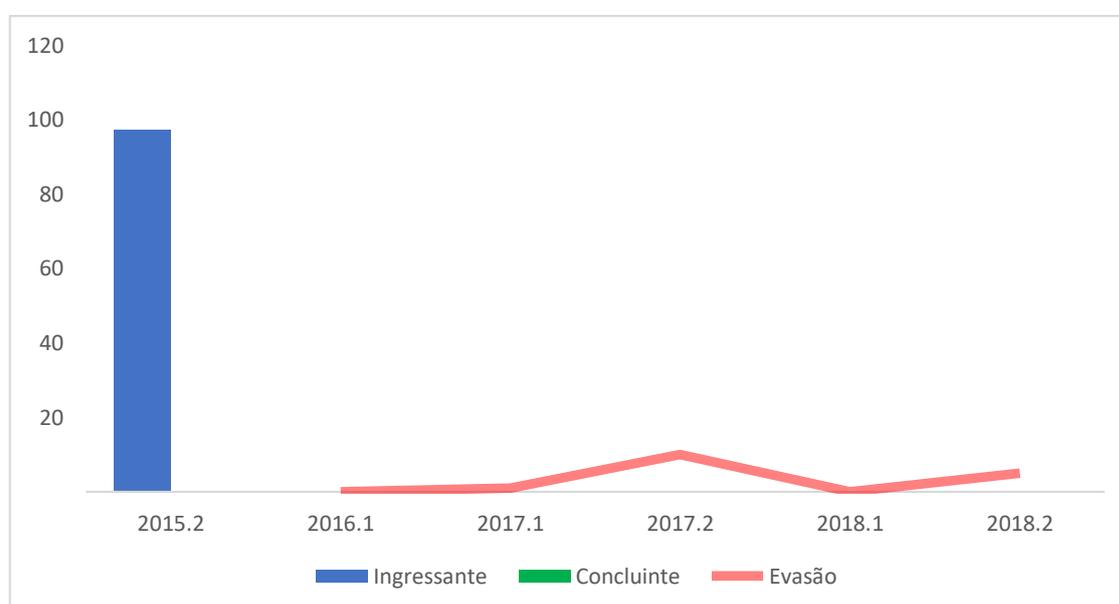
*O curso só apresentou um processo de ingresso até o presente momento não havendo outras ofertas para novos ingressantes.

Tabela 93 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1299915- Agroecologia do CFP

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2016.1	-0,013	-1,3%	
	2017.1	0,012	1,2%	1
	2017.2	0,125	12,5%	10
	2018.1	0,000	0,0%	0
	2018.2	0,071	7,1%	5

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 44 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação - 1299915 - Agroecologia do CFP



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.7.2 1206616 - Educação do Campo

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 04 anos para alunos regulares, tempo médio de 05 anos e máximo de 06 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 80 vagas novas para ingressantes através do vestibular.

Tabela 94 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1206616- Educação do Campo - Ciências Agrárias do CFP

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2013.2	116	117	
2014.1	92	0	
2014.2	202	119	
2015.1	152	0	
2015.2	137	0	
2016.1	187	86	
2017.1	159	0	
2017.2	150	0	
2018.1	202	72	1
2018.2	193	0	1

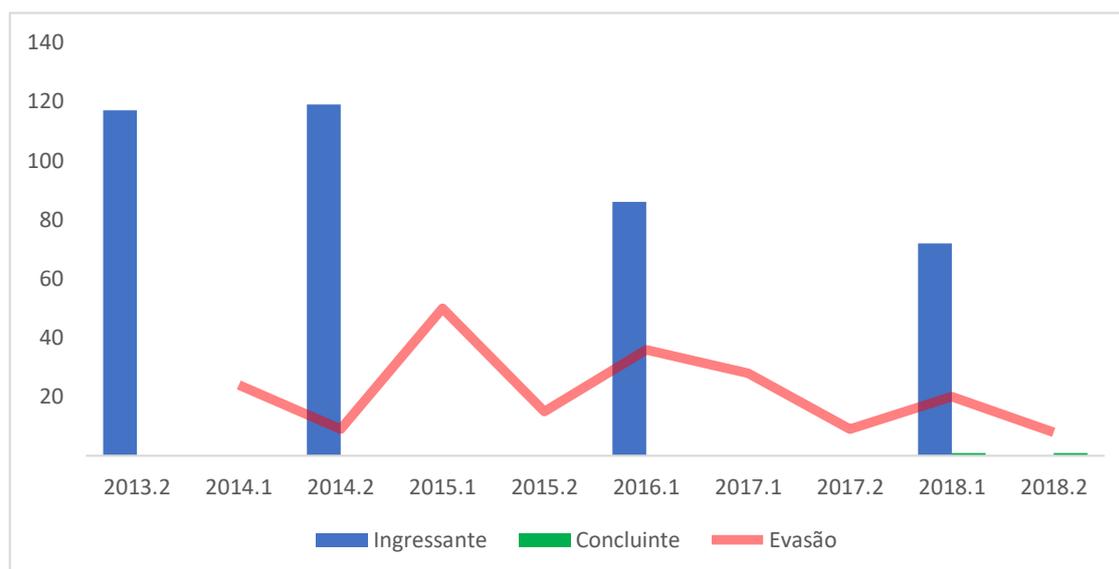
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 95 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1206616- Educação do Campo - Ciências Agrárias do CFP

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2014.1	0,207	20,7%	24
	2014.2	0,098	9,8%	9
	2015.1	0,248	24,8%	50
	2015.2	0,099	9,9%	15
	2016.1	0,263	26,3%	36
	2017.1	0,150	15,0%	28
	2017.2	0,057	5,7%	9
	2018.1	0,133	13,3%	20
	2018.2	0,040	4,0%	8

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 45 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação - 1206616- Educação do Campo - Ciências Agrárias do CFP



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.7.3 1102959 - Educação Física

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 04 anos para alunos regulares, tempo médio de 04 anos e máximo de 06 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 50 vagas novas para ingressantes através do SISU.

Tabela 96 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1102959- Educação Física do CFP

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2010.1	51	51	
2010.2	39	0	
2011.1	94	61	
2011.2	79	0	
2012.1	123	51	
2012.2	106	0	
2013.1	150	51	
2013.2	134	0	9
2014.1	169	58	3
2014.2	150	0	8
2015.1	187	52	8
2015.2	164	0	8
2016.1	194	62	6
2017.1	165	0	7
2017.2	200	56	7
2018.1	178	4	12
2018.2	210	46	9

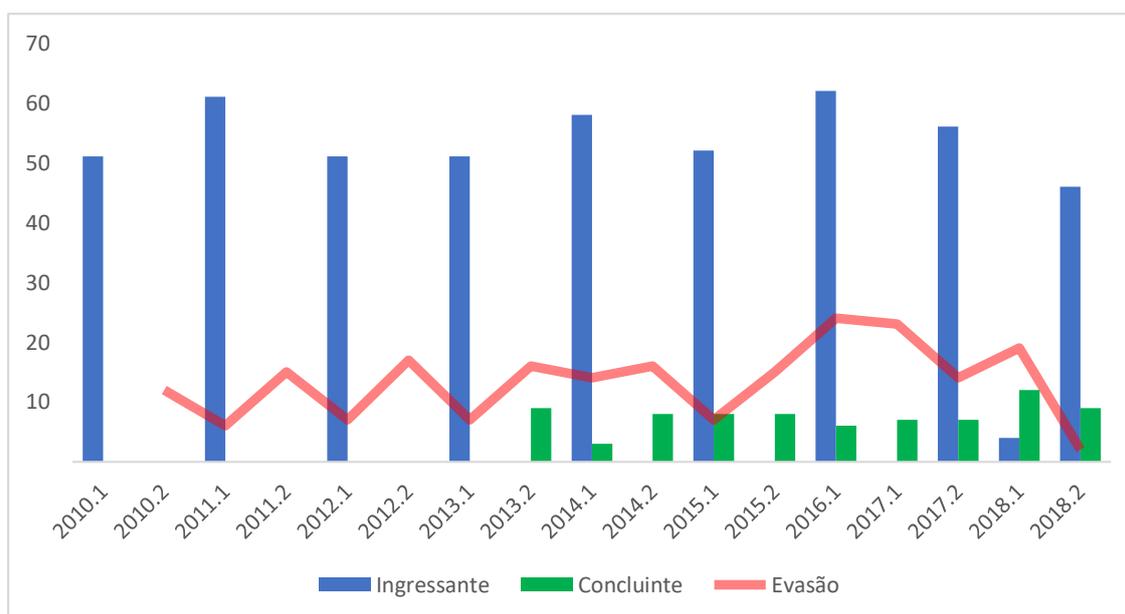
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 97 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1102959- Educação Física do CFP

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2010.2	0,235	23,5%	12
	2011.1	0,154	15,4%	6
	2011.2	0,160	16,0%	15
	2012.1	0,089	8,9%	7
	2012.2	0,138	13,8%	17
	2013.1	0,066	6,6%	7
	2013.2	0,107	10,7%	16
	2014.1	0,112	11,2%	14
	2014.2	0,096	9,6%	16
	2015.1	0,049	4,9%	7
	2015.2	0,084	8,4%	15
	2016.1	0,154	15,4%	24
	2017.1	0,122	12,2%	23
	2017.2	0,089	8,9%	14
	2018.1	0,098	9,8%	19
	2018.2	0,012	1,2%	2

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 46 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação - 1102959- Educação Física do CFP



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.7.4 1135224 – Filosofia

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 04 anos para alunos regulares, tempo médio de 04 anos e máximo de 06 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 60 vagas novas para ingressantes através do SISU.

Tabela 98 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1135224- Filosofia do CFP

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2008.2	44	44	
2009.1	37	1	
2009.2	80	46	
2010.1	74	2	
2010.2	137	65	
2011.1	184	66	
2011.2	186	37	
2012.1	155	0	1
2012.2	182	40	5
2013.1	156	0	7
2013.2	185	42	8
2014.1	151	0	15
2014.2	152	28	5
2015.1	133	0	15
2015.2	134	29	3
2016.1	111	2	7
2017.1	99	23	11
2017.2	78	0	5
2018.1	109	58	5
2018.2	81	0	4

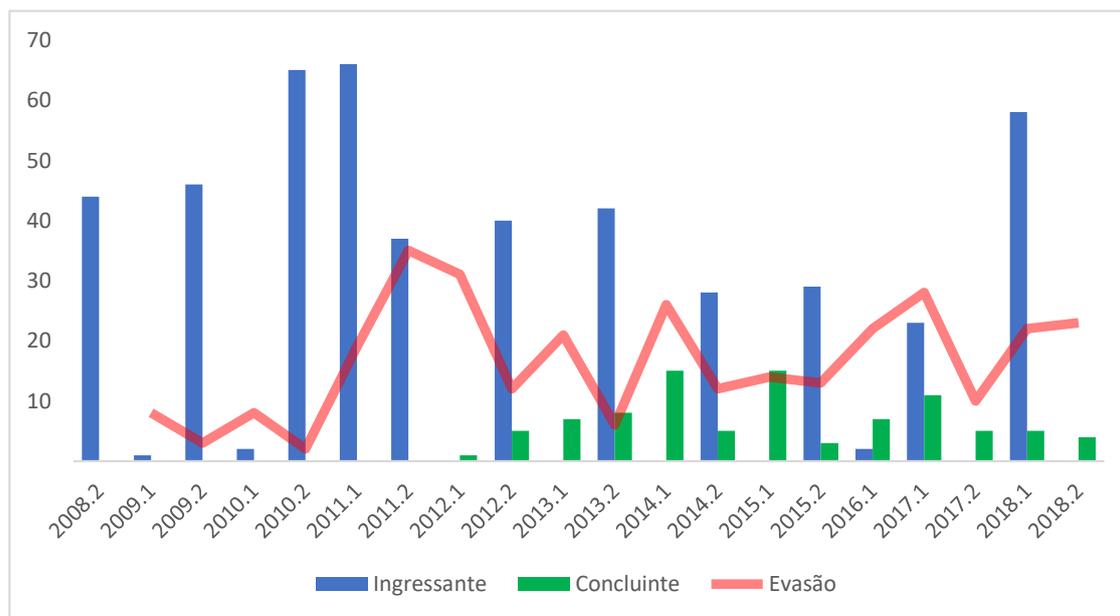
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 99 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1135224- Filosofia do CFP

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2009.1	0,182	18,2%	8
	2009.2	0,081	8,1%	3
	2010.1	0,100	10,0%	8
	2010.2	0,027	2,7%	2
	2011.1	0,139	13,9%	19
	2011.2	0,190	19,0%	35
	2012.1	0,167	16,7%	31
	2012.2	0,078	7,8%	12
	2013.1	0,119	11,9%	21
	2013.2	0,040	4,0%	6
	2014.1	0,147	14,7%	26
	2014.2	0,088	8,8%	12
	2015.1	0,095	9,5%	14
	2015.2	0,110	11,0%	13
	2016.1	0,168	16,8%	22
	2017.1	0,269	26,9%	28
	2017.2	0,114	11,4%	10
	2018.1	0,301	30,1%	22
2018.2	0,221	22,1%	23	

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 47 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação - 1135224- Filosofia do CFP



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.7.5 99132 – Física

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 04 anos para alunos regulares, e máximo de 06 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 50 vagas novas para ingressantes através do SISU.

Tabela 100 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 99132- Física do CFP

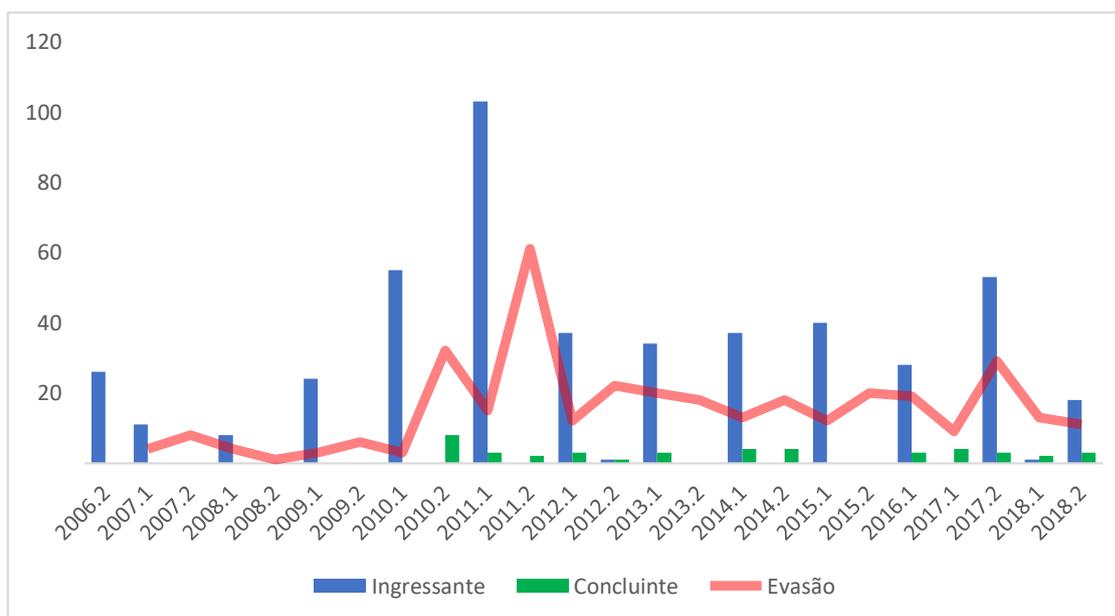
Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2006.2	26	26	
2007.1	33	11	
2007.2	25	0	
2008.1	29	8	
2008.2	28	0	
2009.1	49	24	
2009.2	43	0	
2010.1	95	55	
2010.2	63	0	8
2011.1	143	103	3
2011.2	79	0	2
2012.1	102	37	3
2012.2	78	1	1
2013.1	91	34	3
2013.2	70	0	
2014.1	94	37	4
2014.2	72	0	4
2015.1	96	40	
2015.2	76	0	
2016.1	85	28	3
2017.1	73	0	4
2017.2	93	53	3
2018.1	78	1	2
2018.2	83	18	3

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 101 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 99132- Física do CFP

Evasão	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
		2007.1	0,154	15,4%
	2007.2	0,242	24,2%	8
	2008.1	0,160	16,0%	4
	2008.2	0,034	3,4%	1
	2009.1	0,107	10,7%	3
	2009.2	0,122	12,2%	6
	2010.1	0,070	7,0%	3
	2010.2	0,337	33,7%	32
	2011.1	0,273	27,3%	15
	2011.2	0,436	43,6%	61
	2012.1	0,156	15,6%	12
	2012.2	0,222	22,2%	22
	2013.1	0,260	26,0%	20
	2013.2	0,205	20,5%	18
	2014.1	0,186	18,6%	13
	2014.2	0,200	20,0%	18
	2015.1	0,176	17,6%	12
	2015.2	0,208	20,8%	20
	2016.1	0,250	25,0%	19
	2017.1	0,110	11,0%	9
	2017.2	0,420	42,0%	29
	2018.1	0,144	14,4%	13
	2018.2	0,145	14,5%	11

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 48 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação - 99132- Física do CFP

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.7.6 1105378 - Letras - LIBRAS /Língua Estrangeira

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 04 anos para alunos regulares, tempo médio de 05 anos e máximo de 06 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 100 vagas novas para ingressantes através do SISU.

Tabela 102 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1105378- Letras - Libras e Língua Estrangeira - Noturno do CFP

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2010.2	52	56	
2011.1	44	0	
2011.2	93	51	
2012.1	80	0	
2012.2	117	47	
2013.1	110	0	
2013.2	157	51	
2014.1	180	38	
2014.2	214	51	2
2015.1	182	1	2
2015.2	197	50	15
2016.1	179	1	1
2017.1	193	42	4
2017.2	161	0	6
2018.1	192	55	4
2018.2	172	0	7

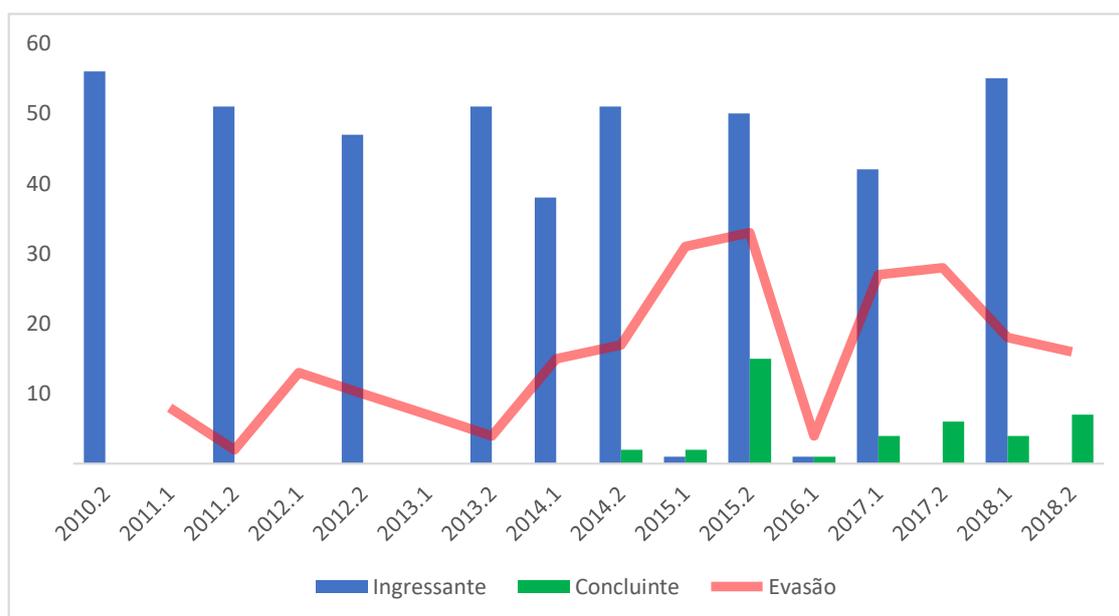
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 103 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1105378- Letras - Libras e Língua Estrangeira - Noturno do CFP

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2011.1	0,154	15,4%	8
	2011.2	0,045	4,5%	2
	2012.1	0,140	14,0%	13
	2012.2	0,125	12,5%	10
	2013.1	0,060	6,0%	7
	2013.2	0,036	3,6%	4
	2014.1	0,096	9,6%	15
	2014.2	0,094	9,4%	17
	2015.1	0,146	14,6%	31
	2015.2	0,183	18,3%	33
	2016.1	0,022	2,2%	4
	2017.1	0,152	15,2%	27
	2017.2	0,148	14,8%	28
	2018.1	0,116	11,6%	18
	2018.2	0,085	8,5%	16

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 49 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação - 1105378- Letras - Libras e Língua Estrangeira - Noturno do CFP



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 104 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1105378- Letras - Libras e Língua Estrangeira - Vespertino do CFP

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2015.1	51	49	
2015.2	38	0	
2016.1	78	55	11
2017.1	64	1	0
2017.2	101	59	0
2018.1	93	0	0
2018.2	130	44	0

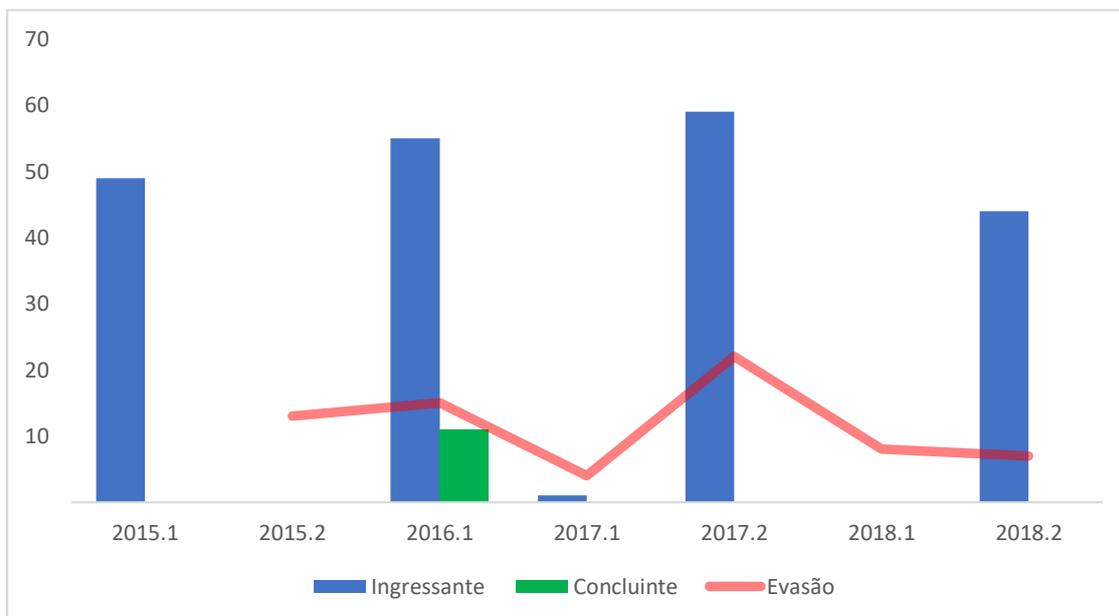
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 105 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1105378- Letras - Libras e Língua Estrangeira - Vespertino do CFP

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2015.2	0,255	25,5%	13
	2016.1	0,395	39,5%	15
	2017.1	0,060	6,0%	4
	2017.2	0,344	34,4%	22
	2018.1	0,079	7,9%	8
	2018.2	0,075	7,5%	7

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 50 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação - 1105378- Letras - Libras e Língua Estrangeira - Vespertino do CFP



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.7.7 100412 – Matemática

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 04 anos para alunos regulares, e máximo de 06 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 50 vagas novas para ingressantes através do SISU.

Tabela 106 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 100412- Matemática do CFP

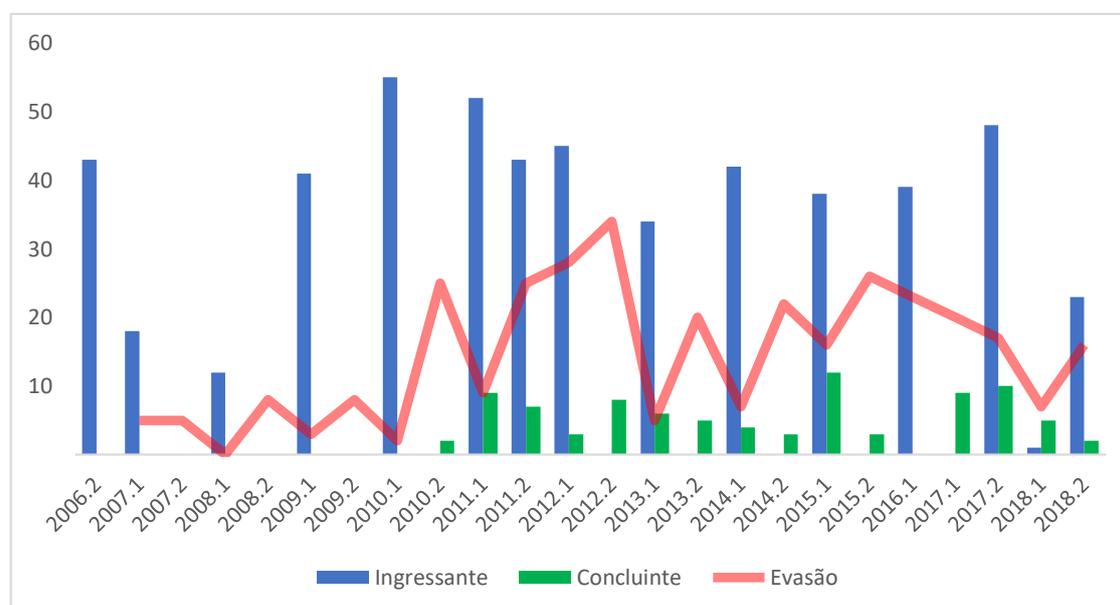
Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2006.2	43	43	
2007.1	56	18	
2007.2	51	0	
2008.1	63	12	
2008.2	55	0	
2009.1	93	41	
2009.2	85	0	
2010.1	138	55	
2010.2	113	0	2
2011.1	154	52	9
2011.2	163	43	7
2012.1	173	45	3
2012.2	136	0	8
2013.1	157	34	6
2013.2	131	0	5
2014.1	161	42	4
2014.2	135	0	3
2015.1	154	38	12
2015.2	116	0	3
2016.1	129	39	
2017.1	109	0	9
2017.2	131	48	10
2018.1	115	1	5
2018.2	117	23	2

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 107 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 100412- Matemática do CFP

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2007.1	0,116	11,6%	5
	2007.2	0,089	8,9%	5
	2008.1	0,000	0,0%	0
	2008.2	0,127	12,7%	8
	2009.1	0,055	5,5%	3
	2009.2	0,086	8,6%	8
	2010.1	0,024	2,4%	2
	2010.2	0,181	18,1%	25
	2011.1	0,081	8,1%	9
	2011.2	0,172	17,2%	25
	2012.1	0,179	17,9%	28
	2012.2	0,200	20,0%	34
	2013.1	0,039	3,9%	5
	2013.2	0,132	13,2%	20
	2014.1	0,056	5,6%	7
	2014.2	0,140	14,0%	22
	2015.1	0,121	12,1%	16
	2015.2	0,183	18,3%	26
	2016.1	0,204	20,4%	23
	2017.1	0,155	15,5%	20
2017.2	0,170	17,0%	17	
2018.1	0,058	5,8%	7	
2018.2	0,145	14,5%	16	

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 51 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação - 100412- Matemática do CFP

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.7.8 1136373 – Pedagogia

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 04 anos para alunos regulares, e máximo de 06 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 100 vagas novas para ingressantes através do SISU.

Tabela 108 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1136373- Pedagogia - Diurno do CFP

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2006.2	40	41	
2007.1	82	42	
2007.2	80	0	
2008.1	105	26	
2008.2	101	1	
2009.1	131	36	
2009.2	128	1	
2010.1	177	49	2
2010.2	151	0	23
2011.1	229	106	27
2011.2	162	0	15
2012.1	182	50	10
2012.2	154	1	14
2013.1	182	48	9
2013.2	167	0	7
2014.1	207	47	5
2014.2	182	1	0
2015.1	223	51	16
2015.2	196	1	0
2016.1	229	56	12
2017.1	208	51	10
2017.2	230	52	16
2018.1	204	0	16
2018.2	213	47	23

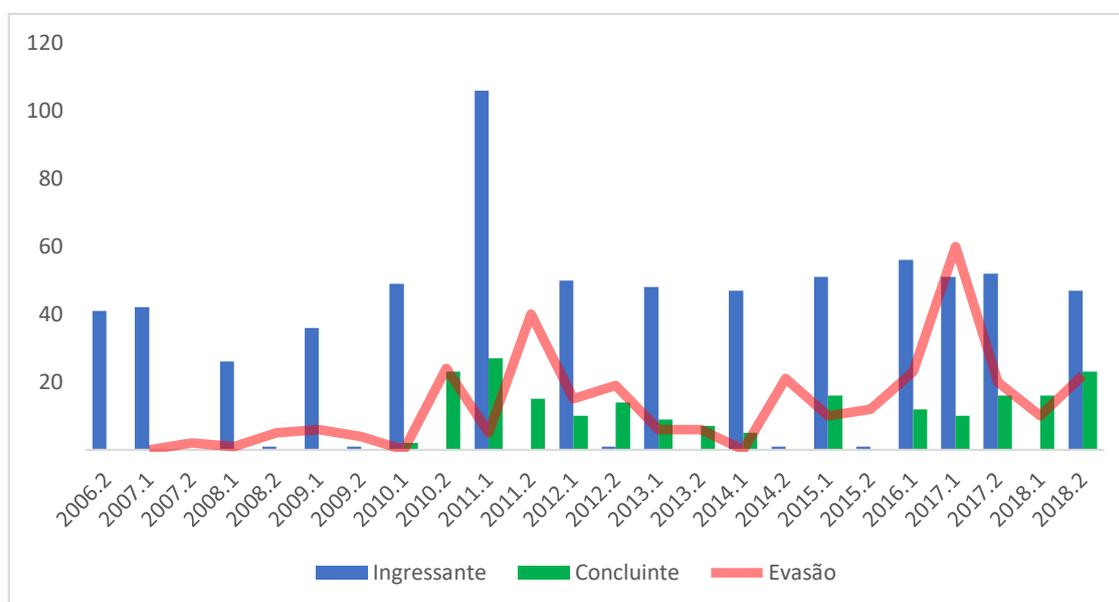
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 109 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1136373- Pedagogia - Diurno do CFP

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2007.1	0,000	0,0%	
	2007.2	0,024	2,4%	2
	2008.1	0,013	1,3%	1
	2008.2	0,048	4,8%	5
	2009.1	0,059	5,9%	6
	2009.2	0,031	3,1%	4
	2010.1	0,000	0,0%	0
	2010.2	0,137	13,7%	24
	2011.1	0,039	3,9%	5
	2011.2	0,198	19,8%	40
	2012.1	0,102	10,2%	15
	2012.2	0,110	11,0%	19
	2013.1	0,043	4,3%	6
	2013.2	0,035	3,5%	6
	2014.1	0,000	0,0%	0
	2014.2	0,104	10,4%	21
	2015.1	0,055	5,5%	10
	2015.2	0,058	5,8%	12
	2016.1	0,117	11,7%	23
	2017.1	0,276	27,6%	60
2017.2	0,101	10,1%	20	
2018.1	0,047	4,7%	10	
2018.2	0,117	11,7%	22	

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 52 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação 1136373- Pedagogia - Diurno do CFP



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 110 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 1136373- Pedagogia - Noturno do CFP

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2008.2	19	19	
2009.1	20	1	
2009.2	67	48	
2010.1	66	4	
2010.2	115	55	
2011.1	103	0	
2011.2	157	59	
2012.1	140	0	2
2012.2	172	47	4
2013.1	160	0	7
2013.2	201	50	11
2014.1	179	0	1
2014.2	209	40	1
2015.1	190	38	19
2015.2	221	47	8
2016.1	205	0	12
2017.1	236	0	14
2017.2	213	0	4
2018.1	255	62	14
2018.2	220	0	16

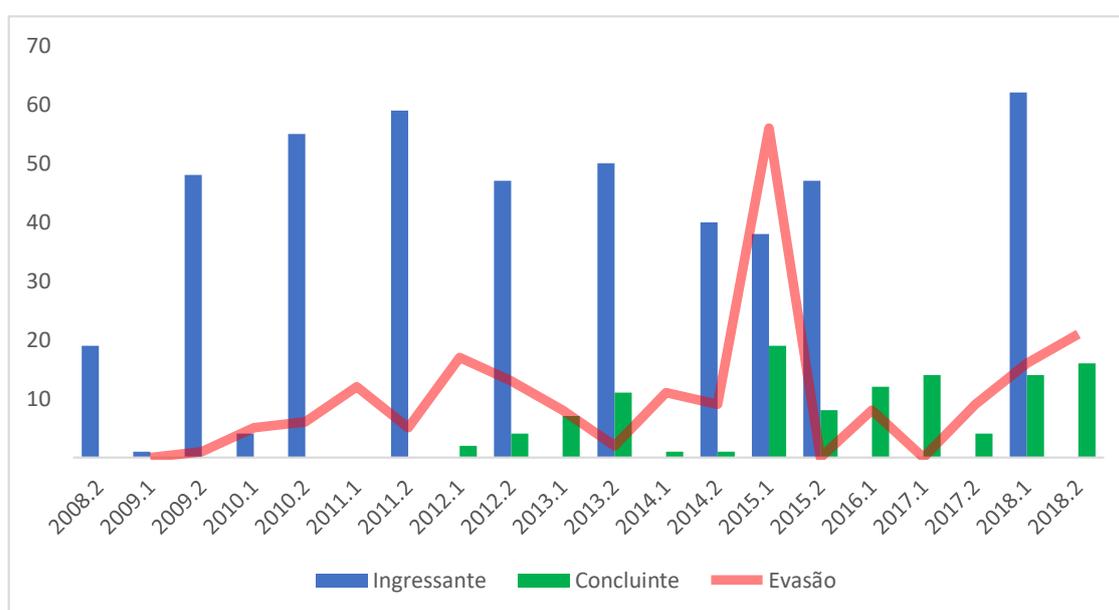
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 111 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 1136373- Pedagogia - Noturno do CFP

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2009.1	0,000	0,0%	
	2009.2	0,050	5,0%	1
	2010.1	0,075	7,5%	5
	2010.2	0,091	9,1%	6
	2011.1	0,104	10,4%	12
	2011.2	0,049	4,9%	5
	2012.1	0,108	10,8%	17
	2012.2	0,094	9,4%	13
	2013.1	0,048	4,8%	8
	2013.2	0,013	1,3%	2
	2014.1	0,058	5,8%	11
	2014.2	0,051	5,1%	9
	2015.1	0,269	26,9%	56
	2015.2	-0,018	-1,8%	0
	2016.1	0,038	3,8%	8
	2017.1	-0,223	-22,3%	0
	2017.2	0,041	4,1%	9
	2018.1	0,077	7,7%	16
	2018.2	0,087	8,7%	21

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 53 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação - 1136373- Pedagogia - Noturno do CFP



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

6.7.9 122138 – Química

O curso tem um tempo de integralização mínimo de 04 anos para alunos regulares, e máximo de 06 anos. Foram ofertadas, no ano 2018, 50 vagas novas para ingressantes através do SISU.

Tabela 112 - Evolução no número de estudantes nos cursos de graduação 122138- Química do CFP

Semestre	Matriculado	Ingressante	Concluinte
2009.2	33	33	
2010.1	82	51	
2010.2	59	0	
2011.1	111	57	
2011.2	78	0	
2012.1	112	41	
2012.2	93	0	
2013.1	124	41	
2013.2	117	0	8
2014.1	146	48	5
2014.2	123	0	11
2015.1	142	35	3
2015.2	116	0	12
2016.1	128	38	5
2017.1	109	0	8
2017.2	134	51	2
2018.1	118	1	11
2018.2	120	25	11

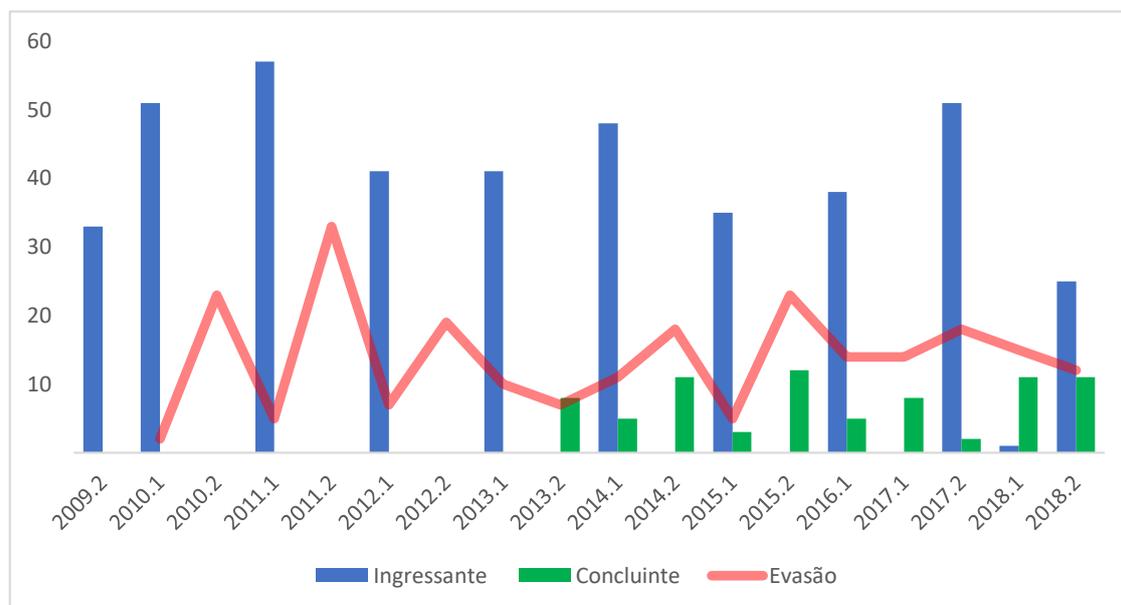
Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Tabela 113 - Representatividade dos números de evasão de estudantes no curso de graduação 122138- Química do CFP

	Semestre	Índice	Taxa	Quantitativo
Evasão	2010.1	0,061	6,1%	2
	2010.2	0,280	28,0%	23
	2011.1	0,085	8,5%	5
	2011.2	0,297	29,7%	33
	2012.1	0,090	9,0%	7
	2012.2	0,170	17,0%	19
	2013.1	0,108	10,8%	10
	2013.2	0,056	5,6%	7
	2014.1	0,101	10,1%	11
	2014.2	0,128	12,8%	18
	2015.1	0,045	4,5%	5
	2015.2	0,165	16,5%	23
	2016.1	0,135	13,5%	14
	2017.1	0,114	11,4%	14
	2017.2	0,178	17,8%	18
	2018.1	0,114	11,4%	15
2018.2	0,112	11,2%	12	

Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Gráfico 54 - Evolução dos dados de ingressantes, concluintes e evadidos no curso de graduação - 122138- Química do CFP



Fonte: PROGRAD – CPPG – NUGAA (2019)

Nos cursos de graduação do CFP a evasão estudantil apresenta variações entre semestres letivos, tendo cursos com características para saída de estudantes e outros que não apresentam tendências graduais para evasão estudantil

O curso de Agroecologia apresenta uma taxa de evasão constante durante todo período e um único ingresso de estudantes registrado. Os demais cursos do centro têm uma evasão que alterna entre os semestres letivos. Nos cursos de Educação Física, Física, Matemática e Química, a evasão tende a ser maior nos períodos que não registram ingresso de estudantes. Já os cursos de Educação do Campo – Ciências Agrárias, Filosofia, Letras - Libras e Língua Estrangeira, e Pedagogia a evasão não está relacionada ao ingresso de estudantes, ela varia entre os semestres, com diminuições gradativas e aumentos espontâneos ao longo dos semestres.

No CFP o fenômeno da evasão é distinto entre os cursos, sem correlação entre os períodos, enquanto alguns cursos baixam as taxas de evasão, outros no mesmo semestre letivo tem seu índice elevado. Assim, cada curso possui particularidades no processo de evasão estudantil.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob as perspectivas apresentadas no decorrer deste trabalho, observa-se como os conceitos de política pública definem a atuação de um gestor na administração pública. Como os influenciadores pontuados por Lasswell (1936) definem as estratégias para atuação estratégica organizacional, as ações comportamentais dos indivíduos e gestores pautadas por Simon (1970) e o posicionamento de Dye (2001) sobre ação e inação dos governos para sua comunidade.

Compreende-se, também, como as políticas e ações institucionais desenvolvidas na UFRB repercutiram nos índices de evasão nos cursos de graduação. Pode-se perceber, portanto, que as estratégias e diretrizes que guiaram a gestão universitária compreendiam a importância da temática da evasão na consolidação da Universidade e os efeitos dela decorrentes. Os planos e ações desenvolvidos pelos gestores propuseram apenas o diagnóstico da evasão e seu efeito institucional, não atentando, porém, para os fatores sociais, individuais e pedagógicos do agente que padece por esse fenômeno.

O arcabouço teórico estudado possibilitou o entendimento do processo de construção de uma política, a qual baseia-se na identificação do problema, no direcionamento das alternativas, na convicção no processo decisório e no poder de implementação das ações planejadas. Assim, para uma organização aplicar uma ação efetiva, visando solucionar questões estruturantes, torna-se necessário o envolvimento completo dos seus integrantes no processo de identificação de um problema até a implementação das ações.

Fica evidente que, no processo da formulação da política institucional para a evasão, a UFRB estacionou na identificação do problema, identificando a evasão como tema sensível para sua comunidade acadêmica e o desenvolvimento institucional, mas não foi além do processo introdutório visando construir uma política voltada para temática.

Na revisão bibliográfica acerca da formulação da política pública e de como as políticas para educação superior foram pensadas, constata-se que o Reuni foi uma política estratégica, pensando na estrutura das universidades e nos impactos que a evasão e as vagas ociosas produzem para sociedade. Contudo, a execução dessa política na UFRB não condiz com os dados apresentados sobre evasão nos cursos de graduação, motivada pelo foco na reestruturação do ambiente universitário, a criação de cursos novos e/ou o amadurecimento institucional. A demarcação das ações dos gestores universitários na

construção e formação do ensino superior deve compreender como a evasão estudantil é abrangente e como pode ser mensurada nas instituições de ensino superior.

Portanto, ao examinar as principais ações que a UFRB pactuou para reduzir os índices de evasão estudantil e o preenchimento de vagas ociosas, definida no plano de adesão ao REUNI, em que a Instituição comprometeu-se com a redução de 10% no número de evadidos, e com o preenchimento de 100% das vagas ociosas, constata-se que as mesmas não alcançaram os resultados pretendidos. Após a pactuação, a Universidade abdicou das suas metas e não apresentou os planos ou as estratégias que permitissem criar mecanismos de consolidação dos cursos de graduação, o que pode ser comprovado pela relação entre os números de concluintes e evadidos da Instituição.

O estudo realizado explorou os dados obtidos de documentos dos cursos de graduação da UFRB para definir os índices e taxas de evasão, categorizando-se os dados de matriculados, ingressantes e concluintes dos cursos de graduação, apresentando-os em tabelas e gráficos, e obtendo-se resultados para cada curso. Assim, foram adotadas diretrizes teóricas para construção dos indicadores de evasão, firmando a pesquisa na concepção de Silva Filho et al. (2007), no que tange a formação do indicador. Apoiado no entendimento teórico de microevasão conceituado por Gilioli (2016), e de análise metodológica da evasão por Santos (2017), é perceptível o distanciamento entre os cursos de graduação que coadunam o mesmo cenário de enfrentamento, contudo apresentam respostas diferentes no mesmo período analisado.

Ao apresentar os dados dos cursos de graduação, mostrou-se evidente que a evasão estudantil é uma realidade em todos os centros de ensino da UFRB, mas cada um dos centros de ensino apresenta dados diferentes entre os cursos, no mesmo período de tempo analisado, demonstrando que fatores internos de cada unidade são preponderantes para definir o processo de evasão, proporcionando várias vertentes em uma mesma instituição de ensino; encontrando-se, nessas especificidades, os pontos chaves para a amplitude deste fenômeno na UFRB.

Portanto, além do pensamento estratégico que deve ser definido pelos Conselhos Superiores para mitigar a evasão estudantil, cabe aos gestores institucionais que representam os centros de ensino na UFRB o papel de agentes e promotores da ação institucional que vincule o planejamento estratégico às ações operacionais nos cursos de graduação, de modo a permitir o alcance concreto dos objetivos e metas referentes ao controle da evasão.

Os cursos de graduação foram observados, também, em relação ao seu grau acadêmico. Nesses casos, os cursos de licenciatura apresentaram percentuais de evasão menores que os bacharelados e tecnológicos, dentro da Instituição. No que se refere à segmentação por turno, os cursos noturnos apontaram índices melhores que os cursos diurnos. Desse modo, percebe-se que a evasão está presente em todos os cursos de graduação, porém, oscilando no decorrer de cada período semestral.

A etapa do diagnóstico quantitativo da evasão nos cursos de graduação está posta, sendo necessário o aprofundamento nas relações individuais que cada curso proporciona ao estudante, criando vínculos e estimulando o desenvolvimento profissional e social. Assim, a Universidade deve continuar com o pensamento de que a evasão é um ponto fraco e uma ameaça às condições institucionais, mas deve criar mecanismos de filiação estudantil como um ponto positivo para permanência do estudante no ambiente acadêmico.

A diminuição dos índices de evasão inclui uma constante busca por planejamento e reorganização acadêmica, por parte da instituição, abarcando a utilização de dados acadêmicos e de experiências internas que visem contribuir para a permanência do aluno e atendimento de suas necessidades.

O enfrentamento dessa temática não deve ser feito de modo isolado ou segmentado por fragmentos de uma estrutura hierárquica, mas deve envolver o esforço mútuo, de todos os elos que formam a instituição, pois valorizar os frutos que estão maduros é louvável, mas manter as árvores frutificando é o que requer dedicação e esforço constante. Assim, a evasão estudantil é um fenômeno mutável e deve ser acompanhada, monitorada e mitigada em todo momento, dentro das instituições de educação.

Como forma de contribuir objetivamente para atenuar esse fenômeno no âmbito da UFRB, este relatório técnico apresenta em seu apêndice uma proposta de plano de mitigação da evasão estudantil, mediante ações institucionais, como forma de subsidiar e instrumentalizar os gestores e orientar os estudantes na condução da sua formação acadêmica.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Teresa. Do abandono à permanência num curso de ensino superior. **Sísifo - Revista de Ciências da Educação**, Lisboa, n. 7, p. 19-28, set./dez., 2008.
- ALVES, Elioenai Dornelles. A fundação Universidade de Brasília e o nascimento da revista gestão e saúde. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde** Vol.05, Nº. 01, Ano 2014
- ANDRIOLA, W. B.; ANDRIOLA, C. G.; MOURA, C. P. Opiniões de docentes e de coordenadores acerca do fenômeno da evasão discente dos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC). **Ensaio - Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, 14. ed. p. 365-382, 2006.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras**. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas. Secretaria de Ensino Superior. Brasília: MEC, 1996.
- _____. Ministério da Educação. **REUNI: reestruturação e expansão das universidades federais: diretrizes gerais**. Brasília: MEC, 2007.
- _____. Ministério da Educação. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano**. Secretaria de Educação Superior. Brasília: 2009
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas**. Secretaria de Educação Superior. Brasília: MEC, 1997.
- BUENO, José Lino de Oliveira. **A evasão de alunos**. In: Mesa Redonda, A Evasão nos Cursos de Graduação da USP, novembro de 1992, Reitoria da USP. Paidéia, FFCLRP- USP, Rib. Preto, agosto, 1993. p.09-16
- CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. **BIB, Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 61, p. 20-40, 2006.
- _____. **Formulação de Políticas**. Brasília: Enap, 2018.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- COSTA, António Firmino da; LOPES, João Teixeira; CAETANO, Ana (Org.). **Percursos de estudantes no ensino superior: fatores e processos de sucesso e insucesso**. Lisboa: Editora Mundo Social, 2014.

- CURY, Carlos Roberto. Estado e políticas de financiamento em educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 831-855, out. 2007.
- DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo, Atlas, 2017.
- DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 10^a. ed. Florida State University, Pearson Education, 2001.
- FÁVERO, M. de L. de A. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.
- FIALHO, Maria Gabriela Duarte. **A evasão escolar e a gestão universitária: o caso da Universidade Federal da Paraíba**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Paraíba, 2014.
- FRITSCH, Rosangela; ROCHA, Cleonice Silveira da; VITELLI, Ricardo Ferreira. A evasão nos cursos de graduação em uma instituição de ensino superior privada. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 81-108, maio/ago. 2015.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- _____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GILIOLI, R. S. P. **Evasão em instituições federais de ensino superior no Brasil: expansão da rede, SISU e desafios**. Estudo Técnico. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016.
- KINGDON, John. **Agendas, alternatives, and public policies**. 2^a. ed. Edinburgh Gate: Pearson Education, 2014.
- LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books. 1936.
- LIMA, Wagner Gonçalves. Política pública: discussão de conceitos. **Interface**, Porto Nacional, Edição 05, p 49-54, out. 2012.
- MARIANI, Isabella dos Santos. **Abordagem multicêntrica na gestão de políticas públicas: o caso da extinção do corte manual da cana-de-açúcar**. Monografia - Limeira, SP: [s.n.], 2014
- MINAYO, Maria C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001
- _____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 1997.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (Coord.). **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre: Unesco; Caracas: IESALC, 2002.

PARSONS, Wayne. **Políticas públicas**: una introducción a la teoría y la práctica del análisis de políticas públicas. México, Flacso, 2007.

SANTOS, G. G.; SILVA, LC. A evasão na educação superior: entre debate social e objeto de pesquisa. In: SAMPAIO, SMR. (Org.). **Observatório da vida estudantil**: primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 249-262.

SANTOS, Janete dos. **A evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia pós ENEM/SISU**. Tese de doutorado. Universidade do Minho, 2017.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006. p. 21-42

SCHATTSCHEIDER, E. E. **The Semi-Sovereign People**. New York: Winston, 1960.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceito, esquemas de análise, casos práticos. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SILVA FILHO, Roberto L. L.; MOTEJUNAS, P. R.; HIPÓLITO, O.; LOBO, M. B. C. M. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez., 2007.

SILVA FILHO, Roberto L. L.; LOBO, M. B. C. M. **Como a mudança na metodologia do INEP altera o cálculo da evasão**. Instituto Lobo, 2012. Disponível em: <http://institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_079.pdf>

SIMON, Hebert A. **Comportamento Administrativo**: estudo dos processos decisórios nas organizações. Rio de Janeiro: FGV, 1970.

SOLIGO, Valdecir. Indicadores: conceito e complexidade do mensurar em estudos de fenômenos sociais. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 23, n. 52, p. 12-25, mai./ago. 2012.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa, **Caderno CRH**, 39: 11-24. 2003.

_____. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, no 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

STONE, Deborah A. Causal stories and the formation of policy agendas. **Political Science Quarterly**, v. 104, n. 2, p. 281-300, 1989.

SUBIRATS, Joan. Definição del problema, relevancia pública y formación de la agenda de actuación de los poderes públicos In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006. p. 199-218

TINTO, Vincent, **Completing College: Rethinking Institutional Action**. The University of Chicago Press, Chicago 2012.

TONTINI, Gérson; WALTER, Silvana Anita. Pode-se identificar a propensão e reduzir a evasão de alunos? Ações estratégicas e resultados táticos para instituições de ensino superior. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 89-110, mar. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Plano de desenvolvimento institucional 2010-2014**. Cruz das Almas: UFRB, 2009.

_____. **Relatório de gestão setorial PROGRAD 2013**. Cruz das Almas: UFRB. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/prograd/relatorios-de-gestao?download=1188>.

_____. **Plano de desenvolvimento institucional 2015-2019**. Cruz das Almas 2016. disponível em <https://www.ufrb.edu.br/soc/images/PDI/PDI_2_ETAPA_28_07_2016.pdf>

_____. **Projeto REUNI UFRB**. Cruz das Almas: UFRB. 2008. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/portal/noticias/261-projeto-de-adesao-da-ufrb-ao-reuni-foiaprovado-pela-comissao-de-homologacao-do-mec>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. **Normas para apresentação de trabalhos**: teses, dissertações e trabalhos acadêmicos. 5.ed. Curitiba: Ed. UFPR, 1996.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, 2006, v. 11, n. 32, p. 226 – 237.

WEBER, Max. **Ciência e Política duas vocações**; tradução Leonidas Hegenberg, Octany Silveira da Mota. Dunker & Hunblot, Berlim. 1967

APÊNDICE

PROPOSTA PARA O ENFRENTAMENTO DA EVASÃO

1. DIRETRIZES GERAIS

O presente projeto vem ao encontro do enfrentamento da evasão na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia sob a responsabilidade de todos que compõem a comunidade acadêmica da Instituição. Sendo assim, subsidia-se em estudos que abordam a evasão (SANTOS, 2017; TINTO, 2012; SILVA FILHO et al, 2007), bem como por dados disponibilizados pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) e Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) como também nos Centros de Ensino para o diagnóstico das ações que foram realizadas.

Desse modo, a melhoria dos indicadores acadêmicos dos cursos de graduação, inclusive do índice de evasão, perpassa pelo empenho dos integrantes da Instituição, os processos avaliativos e ações decisórias sobre os indicadores de graduação e os resultados que estes produzem sobre a graduação da Universidade.

Nesta proposta busca-se, a criação de um projeto institucional, com a participação de toda comunidade acadêmica para compreender o fenômeno da evasão, observando, classificando, criando alternativas e implantando decisões ajustadas para cada curso de graduação, de modo sistêmico para toda a Universidade. A atuação objetivará a realidade posta por cada curso de graduação, bem como as condições gerais que distanciam a Universidade dos estudantes.

2. JUSTIFICATIVA

A evasão é abordada como um dos principais indicadores de graduação nas instituições de ensino superior, pois esse interfere diretamente em outros - sucesso acadêmico, taxa de conclusão, retenção, etc. - os quais, por sua vez, influenciam a gestão acadêmica, orçamentária e social das IES. Assim, Silva Filho et al (2007), explicam que a evasão estudantil gera ociosidade para as instituições, entaves no acesso à educação e desperdício econômico para toda a sociedade.

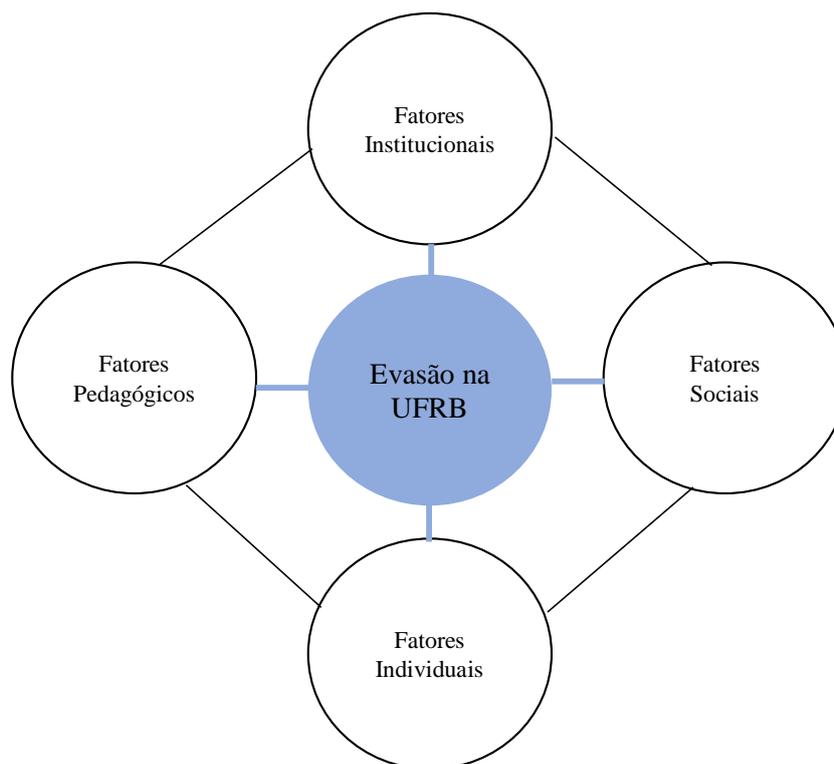
A evasão é um fenômeno bastante complexo, podendo ser analisada sob várias óticas no ensino superior, Santos (2017) abordou sua análise em fatores que potencializam ou mitigam o fenômeno da evasão na UFRB.

A associação dos fatores expostos por Santos (2017) explica a multiplicidade de como ações influenciadoras podem agir nas motivações individuais ou coletivas que ampliam as perspectivas de um estudante abandonar o curso de graduação ou de permanecer no curso até sua conclusão.

Nessa direção, verifica-se uma preocupação institucional com o fenômeno da evasão ao longo da existência da UFRB, evidenciada por diferentes gestores institucionais. As ações realizadas pela Pró-Reitoria de Graduação pautaram diagnósticos isolados dos cursos de graduação, tais diagnósticos baseavam-se na exposição de taxas de evasão registradas nos cursos de graduação, de maneira isolada e descontinuada. Assim, este projeto compreende ações de intervenção para a evasão estudantil como parte integrante de um planejamento estratégico para os cursos de graduação.

Logo, este projeto consiste em apresentar procedimentos voltados para ações em

Figura 10 - Fatores da evasão na UFRB.



Fonte: Adaptado pelo autor, de Santos (2017, p. 417)

todos os níveis institucionais, ampliando a concepção da evasão estudantil na comunidade

acadêmica como proporcionando ações que viabilizem a manutenção do estudante no ambiente educacional até a conclusão do curso de graduação.

3. OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL:

Propor ações de enfrentamento da evasão nos cursos de graduação da UFRB pelo Comitê Gestor, em conformidade com o PDI vigente.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Implantar indicadores de graduação no sistema acadêmico.

Construir uma comissão para enfrentamento da evasão.

Realizar acompanhamento do estudante

Realizar um evento anual sobre indicadores dos cursos da graduação, com foco na evasão estudantil.

4. CAMINHO METODOLÓGICO

4.1 IMPLANTAR INDICADORES DE GRADUAÇÃO NO SISTEMA ACADÊMICO.

O primeiro passo a ser realizado consiste em uma atualização ou implementação no sistema acadêmico, o SIGAA, para apresentar relatórios sobre os indicadores acadêmicos da graduação – taxa de conclusão, taxa de sucesso, índice de evasão, índice de retenção, percentual de matriculados comparados a semestres anteriores, entre outros – para que os gestores institucionais, como coordenadores de cursos e diretores dos centros, tenham a possibilidade de identificar e acompanhar as alterações na dinâmica institucional de cada curso de graduação.

Essa implementação permitirá aos gestores acesso aos dados acadêmicos de cada um dos cursos de graduação apresentando informações como número de matrículas, quantidade de ingressantes, e correlações entre a taxa de evasão e o percentual de graduandos por semestre letivo.

4.2 COMISSÃO PARA ENFRENTAMENTO DA EVASÃO

O processo de formação da comissão de enfrentamento da evasão passa pela criação de um grupo gestor institucional, com membros pertencentes a todos os centros de ensino,

e comissões setoriais por curso de graduação. Além dos representantes das Pró-Reitorias afins.

O grupo gestor institucional poderá ser constituído de membros representantes dos Centros de ensino, envolvendo: servidores administrativos e docentes, bem como estudantes. Esses representantes terão reuniões no decorrer do semestre letivo para analisar as condições estruturais da Instituição e elaborar um relatório anual sobre os gargalos institucionais que podem influenciar a evasão estudantil.

Os relatórios elaborados pelo grupo gestor deverão ser apresentados à Câmara de Graduação, que avaliará os pontos críticos pontuados pelo grupo gestor e quais deles poderão ser discutidos como pauta de reunião da Câmara e encaminhados, posteriormente, ao Gabinete do Reitor e/ou à Plenária do Conselho Acadêmico (CONAC). A exposição dos pontos que forem elaborados pelo grupo gestor, ratificados pela Câmara de Graduação e analisados pelo CONAC, poderão subsidiar ações da gestão para o ano letivo posterior.

Os membros representantes de cada curso deverão elaborar um relatório semestral com análise dos dados acadêmicos do curso e situações que promovam a evasão. Nesse processo de elaboração do relatório semestral, cada comissão deve pontuar os principais entraves que propiciam a evasão estudantil.

Esses relatórios devem ser discutidos no início do semestre letivo pelo colegiado de cada curso, visando à elaboração de um plano gestor para mitigação da evasão. Depois da discussão no colegiado, esses relatórios deverão ser encaminhados para a direção do centro de ensino, que analisará os principais pontos que afetam os cursos do centro, implantando ações que contemplem as respectivas soluções.

Com a finalização de cada relatório, os diretores de centro e o Reitor pontuarão a ação que a Instituição irá adotar e quais os pontos serão enfrentados posteriormente, formalizando um plano de enfrentamento da evasão com duas frentes, uma no centro de ensino, com ações pontuais a cada área de conhecimento, e outra de natureza institucional, para alinhar as necessidades sociais aos processos institucionais.

No processo de formulação das equipes que comporão o grupo gestor e comissão de curso, explicita-se no **Quadro 1** os prazos de elaboração e execução das atividades, e responsabilidades de execução.

Quadro 1 - Cronograma de funcionamento e atividades do grupo gestor e comissão de curso

Comitê Gestor Institucional	Comissão de Curso
Criação nos primeiros 30 dias do semestre letivo, indicado pela Reitoria com duração de dois anos.	Criação na primeira reunião de conselho de centro no início do primeiro semestre letivo indicado em votação, com duração de dois anos.
Relatório Anual após o fim do segundo semestre letivo.	Relatório Semestral após o fim de cada semestre letivo.
Avaliação pela Câmara de Graduação 45 dias após a entrega do relatório.	Avaliação pelo colegiado em 60 dias após a entrega do relatório.
Consolidação das metas pelo CONAC, duas reuniões após o recebimento do relatório avaliado pela Câmara de Graduação.	Consolidação das ações propostas pelos colegiados 60 dias após o recebimento do relatório avaliado pela Câmara de Graduação.

Fonte: Elaborado pelo Autor

Estabelecido o prazo para formação das equipes, os gestores institucionais nomearão os seus representantes que, por vez, estabelecerão diretrizes para mitigação do fenômeno da evasão, realizando diagnósticos e propondo alternativas institucionais para minimizar o quanto for possível a perda de estudantes nos cursos de graduação. A definição de prazos para análise e questionamentos, faz parte do processo decisório, bem como sobre quais as alternativas com maior exequibilidade possível de serem implantadas.

4.3 REALIZAR ACOMPANHAMENTO DO ESTUDANTE

A partir do ingresso do estudante no curso de graduação, deve-se realizar um processo de transição para o estudante que sai do ensino médio e chega ao ensino superior. Assim, a comissão de curso designará um grupo de estudantes que coordenará o acolhimento dos novos membros do curso elaborando um perfil dos ingressantes, apontando as necessidades ou facilidades de aprendizagem de cada ingressante, tendo em vista a formação profissional e o trabalho técnico-científico desenvolvidos pelo curso e apontando a necessidade de grupos de estudos que fortaleçam o vínculo entre os estudantes.

O grupo de estudantes (composição a definir), regularmente matriculados no curso, escolhidos pela comissão de curso, que elaborará o processo de seleção, com atuação de 02 semestres letivos. Esse grupo de estudantes será responsável pelo acolhimento e hospitalidade dos ingressantes nos respectivos cursos de graduação.

A elaboração do perfil dos ingressantes apontará para quais ações institucionais cada estudante deverá ser direcionado, categorizando as condições socioeconômicas e as

necessidades especiais que cada estudante pode demandar no desenvolvimento do seu curso.

Nesse processo de identificação, será pontuada a condição de aprendizagem dos ingressantes para definir o processo de formação da turma, apontando necessidades e facilidades que cada estudante apresenta na construção do conhecimento. Assim, os que apresentam alguma necessidade de aprimoramento de conhecimento básico terão o apoio da monitoria para o fortalecimento desse conhecimento.

Os processos de formação do estudante na vida universitária e de sua formação profissional e científica são desenvolvidos nos cursos de graduação e são catalizadores da permanência dos estudantes. Assim, no processo de conhecimento do curso serão apresentadas as rotinas acadêmicas, o corpo docente e a formação profissional que cada estudante pode alcançar. A formação de grupos de estudos irá fortalecer os vínculos entre os estudantes e a pesquisa, dentro do curso, priorizando ações motivadoras que cativem os estudantes para a iniciação científica e a produção tecnológica.

Posterior ao primeiro semestre, a comissão fará uma análise do desenvolvimento acadêmico de cada estudante e quais as dificuldades encontradas na sua formação inicial, de modo a fortalecer o vínculo com o estudante e aprimorar suas condições de permanência.

4.4 EVENTO ANUAL SOBRE INDICADORES DA GRADUAÇÃO

Uma vez por ano, a Instituição reservará um período para exposição e avaliação dos relatórios produzidos pelos membros dos cursos de graduação e pelo grupo gestor institucional para publicização à comunidade acadêmica, realizando mesas de discussões sobre os dados acadêmicos da graduação e apresentando os resultados alcançados pela Instituição.

O evento deverá ser organizado pela Pró-Reitoria de Graduação, que definirá os membros da equipe de organização bem como o período para realização do mesmo, o qual terá como propósito a exposição dos dados da graduação para a comunidade acadêmica, com vistas a demonstrar como as ações institucionais promoveram o desenvolvimento dos cursos e minimizaram as taxas de evasão dos cursos da graduação. Durante esse evento, a Universidade discutirá os problemas e alternativas para os cursos

de graduação, objetivando construir uma carta propositiva com as exposições e proposições sugeridas para a gestão universitária, ao fim do mesmo.

4.5 FLUXO DO PLANO

Plano Estratégico	
Formação de Equipe	
Diagnóstico	Quantitativo Qualitativo
Ações de intervenções	Estrutura Institucional Acadêmica Social
Metas	% de Redução
Prazos	Semestral/Anual
Recursos	Financeiros Materiais Tecnológicos
Monitoramento e Avaliação do plano	
Publicação dos Resultados	Relatórios e Eventos acadêmicos

Nesse contexto, este projeto visa fornecer estratégias institucionais para mitigação da evasão estudantil nos cursos de graduação, propondo ações conjuntas, envolvendo toda a comunidade acadêmica da UFRB, para diagnosticar, compreender, sugerir e executar medidas em prol da formação estudantil, minimizando os riscos de abandono e aumentando as condições para o aprendizado do aluno, possibilitando a conclusão do curso de graduação.

MINUTA DE RESOLUÇÃO PARA O PLANO DE ENFRENTAMENTO DA EVASÃO

Estabelece as normas que regerão a criação, o reconhecimento e o funcionamento do Plano de Enfrentamento da Evasão Estudantil na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

CAPÍTULO I DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS

Art. 1. Para os fins do disposto nesta Resolução Normativa, o Plano de Enfrentamento da Evasão Estudantil constitui-se um instrumento que visa compreender o fenômeno da evasão, observando, classificando, criando alternativas e implantando decisões para os cursos de graduação e, de modo sistêmico, para toda a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Art. 2 O Plano de Enfrentamento da Evasão Estudantil visa realizar ações por meio de projetos de extensão, grupos de pesquisas, comissões especiais, com a finalidade de mitigar a evasão estudantil nos cursos de graduação, tendo por objetivos:

- I Aprimorar a conduta educacional, estimulando a formação pessoal e profissional por meio da vivência social e da experiência teórico-prática;
- II Compartilhar conhecimentos, para promoção do desenvolvimento da Universidade;
- III Identificar e implementar ferramentas de gestão que possibilitem o diagnóstico dos cursos de graduação;
- IV Criar e executar planos que fortaleçam a relação Universidade/estudante;
- V Fortalecer o acompanhamento estudantil para promover o desenvolvimento econômico, social e cultural destes estudantes.

Art. 3. São princípios do Plano de Enfrentamento da Evasão Estudantil:

- I Gestão Universitária;
- II Tomada de decisões;
- III Coletividade na execução dos projetos e ações;
- IV Cooperação por meio dos trabalhos;
- V Priorização dos interesses sociais dos estudantes para promoção da formação

acadêmica;

VI Atuação junto os estudantes com perfil socioeconômico vulnerável;

VII Desenvolvimento das atividades sem fins lucrativos;

VIII Valorização dos aspectos humanos e ambientais.

CAPÍTULO II

DA CRIAÇÃO DO PLANO DE ENFRENTAMENTO DA EVASÃO ESTUDANTIL

Art. 4. O Plano de Enfrentamento da Evasão Estudantil possui gestão autônoma e tempo de atuação de 02 (dois) anos na Universidade.

Art. 5. O Plano de Enfrentamento da Evasão Estudantil contempla:

I Um comitê gestor para enfrentamento da evasão;

I Uma comissão por centro para enfrentamento da evasão;

II Um grupo por curso para enfrentamento da evasão;

Art. 6. O Plano de Enfrentamento da Evasão Estudantil deverá ser encaminhado para aprovação junto ao Conselho Acadêmico (CONAC), contemplando:

I A relação dos membros;

II Plano diretor e as metas;

III O orçamento disponível para o período;

Art. 7. Depois de aprovado pelo CONAC, o Plano de Enfrentamento da Evasão Estudantil será encaminhado para o Gabinete da Reitoria para sua formalização mediante portaria emitida pelo Gabinete da Reitoria.

CAPÍTULO III

DOS MEMBROS E FUNCIONAMENTO

Art. 8. Os membros do Plano de Enfrentamento da Evasão Estudantil poderão ser estudantes de Graduação, Mestrado e Doutorado, Professores Titulares, Professores Visitantes, Professores Voluntários, Servidores Técnico-Administrativos da área de Educação e profissionais externos à UFRB.

Parágrafo Único: Pelo menos 80% dos membros do Plano de Enfrentamento da Evasão Estudantil devem ser vinculados a UFRB.

Art. 9. A vinculação dos membros ao Plano de Enfrentamento da Evasão Estudantil dar-se-á mediante termo de adesão, sem remuneração e sem vínculo empregatício.

Art. 10. A formação do Comitê Gestor contemplará:

- I 03 membros por centro de ensino;
- II 01 membro da Pró-Reitoria de Graduação;
- III 01 membro da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis;
- IV 01 membro da Pró-Reitoria de Extensão;
- V 01 membro da representação dos estudantes;
- VI 01 membro da representação dos professores;
- VII 01 membro da representação dos servidores técnico-administrativos;
- VIII 01 membro da representação dos egressos da UFRB.

Art. 11. A formação da comissão contemplará:

- I 03 membros que representarão os NDES no Centro de Ensino;
- II 02 membros que representarão os as coordenações de curso;
- III 02 membros por curso de graduação vinculado ao centro;
- IV 01 membro da representação dos estudantes no centro;
- V 01 membro da representação dos professores no centro;
- VI 01 membro da representação dos servidores técnico-administrativos no centro;
- VII 01 membro da gestão de ensino do centro;
- VIII 01 membro da representação dos egressos do Centro de Ensino.

Art. 12. A formação do grupo contemplará:

- I 03 membros da representação dos estudantes no curso;
- II 03 membros da representação dos professores no curso;
- III 01 membro da representação dos egressos do curso de Graduação.

CAPÍTULO IV

DO ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES

Art. 13. O acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo grupo e pela comissão será efetuado pelo Comitê Gestor.

Art. 14. A presidência do comitê gestor, com mandato de um ano, será exercida pelo representante eleito (pelos pares), permitida uma recondução.

Parágrafo único: O presidente do comitê gestor tem como atribuições a convocação, a direção dos trabalhos nas reuniões e a representação perante os órgãos da Universidade.

Art. 15. O comitê gestor reunir-se-á, ordinariamente, três vezes ao longo do semestre, ou extraordinariamente, mediante convocação de seu presidente ou de dois terços dos membros, com a antecedência mínima de dez dias para as reuniões ordinárias.

Art. 16. Compete ao Comitê Gestor:

- I Identificar, avaliar e propor ações sobre as infraestruturas que dificultam a condição do estudante;
- II Analisar as condições de atendimento e o fornecimento de serviços aos estudantes;
- III Receber e examinar as propostas de criação de projetos e ações para a permanência do aluno;
- IV Verificar os serviços estão dentro dos princípios propostos nesta Resolução Normativa;
- V Requisitar o relatório anual das Comissões de centro sobre atividades e ações desenvolvidas.

Art. 17. Compete a Comissão:

- I Identifica e avaliar as grades curriculares dos cursos de graduação;
- II Verificar a influência do transporte sobre estudantes que residem fora do município base;
- III Identificar e mapear alunos na situação de vulnerabilidade social;
- IV Promover espaços que fortaleçam a convivência e a produção técnica-científica nos espaços do centro;

V Identificar, criar, promover e fortalecer a relação universidade/setor produtivo (indústria, comércio e serviços).

Art. 18. Compete ao Grupo:

- I Realizar acompanhamento dos ingressos no curso;
- II Promover, criar ou fortalecer os grupos de estudo;

Art. 19. Compete ao Comitê Gestor após a homologação do Plano de Enfrentamento da Evasão Estudantil:

- I Apresentar relatório anual de suas atividades ao CONAC;
- II Realizar um evento anual que promova a integração e o debate sobre a evasão estudantil;
- III Cumprir o item II do Artigo 6 da presente Resolução Normativa.

Art. 20. O Plano de Enfrentamento da Evasão Estudantil deverá assumir o compromisso de elaborar planos e ações que reduzam a evasão estudantil descritas nos indicadores de gestão da Universidade.

CAPÍTULO VI

DA UNIVERSIDADE

Art. 21. A Universidade, sem prejuízo de suas atividades, poderá permitir ao Comitê Gestor do Plano de Enfrentamento da Evasão Estudantil o uso de espaço e infraestrutura operacional para seu funcionamento no âmbito da respectiva Unidade Universitária, nos limites da disponibilidade existente.

Art. 22. A Universidade poderá realizar, por meio do Grupo Gestor do Plano de Enfrentamento da Evasão Estudantil, parcerias envolvendo outras universidades e entes externos no processo de formação e disseminação do conhecimento.

Art. 23. Cabe a Universidade, a liberação da dotação orçamentária solicitada no item III do Artigo 6.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. Para implantação desta Resolução os seus representantes, como referido no Artigo 5, serão regidos pelos Estatutos, Regulamentos e Normativas institucionais.

Art. 24. Os casos omissos serão resolvidos pelo Comitê Gestor, como a última instância de decisão.

Art. 25. A presente Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Boletim Oficial da Universidade.

Cruz das Almas, 2020